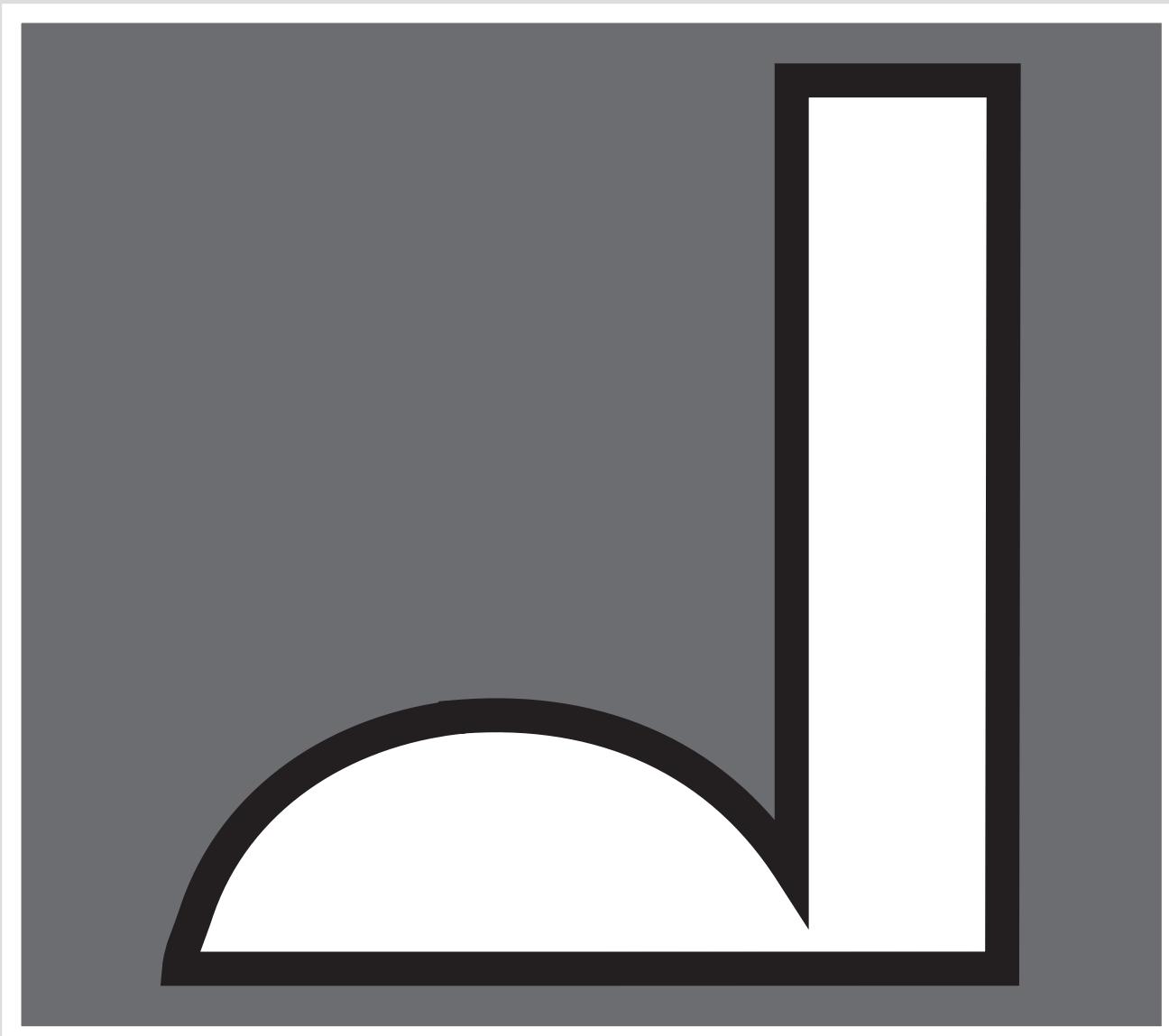




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - N° 23 - QUINTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – BLOCO – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 2º Papaleo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 22 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta	LÍDER – PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti Vice-Líder – PTB Sérgio Zambiasi LÍDER – PL – 3 Marcelo Crivella Vice-Líder – PL Aelton Freitas	Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Alvaro Dias LIDERANÇA DO PDT – 4 LÍDER Osmar Dias Vice-Líder (vago)
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 22 PT – 13 / PSB – 2 PTB – 3 / PL – 3 PPS – 1 LÍDER – BLOCO Delcídio Amaral – PT LÍDER – PT – 13 Delcídio Amaral Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER – PSB – 2 João Capiberibe Vice-Líder – PSB (vago)	PARLAMENTAR DA MINORIA – 31 PFL – 18 / PSDB – 13 Sérgio Guerra – PSDB Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL LÍDER – PFL – 18 José Agripino Vice-Líderes – PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeo Tuma João Ribeiro LÍDER – PSDB – 13 Arthur Virgílio	LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT Vice-Líderes Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Romero Jucá – PMDB Fernando Bezerra - PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS Marcelo Crivella – PL
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2005

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 228, de 9 de dezembro de 2004**, que “regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 26 de março de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encenada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 16 de março de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 21^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 16 DE MARÇO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 106, de 2005 (nº 137/2005, na origem), de 10 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Noboru Ofugi* para recondução ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. 05126

Nº 107, de 2005 (nº 138/2005, na origem), de 11 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *José Fantine* para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.... 05127

Nº 108, de 2005 (nº 139/2005, na origem), de 11 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Victor de Souza Martins* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.... 05134

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 154, de 2005, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa e outros Srs. Senadores, solicitando a prorrogação por mais dez dias, do prazo da Comissão Externa, destinada a acompanhar as investigações acerca do assassinato da missionária Dorothy Stang, conforme Ato nº 8, de 2005-SF, aprovado em 16, de fevereiro último..... 05138

Nº 155, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de lembrança pela passagem da data natalícia do Ex-Deputado Luís Eduardo Magalhães. 05139

Nº 156, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de lembrança pelo transcurso do 30º aniversário de instalação do mandato do Dr. Tarcísio Maia no Governo do Estado do Rio Grande do Norte 05139

Nº 157, de 2005, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2005, com os Projetos de Lei da Câmara nºs 81, de 2002, e 90, de 2004, por versarem sobre a mesma matéria.... 05139

Nº 158, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. 05140

Nº 159, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. 05140

1.2.3 – Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Nº 2, de 2005, de prorrogação para o dia 28 de abril de 2005, do prazo da Comissão Mista criada por meio do Ato Conjunto nº 2, de 6 de dezembro de 2004, destinada a efetuar estudos visando ao aperfeiçoamento do rito de tramitação de medidas provisórias. 05141

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a redação dos §§ 7º e 8º do artigo 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências..... 05141

Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2005, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a redação do art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com o objetivo de instituir a suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira da empresa..... 05141

Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que proíbe a realização de operações de câmbio por empresas de turismo e outras não integrantes do Sistema Financeiro Nacional. 05145

Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que altera a Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. 05145

Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências. 05146

Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre o reconhecimento dos diplomas de pós-graduação no âmbito do Mercosul.	05147	aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 253906, que declarou a constitucionalidade da Resolução nº 2.389/93, do Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais (apuração do valor adicionado para efeito de distribuição da parcela do ICMS pertencente aos Municípios).	05153
Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2005, de autoria do Senador Ney Suassuna e outros Srs. Senadores, que altera os arts. 52, XI, e 164 da Constituição Federal para instituir mecanismo de nomeação e destituição do Presidente e Diretores do BACEN.	05149	1.2.7 – Pareceres Nº 98, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 98, de 2005 (nº 109/2005, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor <i>Martinho Cândido Velloso dos Santos</i> para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.....	05154
1.2.5 – Ofícios Nº 128/2005, de 9 do corrente, da Liderança do Bloco PL/PSL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 240, de 2005.....	05152	Nº 99, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 99, de 2005 (nº 113/2005, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor <i>Luziel Reginaldo de Souza</i> para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.	05155
Nº 95/2005, de 14 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida provisória nº 227, de 2004.....	05152	1.2.8 – Discursos do Expediente SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> , como Líder – Encaminhamento à Mesa de dois requerimentos para criação de CPI.....	05158
Nº 262/2005, de 14 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. <i>Designação do Senador Mozarildo Cavalcanti para compor, como suplente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.</i>	05152	SENADOR <i>PAULO PAIM</i> , como Líder – Aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, na Comissão de Educação. Defesa do acordo para a votação de PEC paralela da Reforma da Previdência, na Câmara dos Deputados. Reajuste dos aposentados e pensionistas.....	05159
Nº 262/2005, de 14 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão Mista, criada para apresentar projetos reestruturando os orçamentos e sua tramitação. <i>Designação do Senador Antonio Carlos Valadares para compor a referida comissão.</i>	05153	SENADOR <i>HÉLIO COSTA</i> , como Líder – Encaminhamento de requerimento propondo uma comissão parlamentar mista de inquérito para promover investigações sobre a situação dos emigrantes ilegais brasileiros nos Estados Unidos, Japão e Europa.....	05162
Nº 263/2005, de 15 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. ..	05153	SENADOR <i>JOSÉ JORGE</i> – Estranheza com a suspensão, pelo Ministério da Educação e Cultura, da pesquisa sobre a participação de negros e pardos nas universidades federais brasileiras.....	05163
1.2.6 – Comunicações da Presidência Determinando a republicação dos avulsos da matéria e retificação do despacho aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2005, do Senador Gilberto Miranda, que autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a legislar sobre jogos de bingo, passando a tramitar como matéria complementar, em virtude de ter como fundamento o disposto no parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal, retirando o caráter terminativo atribuído e, encaminhando a matéria para exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos, e de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	05153	SENADOR <i>JEFFERSON PÉRES</i> , como Líder – Preocupação com a reportagem de capa da revista <i>Veja</i> , desta semana, que faz denúncias sobre o dinheiro enviado pelas FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia em doação a campanha do Partido dos Trabalhadores.....	05165
Recebimento do Ofício nº S/10, de 2005 (nº 30/2005, na origem), de 8 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por	05153	SENADORA <i>HELOÍSA HELENA</i> – Críticas à escolha do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, para ocupar a pasta da Saúde.....	05166
		SENADOR <i>LEONEL PAVAN</i> – Agradecimento ao Governo Federal, em nome da comunidade de Criciúma, por aparelho destinado ao setor de radioterapia do Hospital São José.....	05168
		1.2.9 – Comunicação da Presidência Tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a	

homenagear a memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu 50º aniversário..... 05169

1.2.10 – Oradores

Senador José Jorge..... 05169
 Senador Antonio Carlos Magalhães 05171
 Senador Eduardo Siqueira Campos 05172
 Senador Jorge Bornhausen..... 05173
 Senador Tasso Jereissati 05174
 Senador Heráclito Fortes 05175
 Senador Luiz Otávio 05176
 Senador Antonio Carlos Valadares 05177
 Senador Hélio Costa..... 05177
 Senador Efraim Morais 05178
 Senador Marco Maciel..... 05179
 Senador Arthur Virgílio..... 05180
 Senador Sérgio Guerra 05187
 Senadora Lúcia Vânia..... 05188
 Senador Mão Santa..... 05189
 O Sr. Presidente (Renan Calheiros)..... 05191

1.2.11 – Leitura de requerimentos

Nº 160, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar os fatos que arrola no que diz respeito à corrupção de agente público lotado na Casa Civil da Presidência da República. 05192

Nº 161, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de investigar todas as privatizações realizadas no Brasil, no período de 1990 a 2004, instituído pelo Programa Nacional de Desestatização – PND (M.P. nº 115 e Lei nº 8.031/90) e os critérios adotados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para concessões de empréstimos nos processos de privatização..... 05194

Nº 162, de 2005, de autoria do Senador Edison Lobão e outros Srs. Senadores, solicitando a nulidade da decisão que resultou no arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1996, em razão de não se aplicar, ao caso, o disposto no § 1º do art. 332 do Regimento Interno..... 05195

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004), que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão

de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências. **Apreciação sobrestanda** para a próxima sessão deliberativa ordinária..... 05200

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.

Apreciação sobrestanda 05200

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal. (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município). **Apreciação sobrestanda** 05200

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuitade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade. **Apreciação sobrestanda** 05200

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas. **Apreciação sobrestanda** 05200

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes). **Apreciação sobrestanda** 05201

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário). **Apreciação sobrestanda** 05201

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. **Apreciação sobrestada.** 05201

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação. **Apreciação sobrestada.** 05201

Item 10

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2001 (nº 6.387/2002, naquela Casa), que altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. **Apreciação sobrestada.** 05201

Item 11

Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2002 (nº 3.881/2000, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. **Apreciação sobrestada.** 05201

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2003 (nº 6.425/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao caput e ao § 3º do art. 304 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. **Apreciação sobrestada.** 05201

Item 13

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2004 (nº 3.3371/97, na Casa de origem), que altera o art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. **Apreciação sobrestada.** 05202

Item 14

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2004 (nº 818/2003, na Casa de origem), que altera o artigo 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores. **Apreciação sobrestada.** 05202

Item 15

Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002 (nº 2.089/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas. (Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 13 e 14, de 2003) **Apreciação sobrestada.** 05202

Item 16

Projeto de Resolução nº 42, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.971, de 2004, Relator: Senador Eduardo Suplicy), que autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família. **Apreciação sobrestada.** 05202

Item 17

Requerimento nº 8, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação. **Apreciação sobrestada.** 05202

Item 18

Requerimento nº 22, de 2005, do Senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176 e 340, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.** 05202

Item 19

Requerimento nº 44, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 182, de 2003, e 352, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.** 05202

Item 20

Requerimento nº 55, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 334 e 348, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.** 05202

Item 21

Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano. **Apreciação sobrestada.** 05203

Item 22

Requerimento nº 61, de 2005, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 283 e 313, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.** 05203

Item 23

Requerimento nº 91, de 2005, do Senador Tião Viana, solicitando a criação de Comissão, composta de cinco membros, para, no prazo de sessenta dias, apresentar projeto de resolução de

reforma do Regimento Interno do Senado Federal.	
Apreciação sobreposta.	05203
1.3.1 – Questão de Ordem	
Suscitada pelo Senador Eduardo Suplicy e respondida pela Presidência	05203
1.3.2 – Discurso após a Ordem do Dia	
SENADOR <i>ROMEU TUMA</i> – Homenagem pelo transcurso do Dia do Bibliotecário, ocorrido no último dia 12.	05205
1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> – Considerações sobre reportagens referentes ao aumento de custeio da folha de pessoal ativo e às nomeações sem concurso durante os dois anos de Lula. Transcrição de matéria publicada pelo jornal O Estado de S.Paulo a respeito de realização, pela então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, de operação de crédito irregular para o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (RELUZ).....	05207
SENADOR <i>JOÃO RIBEIRO</i> – Registro de reunião, a se realizar hoje, entre o Fórum Nacional da Pecuária de Corte e entidades que representam os pecuaristas no País.	05210
SENADOR <i>VALMIR AMARAL</i> – Comemoração, em 12 de março, do Dia do Bibliotecário. Transcrição da matéria “Lei 9.099: uma lei que está matando as mulheres” do jornal Vida Mulher , edição do mês de março de 2005.	05210
SENADOR <i>ANTERO PAES DE BARROS</i> – Transcrição de artigos de autoria de S.Exa., publicados no jornal Diário de Cuiabá , em 6 de março do corrente, intitulado “O PIB e as crianças indígenas”; e no jornal A Gazeta , em 4 de março, sob o título “Vontade Política”.....	05214
SENADOR <i>AUGUSTO BOTELHO</i> – Críticas à utilização excessiva de medidas provisórias pelo Poder Executivo.	05218
SENADOR <i>PAPALÉO PAES</i> – Preocupação com as mortes decorrentes de doenças cardiovasculares no Brasil, apesar da excelente atuação dos centros de tratamento.....	05220
SENADOR <i>GERSON CAMATA</i> – Homenagem ao empresário Jônico Tristão pelo recebimento de título de Personalidade do Ano 2005, pela Câmara de Comércio Brasil-Inglaterra	05221
SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Regozijo pelo resgate do Projeto Pixinguinha pela Fundação Nacional de Artes (FUNARTE).....	05222
SENADOR <i>FLÁVIO ARNS</i> – Participação de S.Exa, no dia 17 de março próximo, em evento de instalação da primeira Vara Federal do Idoso no país, em Maringá, no Estado do Paraná.	05223

SENADOR <i>FRANCISCO PEREIRA</i> – Situação de emergência no Estado do Espírito Santo em consequência das fortes chuvas que atingiram a região.....	05223
SENADOR <i>MAGUITO VILELA</i> – Defesa de federalização das investigações sobre a desocupação da área chamada Parque Oeste Industrial, em Goiânia. Exaltação ao crescimento da economia brasileira. Agradecimentos ao Presidente Lula que autorizou a liberação de recursos para a construção do novo aeroporto de Goiânia.	05224
1.3.4 – Comunicação da Presidência	
Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	05226
1.4 – ENCERRAMENTO	
2 – AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 16-3-2005	
3 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
Aviso do Presidente da referida Comissão, Senador Cristovam Buarque, comunicando que está convocada reunião para o dia 17 de março, quinta-feira, às 14 horas e 30 minutos, na Sala da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.	05230
SENADO FEDERAL	
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
– 52ª LEGISLATURA	
5 – SECRETARIA DE COMISSÕES	
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
CONGRESSO NACIONAL	
12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO	

Ata da 21ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 16 de março de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros e Tião Viana, e da Sra. Maria do Carmos Alves

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DAS 14:00 HORAS Período : 16/3/2005 07:28:49 até 16/3/2005 19:53:22

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PL	ES	FRANCISCO PEREIRA	X	
MDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
MDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
MDB	ES	GERSON CAMATA	X	
FL	AM	GILBERTO MIRANDA	X	
MDB	MG	HÉLIO COSTA	X	
SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
FL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
DT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
MDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
MDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
FL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
FL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
FL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
FL	PE	JOSÉ JORGE	X	
MDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DT	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	X	
MDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
SDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
SDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
MDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
MDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
MDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
FL	PE	MARCO MACIEL	X	
FL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
MDB	RO	MÁRIO CALIXTO	X	
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
MDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
DT	PR	OSMAR DIAS	X	
1DB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	
FL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PTB	RS	PAULO PAIM	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIA	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	X	

Compareceram: 75 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 75 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM N° 106, DE 2005

(Nº 137/05, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com os arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 8º do Anexo I ao Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Noboru Ofugi para recondução ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Brasília, 10 de março de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

CURRICULUM VITAE**DADOS PESSOAIS**

- Nome: NOBORU OFUGI
- Carteira de Identidade: 260.391INI/DPF/MJ
- CPF: 029.122.281-15
- Domicílio: SQS 309, Bloco E, apto. 303, Brasília-DF
- Telefone: 61-443.4513
- Data de Nascimento: 28-12-1948
- Naturalidade: Goiânia-Goiás
- Filiação: Yoshio Ofugi e Suzue Ofugi

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Engenheiro Civil – Universidade de Brasília – UnB – Brasília – 1975
- Mestrado em Engenharia de Transportes – Instituto Militar de Engenharia – IME – Rio de Janeiro – 1981
- Curso de Privatização e Regulação de Transportes – Banco Mundial e Universidade de Las Palmas – Las Palmas/Espanha – abril/99
- Curso de Especialização – Estatística para o Planejamento – Icat/UDF – Brasília – 1977.

FUNÇÕES EXERCIDAS:

- A partir de fevereiro/2002 – Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT
- Junho/94 a fevereiro/2002 – Diretor Técnico da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT
- Janeiro/94 a junho/94 – Secretário Adjunto da Secretaria de Produção do Ministério dos Transportes
- Abril/93 a Janeiro/94 – Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento do Ministério dos Transportes
- Maio/92 a Abril/93 – Diretor Técnico da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT
- Janeiro/76 a Dezembro/2001 – Funcionário da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT, admitido por meio de concurso público, realizado em 1975. Nesse período exerceu vários cargos dentro da empresa e no Ministério dos Transportes.

OUTRAS FUNÇÕES:

- A partir de março/2002 – Coordenador Nacional do Sub-Grupo 5 (SGT-5) Transportes do Mercosul
- A partir de fevereiro/2002 – Coordenador, em nome da ANTT, das reuniões bilaterais com os países do Cone Sul
- Junho/2000 a abril/2002 – Presidente do Conselho de Administração da Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA
- Maio/94 a maio/2002 – Presidente do Conselho de Administração da Companhia Docas do Pará – CDP
- 1995 a 1998 – Representante do Ministério dos Transportes no Grupo Executivo para Modernização dos Portos – GEMPO.

Brasília, 10 de fevereiro de 2005. – **Noboru Ofugi.**

Aviso nº 233 – C. Civil

Em 10 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Noboru Ofugi para recondução ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001.

Mensagem de Veto nº 516

Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

Art. 53. A Diretoria da ANTT será composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores e a Diretoria da Antaq será composta por um Diretor-Geral e dois Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos, e serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

§ 2º O Diretor-Geral será nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes da Diretoria, e investido na função pelo prazo fixado no ato de nomeação.

Art. 54. Os membros da Diretoria cumprirão mandatos de quatro anos, não coincidentes, admitida uma recondução.

Parágrafo único. Em caso de vacância no curso do mandato, este será completado pelo sucessor investido na forma prevista no § 1º do art. 53.

DECRETO Nº 4.130,
DE 13 DE FEVEREIRO DE 2002

Aprova o Regulamento e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados e dos Cargos Comissionados Técnicos da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, e dá outras providências.

**ANEXO I
Regulamento da Agência Nacional de Transportes Terrestres – Antt**

CAPÍTULO I Da Natureza, Sede, Finalidade e Competência

CAPÍTULO III Da Direção e Nomeação

Art. 8º A ANTT será dirigida por um Diretor-Geral e quatro Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, para cumprir mandatos de quatro anos, não coincidentes, nos termos da alínea f do inciso III do art. 5º da Constituição Federal, admitida uma recondução.

§ 2º O Diretor-Geral será nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes da Diretoria, e investido na função pelo prazo fixado no ato de nomeação.

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

MENSAGEM Nº 107, DE 2005 (nº 138/05, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art.52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art.11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor José Fantine para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Brasília, 11 de março de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

CURRICULUM VITAE

DADOS PESSOAIS

Nome : José Fantine

Nascimento: 04 de Setembro de 1938

Dados Gerais:

Brasileiro

Natural de Sabará no Estado de Minas Gerais-

Estado civil – Divorciado

Filiação – Pai – Dilson Fantine; Mãe – Etelvina Guimarães Fantine

RG – 09859900-4 IFP/RJ de 29/07/92

CPF – 002715356-87

End. – Rua Timóteo da Costa, 1003, apto 401, bloco 01, Leblon, Rio de Janeiro/RJ

Tel. – Serviço (21)2562 -8804; residência (21)2512-4257

Posição atual:

Consultor em Energia, Parcerias e formatação de Centros de Excelência, atuando em parceria com a COPPE/UFRJ e com o IUPERJ/Cândido Mendes/RJ.

ESCOLARIDADE

Curso Superior

Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais –Engenharia Química- 1959 a 1963.

Prêmio “Medalha de Ouro” por classificação em 1º lugar dentre todos os formandos de 1963 da EEUFG.

Curso Secundário

Ginásio Santa Rita – Sabará-MG de 1950 a 1953.

Colégio Municipal de Belo Horizonte – MG de 1954 a 1956.

Curso Primário

Grupo Escolar Virgílio Machado – Sabará – MG de 1946 a 1949.

OUTROS CURSOS

- Curso de Engenharia de Refinação – CENAP/PETROBRAS – 1964;
- Curso de formação de instrutores, Técnica de Chefia, Liderança, Reuniões – UNA – 1967 (40 hs);
- Curso de Supervisão – PETROBRAS – 1968 (40 hs);
- Curso de Administração Geral – PETROBRAS – 1974 (40 hs);
- Curso de Administração Sistêmica – SENAI – 1975 (20 hs);
- Técnica de Entrevistas – PETROBRAS – 1975 (12 hs);
- Curso Básico de Gerência – PETROBRAS – 1976 (30 d);
- Curso de criatividade – PETROBRAS – 1977 (24 hs);
- Curso Avançado de Gerência – PETROBRAS – 1981 (48 hs).

ESTÁGIOS E OUTROS

- Rhodia – Santo André – Jan/Fev – 1961;
- Dupont – Barra Mansa – Jan/Fev – 1962/1963;
- Instituto de Pesquisas Radioativas: UFMG – JAN/DEZ – 1963;
- Monitor de Operações Unitárias: EEUFG – 1962/1963.

VIAGENS TÉCNICAS AO EXTERIOR

Angola, Paraguai, Áustria, Holanda, França, Espanha, Argentina e Bolívia.

PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIOS E SEMELHANTES

- Além da participação como ouvinte em vários seminários fui o Palestrante em mais de 300 eventos, discursando sobre temas relacionados com : Empresas de Refino; Modelo Energético Brasileiro; Programas de Fundo de Barril; Gás Natural; Petróleo; Qualidade; Monopólio Estatal do Petróleo; Tecnologia e Desenvolvimento Nacional; Criatividade e Centros de Excelência.

CARREIRA NA PETROBRAS

Nov/96 – Aposentadoria;
01/02/96 a Nov/96 – Consultor do Presidente da PETROBRAS;
14/05/92 a 01/02/96 – Superintendente do Serviço de Planejamento Corporativo da PETROBRAS;
Set/91 a Abr/92 – Diretor da PETROBRAS, responsável pelas áreas Industrial e Refino e de Transporte e, ao mesmo tempo, Presidente da BR –Distribuidora;
Dez/88 a Set/91 – Diretor de Marketing da BR – Distribuidora;
Nov/1988 a Dez/88 – Chefe da Divisão de Segurança e Meio Ambiente da PETROBRAS (DESEMA);
Ago/85 a Nov/88 – Assistente de Diretoria da PETROBRAS;
Set/81 a Ago/85 – Chefe Divisão de Refinação de Petróleo e Petroquímica do Departamento Industrial da PETROBRAS;
Abr/80 a Set/81 – Superintendente – Refinaria de Manaus (REMAN);
Nov/77 a Abr/80 – Superintendente Adjunto – Refinaria de Manaus (REMAN);
Fev/76 a Nov/77 – Chefe da Divisão de Planejamento – Refinaria Gabriel Passos (REGAP);
Jan/72 a Fev/76 – Chefe do Setor de Destilação de Petróleo e Tratamento de Derivados – Refinaria Gabriel Passos (REGAP);
Mar/68 a Jan/72 – Chefe do Setor de Transferência e Estocagem de Petróleo e Derivados – Refinaria Gabriel Passos (REGAP);
Set/66 a Mar/68 – Engenheiro de Processo (área operacional) – Refinaria Gabriel Passos (REGAP), equipe de pré-operação;
1965 a Set/66 – Engenheiro de Processo (área operacional) – Refinaria Duque de Caxias (REDUC);

1964 – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Refinação da PETROBRAS - CENAP

ALGUNS TRABALHOS ESPECIAIS

- Por indicação do Governo Federal, participei como “Técnico de Renomado Saber” da Comissão Nacional de Energia – de 1986 a 1988;
- Por indicação do Governo Federal, participei de Grupo de Trabalho que analisou o modelo energético do Projeto Grande Carajás;
- Por indicação do Governo Federal, participei de Grupos de Trabalho sobre:
 - Operação e Construção de Termoelétricas no País;
 - Plano Nacional do Gás;
 - Planejamento Energético do País.
- No Departamento Industrial da PETROBRAS fui responsável pela implantação e condução do “Programa Fundo de Barril”, visando a adequação do esquema de refino ao mercado e sua maior rentabilidade em dólares, para fazer frente à crise pós Choque do Petróleo de 1980. O Programa Fundo de Barril se desdobrou em seis sub-Programas: o Programas de Craqueamento de Cargas Pesadas, o de Minimização da Produção de Resíduo de Vácuo, o de Queima de Óleos Ultra viscosos, o de Lubrificantes, o de Qualidade, o de Construção de Novas Unidades;
- Na Diretoria e Presidência da BR coordenei a implantação do modelo de Planejamento Estratégico, de formulação e implantação da Reorganização Geral da Empresa e do seu novo modelo de Gestão;
- Na diretoria da PETROBRAS participei da implantação do projeto de Gás Brasil-Bolívia, da reorganização dos Departamentos de Transporte e Industrial, dos trabalhos de Planejamento Estratégico e dos projetos de Reorganização Geral da Empresa;
- No Serviço de Planejamento coordenei a revisão do Planejamento Estratégico da Empresa, a implantação do Contrato de Gestão da PETROBRAS, a implantação do Programa de Parcerias, a implantação dos Centros de Excelência, a

elaboração dos Orçamentos anuais e plurianuais da Empresa e a reformulação do Sistema de Informação Gerencial e Estratégica da PETROBRAS.

Neste período coordenei grupos de informação da PETROBRAS contando com a colaboração de dezenas de técnicos, elaborando dezenas de publicações para serem amplamente distribuídas e escrevendo artigos para revistas e jornais, bem como participando de entrevistas e debates na televisão e no rádio, sendo também conferencista de dezenas de encontros voltados para o debate da questão petróleo, atendendo determinação da presidência da Petrobras e do Ministério MME.

Iniciei o Programa de entrevistas coletivas regulares para jornalistas em sala do Serviço de Planejamento e através de salas de vídeo-conferências para transmissão para todo o Brasil, aberto ao público e jornalistas.

Formulei e implantei publicações especializadas com os títulos: DEBATES, FUNDAMENTOS, OPINIÃO abrangendo mais de duas dezenas de assuntos que estavam em debate na sociedade e, também, publicações especiais com títulos tratando de Parcerias, de Produção de Petróleo, de Planejamento de Refino; de Tecnologia; de Diagnóstico e Perspectivas da Petrobras.

- Ainda no Serviço de Planejamento, e depois como Consultor do Presidente da PETROBRAS, coordenei até 1996 todo o projeto de Parcerias da PETROBRAS na área “downstream”, destacando-se os Projetos do Brasil-Bolívia, do Polo Gás-Químico do Rio de Janeiro, das Termoelétricas, dos Polidutos e do coque.
- Em 1992 idealizei o Projeto Centros de Excelência, um Novo Paradigma de Desenvolvimento Nacional, o qual foi definido como um Projeto Estratégico da PETROBRAS. Coordenei todo o desenvolvimento e implantação desse Projeto na PETROBRAS e, hoje, coordeno as atividades, como consultor, referentes ao desenvolvimento de 12 Projetos de Centros de Excelência.

TRABALHO ATUAL

Sou contratado como Consultor da COPPE/UFRJ, desde 1996 para a área de Centros de Excelência e assessoramento em questões energéticas. Sou Coordenador Executivo do seu Espaço Centros de Excelência, tendo desenvolvido metodologia para formação de amplas e complexas redes de excelência em quaisquer campos, da

energia, da gestão, do ambiente social.. Lá tenho também participado de grupos de trabalho e de cursos, como por exemplo no recente detalhamento do Centro de Excelência do Gás da UFRJ.

Nesse trabalho coordeno diretamente a formação/implantação/operação de Centros de Excelência (são redes complexas entre órgãos de governo, empresas privadas e estatais, universidades e centros de pesquisas do País e do exterior) nas áreas de energia, de planejamento, ambiental, petroquímica, de gás, de tecnologias variadas, em um total de 12 empreendimentos, para a Petrobras e várias entidades do mercado nacional.

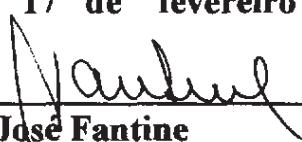
Sou membro da Academia Nacional de Engenharia – Membro eleito em 1994. Junto com o Comitê de Energia elaborei, voluntariamente, em 1999, amplo trabalho para ser encaminhado às autoridades, na ocasião da revisão da legislação do setor petróleo e gás, versando sobre o setor petróleo e gás nacional e mundial e sobre os cuidados a serem considerados na revisão;

Presto consultoria na área de Energia e Parcerias exclusivamente a empresas estatais, órgãos de governo e entidades sem finalidade lucrativa, . Nesse caso, por exemplo, elaborei amplo trabalho para o Grupo de Transição no campo da energia, considerando o cenário mundial e nacional, os pontos importantes conquistados e que deveriam ser mantidos e os pontos que deveriam receber atenções especiais no momento da recente mudança de governo.

Sou membro do Grupo de Inteligência em Energia, Política e Economia na América do Sul da IUPERJ/Candido Mendes/RJ, que assessorava empresas estatais nesses temas.

Sou diretor da ONG União Esportiva Vila Olímpica da Maré que implanta na comunidade da Maré o Centro de Excelência Sócio Desportivo vila Olímpica da Maré.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2005


José Fantine

Aviso nº 240 – C. Civil.

Em 11 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor José Fantine para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Atenciosamente, José Dirceu de Oliveira e Silva, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III – aprovar previamente, por voto secreto, após argúcção pública, a escolha de:

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997.

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

Art. 11. A ANP será dirigida, em regime de colegiado, por uma diretoria composta de um diretor-geral e quatro diretores.

§ 1º Integrará a estrutura organizacional da ANP um Procurador-Geral.

§ 2º Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação dos respectivos nomes pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

§ 3º Os membros da Diretoria cumprirão mandatos de quatro anos, não coincidentes, permitida a recondução, observado o disposto no art. 75 desta lei.

DECRETO Nº 2.455. DE 14 DE JANEIRO DE 1998.

Implanta a Agência Nacional do Petróleo – ANP, autarquia sob regime especial, aprova sua estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções de confiança e dá outras provisões.

ANEXO I
Estrutura Regimental da Agencia Nacional Petróleo

CAPÍTULO I
Da Natureza e Finalidade

SEÇÃO III
Da Diretoria

Art. 6º A ANP será dirigida por um diretor-geral e quatro diretores.

§ 1º Os Diretores serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, para cumprir mandatos de quatro anos, não coincidentes, observado o disposto no art. 75 da Lei nº 9.478, de 1997, sendo permitida a recondução.

§ 2º Na hipótese de vacância de membro da Diretoria, o novo Diretor será nomeado para cumprir o período remanescente do respectivo mandato.

§ 3º Durante o período de vacância do cargo de Diretor-Geral, na hipótese prevista no art. 10 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o Presidente da República designará um dos diretores como substituto eventual. (Parágrafo incluído pelo Decreto nº 3.968 de 15-10-2001)

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

MENSAGEM, Nº 108 DE 2005
(Nº 139/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 2.455 de 14 de janeiro de 1998, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor Victor de Souza Martins para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Brasília, 11 de março de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

VICTOR DE SOUZA MARTINS

DADOS PESSOAIS

Nome: Victor de Souza Martins
Filiação: Mario de Souza Martins e Dinah Almeida de Souza Martins
Data de nascimento: 01/09/1953
Naturalidade: Rio de Janeiro - RJ
Estado civil: divorciado
CPF: 282.995.667/20
Identidade: 12.271 - Conselho Federal de Técnicos de Administração - 7ª Região: RJ-ES
Endereço: R. Odete Oliveira Lacourt 15, apto 103, Jardim da Penha, Vitória-ES CEP 29.060-050

ATIVIDADES ATUAIS

- Sócio-Gerente da empresa Análise Consultoria e Desenvolvimento Ltda, atuando na estruturação de políticas de desenvolvimento municipal e regional, na articulação de investimentos públicos e privados, na implantação de mecanismos de controle de recursos de royalties de petróleo e gás natural, e na elaboração de estudos e projetos de desenvolvimento econômico.
- Superintendente da Organização Nacional da Indústria do Petróleo – ONIP – no Espírito Santo.
- Representante do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás Natural – IBP – no Espírito Santo.

FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO

- 1974. Diploma de Administrador de Empresas (Universidade Federal do Espírito Santo).
- 1975. Diploma de Língua e Civilização Francesa (Universidade de Paris, Jussieu).
- 1975/1976. Pós-Graduação em Nutrição e Saúde Pública no Processo do Desenvolvimento Econômico (Universidade de Paris V).
- 1979. Curso de Comunicação Social (Universidade Federal do Espírito Santo, 1979 - incompleto)
- 2000. Pós-Graduação Executiva em Petróleo - MBP (COPPE/UFRJ).

PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Um dos fundadores do PMDB do Estado do Espírito Santo;
Um dos fundadores da Associação Capixaba de Proteção ao Meio-Ambiente;
Membro do Comitê Regional ES do PROMINP - Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural;
Membro do Conselho de Energia, do Conselho de Petróleo e Gás e do Comitê de Infra-Estrutura da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo - FINDES;
Membro do Comitê de Petróleo, Gás, Energia e Química do Movimento Espírito Santo em Ação;

VLM

Membro do Comitê Organizador do Congresso Vitória Oil & Gas 2005;
Ex-representante do Estado do Espírito Santo nos Comitês de Assuntos Tributários e de Competitividade Industrial da ONIP;
Ex-membro do Conselho da Autoridade Portuária do Porto de Vitória-ES;
Ex-secretário executivo da Câmara Estadual de Logística e Comércio Exterior;
Ex-membro do Conselho Consultivo da ONIP.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- **Agência de Desenvolvimento em Rede do Estado do Espírito Santo S/A – ADERES** Assessor Especial (1998-2001) e Diretor Técnico (2001-2002) atuando nos setores de turismo, logística, desenvolvimento regional e industrial, com ênfase nas áreas de petróleo e gás natural. Coordenador dos estudos visando ao recálculo da parcela capixaba do Campo de Roncador e à implantação dos mecanismos regulatórios envolvendo a distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo.
- **Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo S/A – BANDES** – (1995 – 1998) Assessor da Presidência e Secretário Executivo da Câmara Estadual do Corredor Centro-Leste, participando da realização de diversos estudos visando à expansão da movimentação de cargas no complexo portuário do Estado do Espírito Santo.
- **Secretaria de Comunicação Social do Estado do Espírito Santo - SECOM** – (1994) – Coordenador de Divulgação e Promoção.
- **Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Espírito Santo – SEDES** – Assessor de Imprensa – (1991-1993).
- **Empresa Capixaba de Turismo S/A - EMCATUR** – Diretor-Presidente (1987-1989).
- **Comissão de Turismo Integrado da Região Sudeste** – Presidente (1988-1989)
- **Banco do Estado do Espírito Santo S/A – BANESTES** – Diretor Vice-Presidente (1985-1986).
- **Empresa de Processamento de Dados do Estado do Espírito Santo S/A – PRODEST** – Diretor-Presidente (1983-1985).
- **Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Processamento de Dados** – Diretor (1984-1985).

- **Prefeitura Municipal de Vitória – PMV** – Prefeito Interino nomeado (março/1983).
- **Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST** – Adjunto Administrativo na Assessoria de Comunicação (1981-1983).
- **TV Gazeta do Espírito Santo** – Chefe de Reportagem e Editor (1978-1981).
- **Jornal do Brasil S/A no Espírito Santo** – Correspondente (1978-1981).
- **Revista Espírito Santo Agora** – Diretor (1977-1978).
- **A Gazeta S/A** – Redator (1973-1974).
- **Meta Propaganda Ltda** – Redator (1972).
- **O Diário** – Repórter (1971).

PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS

- **Marsanto Imóveis Ltda** – sócio-quotista e diretor.
- **Guaxindiba Empreendimentos Ltda** – sócio-quotista e diretor.

Vitória (ES), 04 de março de 2005.

Vitor
VICTOR DE SOUZA MARTINS

Aviso nº 241-C.Civil

Em 11 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
 Senador Efraim Moraes
 Primeiro-Secretário do Senado Federal
 Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,
 Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual
 o Excellentíssimo Senhor Presidente da República
 submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Victor de Souza Martins para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
 Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
 III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....
 f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

.....
 Art. 11. A ANP será dirigida, em regime de colegiado, por uma Diretoria composta de um Diretor-Geral e quatro Diretores.

§ 1º integrará a estrutura organizacional da ANP um Procurador-Geral.

§ 2º Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação dos respectivos nomes pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

.....
 § 3º Os membros da Diretoria cumprirão mandatos de quatro anos, não coincidentes, permitida a recondução, observado o disposto no art. 75 desta Lei.

DECRETO Nº 2.455, DE 14 DE JANEIRO DE 1998

Implanta a Agência Nacional do Petróleo ANP, autarquia sob regime especial, aprova sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança e dá outras providências.

ANEXO I
Estrutura Regimental da Agência Nacional do Petróleo

CAPÍTULO I
Da Natureza e Finalidade

Seção III
Da Diretoria

Art. 6º A ANP será dirigida por um Diretor-Geral e quatro Diretores.

§ 1º Os Diretores serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, para cumprir mandatos de quatro anos, não coincidentes, observado o disposto no art. 75 da Lei nº 9.478, de 1997, sendo permitida a recondução.

§ 2º Na hipótese de vacância de membro da Diretoria, o novo Diretor será nomeado para cumprir o período remanescente do respectivo mandato.

§ 3º Durante o período de vacância do cargo de Diretor-Geral, na hipótese prevista no art. 10 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o Presidente da República designará um dos Diretores como substituto eventual. (Parágrafo incluído pelo Decreto nº 3.968, de 15-10-2001)

.....
 (À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
 – As matérias vão à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 154, DE 2005.

A Comissão Externa, criada mediante Ato nº 8, de 2005–SF, do Presidente do Senado Federal, “como

o objetivo de acompanhar, como observadores, as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal Polícia Civil do Estado do Pará e apresentar ao Senado Federal, no prazo de trinta dias, relatório circunstanciado sobre o assassinato da Missionária Dorothy Stang, requer nos termos do art. 76, § 1º, inciso I, a prorrogação dos seus trabalhos por mais dez dias, para tão somente a conclusão e deliberação do seu Relatório Final, que vem em atendimento aos anseios da sociedade brasileira quanto o acompanhamento das investigações acerca do assassinato da missionária Dorothy Stang, fato determinado a que se destina esta Comissão, conforme Ato nº 8, de 2005–SF, aprovado em 16-2-2005.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Ana Julia Carepa – Serys Slhessarenko – Demóstenes Torres – Eduardo Suplicy – Luiz Otávio.**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 155, DE 2005

Requerem Voto de Lembrança, pela passagem da data natalícia do Deputado Luiz Eduardo Magalhães.

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Lembrança, pelo transcurso da data aniversária do Deputado Luís Eduardo Magalhães, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, que, se vivo ainda estivesse, completaria hoje 50 anos de idade.

Requeremos, ainda, que deste Voto de Lembrança sejam cientificados os familiares de Luiz Eduardo Magalhães, em especial, seu pai, o Senador Antônio Carlos Magalhães, o Prefeito da cidade de Luiz Eduardo Magalhães, na Bahia e o Presidente da Câmara dos Deputados.

Justificação

O Deputado Luís Eduardo Magalhães, que faleceu prematuramente aos 43 anos de idade, foi uma das mais gratas e significantes revelações do meio político brasileiro. Pelo seu talento e dedicação ao mandato de Deputado Federal, ascendeu à Presidência da Câmara dos Deputados, e certamente mais longe iria se o infortúnio não o tivesse retirado do convívio com o povo da Bahia e do Brasil, que tão

bem e com dignidade soube representar no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – **Sérgio Guerra**, Líder da Minoria – **Tasso Jereissati**, **Jorge Bornhausen** – **Marco Maciel** – **José Agripino**, Líder do PFL – **Osmar Dias** – **Eduardo Azeredo** – **Heráclito Fortes** – **José Jorge**.

REQUERIMENTO Nº 156, DE 2005

Requerem Voto de Lembrança pelo transcurso do 30º aniversário de instalação do mandato do Dr. Tarcísio Maia no Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Lembrança ao saudoso Dr Tarcísio Maia, pelo transcurso, ontem, dia 15 de março de 2005, do 30º aniversário de instalação do seu mandato como Governador do Estado do Rio Grande do Norte.

Requeremos, ainda, que deste Voto de Aplauso sejam cientificados os familiares do homenageado, especialmente seu filho, o ilustre Líder do PFL, Senador José Agripino Maia; o Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, Deputado Robinson Faria, e o Coordenador da Comissão Organizadora das comemorações do evento, o ex-Vice-Governador Genivaldo Barros.

Justificação

A homenagem que ora requeremos é justa, pelo que significou para o Rio Grande do Norte o Governo Tarcísio Maia, de tradicional família potiguar e que, em vida, foi uma das mais brilhantes figuras da política do Nordeste e do País.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Arthur Virgílio – Sérgio Guerra – Jorge Bornhausen – Marco Maciel.**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará os votos de lembrança solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 157, DE 2005

Nos termos do disposto no artigo 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Tramitação em Conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2005 – (De iniciativa do Senador Leomar Quintanilha – PMDB/TO) que “Modifica os arts. 275 e 585

do Código de Processo Civil, a fim de conferir à cota condominial a característica de título executivo extrajudicial.", aos Projetos de Lei da Câmara nº 81/2002 (na origem PL nº 3131-2000 – De iniciativa do Deputado Aldir Cabral – PFL/RJ), que "Dá nova redação ao inciso IV do artigo 585 e suprime a alínea b do inciso II do artigo 275, ambos do Código de Processo Civil.", e Projeto de Lei da Câmara nº 90/2004, (na origem PL nº 2.477-2003 – De iniciativa do Deputado Arnaldo Farias de Sá, PTB/SP), que "Dá nova redação ao inciso IV do art. 585 da Lei nº 5.869, de II de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, dispondo sobre títulos executivos extrajudiciais.", por versarem sobre a mesma matéria.

Sala de Sessões, 16 de março de 2005. – **Leomar Quintanilha.**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2005

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre os gastos do programa Atenção à Saúde Indígena, da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre os gastos do programa Atenção à Saúde Indígena, da Fundação Nacional de Saúde – Funasa:

- 1) Quais são os objetivos do programa "Atenção à Saúde Indígena", da Funasa?
- 2) Que ações estão sendo desenvolvidas pelo programa para alcançar tais objetivos?
- 3) Qual foi o orçamento destinado ao referido programa, em 2004, e qual é o orçamento previsto para 2005?
- 4) Quais foram os principais gastos do programa, em 2004?
- 5) Quais foram os gastos efetuados pelo programa, em 2004, com diárias, passagens, combustíveis, manutenção de veículos e locação de meios de transporte?
- 6) Qual o percentual destes gastos em relação ao orçamento destinado ao programa?

7) Que providências estão sendo tomadas no âmbito do programa para que sejam solucionados os problemas de desnutrição e morte de crianças indígenas?

Justificação

Matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo** no dia 10 de março do corrente intitulada "Funasa gasta R\$87,9 mil em churrascaria", mostra que os gastos com atividade médica e alimentação representaram apenas 5% do programa de saúde da entidade em 2004. Por outro lado, a matéria mostra, também, que os gastos com passagens e diárias, por exemplo, estão muito acima dos gastos com compra de remédios e fornecimento de alimentos. As viagens incluem participação em conselhos e até avaliação de imóveis para aluguel em substituição de postos em reforma.

Por outro lado, o mesmo jornal publicou, em sua edição on-line do dia 23 de fevereiro do corrente, que o presidente Lula teria pedido ao ministro da Saúde mais atenção do ministério às aldeias dos índios das etnias guarani e caiuá, em Mato Grosso do Sul, onde crianças estão morrendo de fome.

No entanto, segundo matéria do **Jornal do Brasil** de 9 de março, o ministro da Saúde afirmou que as mortes de crianças indígenas no Mato Grosso do Sul estão dentro do normal e considerou que a desnutrição dessas crianças estaria ligada a problemas culturais.

Assim, o objetivo deste requerimento é esclarecer se o orçamento destinado ao programa "Atenção à Saúde Indígena" está tendo a devida destinação e de que forma o ministério da saúde está atuando para evitar que os casos de desnutrição e morte de crianças indígenas continuem ocorrendo sem a devida assistência daquela Pasta.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será despatchado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 159, DE 2005

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a atuação do Banco Central no processo de liquidação do Banco Santos.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do regimento interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a atuação do Banco Central no processo de liquidação do Banco Santos:

- 1) O Presidente do Bacen recebeu recomendações ou relatórios de alguma de suas diretórias sobre a situação patrimonial do Banco Santos antes de decretar a liquidação da instituição?
- 2) Qual a data e o conteúdo destas recomendações/relatórios?
- 3) Que providências foram tomadas após cada uma destas recomendações/relatórios?
- 4) Em que momento o Bacen identificou a necessidade de intervenção no Banco Santos?
- 5) Quanto tempo após identificar essa necessidade o Bacen levou para tomar a decisão de intervenção?

Justificação

O jornalista Ricardo Boechat, em sua coluna do **Jornal do Brasil** do último dia 7 de março, publicou nota na qual informa que o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, recebeu um relatório da área de fiscalização do Banco informando que o patrimônio líquido do banco santos não chegava a 1% do que fora declarado, dois meses antes, no balanço da instituição.

Por outro lado, o jornal **O Estado de São Paulo**, em sua edição **on line** do mesmo dia, publicou declaração do presidente do Bacen que teria dito que “Antes da intervenção não houve nenhuma recomendação de intervenção ou em nenhum momento foi indicado que o patrimônio do banco estava num nível aceitável”.

A fim de esclarecer as duvidas sobre o fato acima citado, e no cumprimento das atribuições constitucionais, é que apresento este requerimento da informações.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Arthur Virgílio**, líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2005.**

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições, resolvem prorrogar para o dia 28 de abril de 2005 o prazo da Comissão Mista criada por meio do **Ato Conjunto nº 2**, de 6 de dezembro de 2004, destinada a efetuar estudos visando ao aperfeiçoamento do rito de tramitação de medidas provisórias.

É o seguinte o Ato:

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2005

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições, resolvem prorrogar, para o dia 28 de abril de 2005, o prazo da Comissão Mista criada por meio do Ato Conjunto nº 2, de 6 de dezembro de 2004, destinada a efetuar estudos visando ao aperfeiçoamento do rito de tramitação de medidas provisórias.

Congresso Nacional, 10 de março de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal – Deputado **Severino Cavalcanti**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 2005

Altera a redação dos §§ 7º e 8º do artigo 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que “Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os §§ 7º e 8º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 7º. A eficácia dos atos de que trata este artigo fica condicionada à sua aprovação, caso em que retroagirá à data de sua realização. (NR)

§ 8º. Os prazos estabelecidos nos §§ 6º e 7º poderão ser prorrogados justificadamente por igual período, uma única vez, e ficarão suspensos enquanto não forem apresentados esclarecimentos e documentos imprescindíveis à análise do processo, solicitados pelo Cade, SDE ou SPE. (NR)”

Justificação

A Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transformou o Cade em autarquia estabelece em seu art. 1º seus seguintes princípios:

“Art. 1º Esta lei dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.

Parágrafo único. A coletividade é a titular dos bens jurídicos protegidos por esta lei.”

Mais adiante, seu art. 54 dispõe sobre as formas de controle:

Art 54. Os atos, sob qualquer forma manifestados, que possam limitar ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência, ou resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços, deverão ser submetidos à apreciação do Cade.

§ 1º O Cade poderá autorizar os atos a que se refere o **caput**, desde que atendam as seguintes condições:

I – tenham por objetivo, cumulada ou alternativamente:

- a) aumentar a produtividade;
- b) melhorar a qualidade de bens ou serviço; ou
- c) propiciar a eficiência e o desenvolvimento tecnológico ou econômico;

II – os benefícios decorrentes sejam distribuídos eqüitativamente entre os seus participantes, de um lado, e os consumidores ou usuários finais, de outro;

III – não impliquem eliminação da concorrência de parte substancial de mercado relevante de bens e serviços;

IV – sejam observados os limites estritamente necessários para atingir os objetivos visados.

§ 2º Também poderão ser considerados legítimos os atos previstos neste artigo, desde que atendidas pelo menos três das condições previstas nos incisos do parágrafo anterior, quando necessários por motivo preponderantes da economia nacional e do bem comum, e desde que não impliquem prejuízo ao consumidor ou usuário final.

§ 3º Incluem-se nos atos de que trata o **caput** aqueles que visem a qualquer forma de concentração econômica, seja por meio de

fusão ou incorporação de empresas, constituição de sociedade para exercer o controle de empresas ou qualquer forma de agrupamento societário, que implique participação de empresa ou grupo de empresas resultante em trinta por cento ou mais de mercado relevante, ou em que qualquer dos participantes tenha registrado faturamento bruto anual no último balanço equivalente a 100.000.000 (cem milhões) de Ufir, ou unidade de valor superveniente.

§ 4º Os atos de que trata o **caput** deverão ser apresentados para exame, previamente ou no prazo máximo de quinze dias úteis de sua realização, mediante encaminhamento da respectiva documentação em três vias à SDE, que imediatamente enviará uma via ao Cade e outra à SPE.

§ 5º A inobservância dos prazos de apresentação previstos no parágrafo anterior será punida com multa pecuniária, de valor não inferior a 60.000 (sessenta mil) Ufir nem superior a 6000.000 (seis milhões) de Ufir a ser aplicada pelo Cade, sem prejuízo da abertura de processo administrativo, nos termos do art. 32.

§ 6º Após receber o parecer técnico da SPE, que será emitido em até trinta dias, a SDE manifestar-se á em igual prazo, e em seguida encaminhará o processo devidamente instruído ao Plenário do CADE, que deliberará no prazo de trinta dias.

§ 7º A eficácia dos atos de que trata este artigo condiciona-se à sua aprovação caso em que retroagirá à data de sua realização, não tendo sido apreciados pelo Cadê no prazo de trinta dias estabelecido no parágrafo anterior, serão automaticamente considerados aprovados. (Grifo nosso)

§ 8º Os prazos estabelecidos nos §§ 6º e 7º ficarão suspensos enquanto não forem apresentados esclarecimentos e documentos imprescindíveis à análise do processo, solicitados pelo Cade, SDE ou SPE.

§ 9º Se os atos especificados neste artigo não forem realizados sob condição suspensiva ou deles tiverem decorrido efeitos perante terceiros, inclusive de natureza fiscal, o Plenário do Cade, se concluir pela sua não aprovação, determinará as providências cabíveis no sentido de que sejam desconstituídos, total ou parcialmente, seja por meio de distrato, cisão de sociedade, venda de ativos, cessação parcial de atividades ou qualquer outro ato ou providência que elimi-

ne os efeitos nocivos à ordem econômica, independentemente da responsabilidade civil perdas e danos eventualmente causados a terceiros.

§ 10. As mudanças de controle acionário de companhias abertas e os registros de fusão, sem prejuízo da obrigação das partes envolvidas devem ser comunicados à SDE, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Departamento Nacional de Registro Commercial do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (DNRC/MICT), respectivamente, no prazo de cinco dias úteis para, se for o caso, serem examinados.

Observa-se que esta norma – gerada em 1994, época em não eram comuns esses processos acelerados de criação de conglomerados econômicos – permitia a utilização do instrumento da aprovação, por decurso de prazo, dos atos de concentração econômica não apreciados a tempo – trinta dias – pelo Cade.

Hodiernamente, os fenômenos de concentração econômica são mais freqüentes. Há uma explícita tendência de fusões e incorporações de diversos setores do mercado, no Brasil e no mundo. Recentemente, deparamos com o não pouco polêmico processo de fusão de grandes indústrias cervejarias.

Em face de tais circunstâncias, considero oportuno adequar a legislação vigente de forma a não permitir que instituições de controle e grande responsabilidade pelo equilíbrio da economia nacional, como é o caso da SDE, SPE e do Cade, se comportem de maneira açodada ou omissa na apreciação destes atos. Para tanto, com esta proposição, facuto às instituições a possibilidade de ampliação de seus prazos para instrução de seus processos, e, ao mesmo tempo, e por precaução, retiro a questionável aprovação destes mesmos atos por decurso de prazo, instrumento este que, quando de sua utilização em outras circunstâncias, nos é de desagradável lembrança.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Pedro Simon**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.884, DE 11 DE JUNHO DE 1994

Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras provisões.

Do Controle de Atos e Contratos

Art. 54. Os atos, sob qualquer forma manifestados, que possam limitar ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência, ou resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços, deverão ser submetidos à apreciação do Cade.

§ 7º A eficácia dos atos de que trata este artigo condiciona-se à sua aprovação, caso em que retroagirá à data de sua realização; não tendo sido apreciados pelo Cade no prazo de trinta dias estabelecido no parágrafo anterior, serão automaticamente considerados aprovados.

§ 8º Os prazos estabelecidos nos §§ 6º e 7º ficarão suspensos enquanto não forem apresentados esclarecimentos e documentos imprescindíveis à análise do processo, solicitados pelo Cade, SDE ou SPE.

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2005

Altera a redação do art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com o objetivo de instituir a suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira da empresa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943, na forma do art. 1º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 476-A Mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, observado o disposto no art. 471 desta consolidação, o contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de dois a cinco meses:

I – para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual;

II – quando o empregador, em razão de crise econômico-financeira, comprovadamente não puder manter o nível da produção ou o fornecimento de serviços.

§ 4º Durante o período de suspensão contratual a que se referem os incisos I e II

deste artigo, o empregado fará jus aos benefícios voluntariamente concedidos pelo empregador.

.....
§ 7º O prazo limite fixado no **caput** poderá ser prorrogado mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, devendo o empregador, quando se tratar de curso ou programa de qualificação profissional, arcar com o ônus correspondente ao valor da bolsa de qualificação profissional no respectivo período. (NR)"

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de publicação.

Justificação

A possibilidade de suspensão do contrato de trabalho para participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, em conformidade com o disposto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, é novidade estabelecida por intermédio da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

O mesmo instrumento legal instituiu a bolsa de qualificação profissional, custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, à qual faz jus o trabalhador com o contrato de trabalho suspenso em virtude de sua participação no curso ou programa de qualificação.

Assim, o empregador pode, por um período que varia de dois a cinco meses, manter seu empregado com o contrato de trabalho suspenso e oferecer-lhe, no mesmo período, curso de qualificação profissional.

Nessa situação, o empregado passa a receber parcelas da bolsa de qualificação, de valores similares àqueles que faria jus a título de seguro-desemprego, conservando a condição de segurado da Previdência Social. O empregador, por seu turno, deixa de pagar o salário do empregado e de recolher os respectivos encargos sociais, embora possa conceder-lhe ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial, e outros benefícios voluntários.

O projeto de lei ora proposto busca flexibilizar essa modalidade de suspensão contratual não-remunerada, de forma a também abranger a suspensão do contrato de trabalho em virtude de crise econômico-financeira enfrentada pela empresa.

A idéia é que, nos casos de efetiva dificuldade econômica, a empresa conte com mais uma opção à imediata demissão de mão-de-obra. Tal opção pode ser interessante para as duas partes da relação contratual. Para o empregador, porque passa a dispor de um período para verificar se a situação de crise é conjuntural

ou estrutural. Ou seja, se pode ou não ser contornada. No primeiro caso, reintegrará os trabalhadores cujos contratos foram suspensos. No segundo, demiti-los-á. Para o empregado, porque terá maior chance de não ser demitido.

Ressalte-se que o interesse do empregador em manter parte de sua mão-de-obra com contrato de trabalho suspenso justifica-se pelo fato de que, muitas vezes, o custo de perdê-la é elevado. Isso ocorre com aqueles trabalhadores especializados, treinados pela empresa e realmente eficientes que estariam na eminência de serem demitidos unicamente em função de efetiva dificuldade econômica.

Também vale explicitar que a proposta é que as condições de suspensão sejam as mesmas hoje existentes para a participação em curso de qualificação profissional. Ou seja, o empregador deixa de pagar os salários e encargos sociais relativos ao empregado com contrato suspenso, podendo, todavia, conceder-lhe ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial, e outros benefícios de caráter voluntário. A diferença em relação à situação hoje existente é que o empregador não terá que oferecer a esse empregado qualquer curso de qualificação, bem como este não receberá bolsa custeada pelo Programa de Seguro Desemprego.

Do exposto, fica clara a oportunidade da proposta, principalmente nestes tempos de elevadíssimas taxas de desemprego, razão pela qual solicito o apoio dos nobres parlamentares.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Jefferson Péres**.

LEGISLACAO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este decreto-lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitárias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1º de maio de 1943, 122º da Independência e 55º da República. – **GETÚLIO VARGAS** – **Alexandre Marcondes Filho**.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

CAPÍTULO IV
Da Suspensão e da Interrupção

Art. 476-A (Vide Medida Provisória nº 2.164-41)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.164-41,
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º da Constituição, adota a seguinte medida provisória, com força de lei:

Art. 1º Acrescentem-se os seguintes arts. 58-A, 130-A, 476-A e 627-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 12 de maio de 1943):

“Art. 476-A. O contrato de trabalho poderá ser suspenso por um período de dois a cinco meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, observado o disposto no art. 471 desta consolidação.

§ 4º Durante o período de suspensão contratual para participação em curso ou programa de qualificação profissional, o empregado fará jus aos benefícios voluntariamente concedidos pelo empregador.

§ 7º O prazo limite fixado no **caput** poderá ser prorrogado mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, desde que o empregador arque com o ônus correspondente ao valor da bolsa de qualificação profissional, no respectivo período.” (NR)

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 77, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Proíbe a realização de operações de câmbio por empresas de turismo e outras não integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As operações de câmbio serão realizadas exclusivamente por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional que detenham autorização do Banco Central do Brasil para atuarem nessa modalidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto destina-se a evitar a evasão de divisas praticada por parte de empresas de turismo e outras não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, que tenham recebido autorizações do Banco Central do Brasil para realizarem operações de câmbio.

No decorrer dos últimos anos, o próprio Banco Central do Brasil foi obrigado a cassar centenas das autorizações que havia concedido, em virtude de abusos e desvio de finalidade das concessões, que transformaram vários estabelecimentos de turismo em casas de câmbio clandestinas, controladas por doleiros.

Sob o manto da autorização oficial e da precariedade da atividade de fiscalização pelo poder público, boa parte das empresas de turismo converteram-se em abrigo para a camuflagem de operações ilegais por parte de doleiros, que vem operando para pessoas que precisam ocultar a origem e o destino de recursos amealhados em atividades ilícitas e na negociação fiscal.

Ao tornar as operações de câmbio privativas das instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, o projeto elimina a possibilidade do doleiro cercar de uma capa de legalidade o estabelecimento comercial em que exerce suas atividades ilícitas.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – Senador **Antero Paes de Barros**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional e Turismo)

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 78, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Altera a Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso V do art. 33 da Lei Complementar nº 35, de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33. São prerrogativas do magistrado:

.....
V – portar arma de defesa pessoal, somente quando estiver sofrendo ameaça a sua integridade física. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O exercício da Magistratura necessita realmente de prerrogativas especiais que lhe garantam condições para a plena liberdade de decisão dos juízes. Entretanto, em uma sociedade moderna e civilizada não existe sentido em se garantir determinadas exceções aos juízes que não estejam de acordo com os princípios de igualdade democrática. Uma destas exceções que não se coadunam com a atual filosofia de desarmamento pregada por toda a sociedade brasileira diz respeito à garantia de portar arma sem uma motivação aparente. Ora, o juiz é o intérprete maior da lei, porém não pode diferenciar-se de todo e qualquer cidadão simplesmente por este fato. Assim, o objetivo da presente proposição legislativa é restringir aos juízes o acesso a arma de fogo, a não ser quando em situação de risco e, portanto, plenamente justificada. Não podemos esquecer que quanto menos armas existirem na rua, menor o número de crimes, como o exemplo recente do assassinato no Ceará tanto nos indignou.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – Senador **Antero Paes de Barros**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 35,
DE 14 DE MARÇO DE 1979

Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

.....
Art. 33 – São prerrogativas do magistrado:

I – ser ouvido como testemunha em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade ou Juiz de instância igual ou inferior;

II – não ser preso senão por ordem escrita do Tribunal ou do órgão especial competente para o jul-

gamento, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará imediata comunicação e apresentação do magistrado ao Presidente do Tribunal a que esteja vinculado (vetado);

III – ser recolhido a prisão especial, ou a sala especial de Estado-Maior, por ordem e à disposição do Tribunal ou do órgão especial competente, quando sujeito a prisão antes do julgamento final;

IV – não estar sujeito a notificação ou a intimação para comparecimento, salvo se expedida por autoridade judicial;

V – portar arma de defesa pessoal.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2005

Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Emitir, oferecer, subscrever, endossar ou negociar, de qualquer modo, títulos ou valores mobiliários:

I – falsos ou falsificados;

II – sem registro prévio de emissão junto à autoridade competente, em condições divergentes das constantes do registro ou irregularmente registrados;

III – sem lastro, saldo, numerário, crédito ou garantia suficientes;

IV – sem autorização prévia da autoridade competente, quando legalmente exigida.

Pena – Reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Esta proposição objetiva delimitar e especificar, com maior clareza, os crimes em que títulos ou valores mobiliários são expostos e trocados no mercado sem que tenham a correspondente garantia monetária, também definida como lastro em dinheiro. Acredito que esta brecha para a impunidade estará fechada ao significarmos, específica e restritivamente, o que significam estes lastros e garantias.

Apesar destes conceitos nos parecerem óbvios, a redação em vigor da lei remete a uma legislação subsidiária para definir seus conceitos – que, por sinal, não existe – e, em nosso entendimento, seria supérflua e desnecessária, face à nova redação proposta, para a qual solicito o apoio de meus ilustres pares.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Pedro Simon.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986.

Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências.

Art. 7º Emitir, oferecer ou negociar, de qualquer modo, títulos ou valores mobiliários:

I – falsos ou falsificados;

II – sem registro prévio de emissão junto à autoridade competente, em condições divergentes das constantes do registro ou irregularmente registrados;

III – sem lastro ou garantia suficientes, nos termos da legislação;

IV – sem autorização prévia da autoridade competente, quando legalmente exigida:

Pena – Reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80 DE 2005

Dispõe sobre o reconhecimento dos diplomas de pós-graduação no âmbito do Mercosul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os diplomas de cursos de pós-graduações de Mestrado e Doutorado expedidos por universidades ou instituições de ensino superior tradicionais, sediadas nos países integrantes do Mercosul, serão admitidos automaticamente no Brasil, mediante averbação na Secretaria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único – Entende-se por universidades ou instituições de ensino superior tradicionais, aquelas autorizadas pelo Governo do respectivo país integrante do Mercosul e que estejam em funcionamento há mais de 30 anos.

Art. 2º Para serem averbados, os diplomas a que se refere o art. 1º desta lei devem ser autenticados

pelos órgãos públicos responsáveis pela Educação e Cultura e pelas Relações Diplomáticas do país em que está sediada a instituição de ensino e pelo órgão diplomático do Brasil naquele país.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Esta proposição, que ora submeto a meus ilustres pares, me foi sugerida pelo cidadão, meu conterrâneo, Sr. Ederson Dias da Silva, que com muita propriedade ponderou sobre a necessidade de dotar a nossa legislação pátria de instrumento agregador de relações educacionais e culturais no bloco do Mercosul.

Após exame a *prima facie*, considerei que o projeto merece prosperar na análise do Poder Legislativo. Segue-se seu arrazoado:

“É notória a escassez de cursos de pós-graduação de Mestrado e Doutorado no Brasil, o que acarreta dificuldades na qualificação dos professores de cursos universitários de graduação e mesmo na área profissional, quando os currículos são analisados no exterior.

A grande maioria dos professores do ensino superior no Brasil são apenas graduados ou especialistas, sendo a minoria mestres e muito menos doutores.

A tradição universitária no Brasil se iniciou muito tarde, sendo de notar que a universidade mais antiga é de 1919, a Universidade Federal do Paraná, embora alguns atribuam a maior antiguidade à Universidade Federal do Amazonas, que seria de 1913 e mesmo à Universidade do Brasil, de 1920, sendo que a Universidade de Córdoba, na Argentina, é de 1628 (por bula do Papa Gregório XV), só para efeito de comparação. A Universidade de Buenos Aires (UBA), criada em 1821, também precedeu em quase um século a Universidade Federal do Paraná.

A demora da implantação do ensino superior no Brasil se deveu, principalmente, ao espírito corporativo daqueles que possuíam as prerrogativas de cursos superiores não quererem facilitar a obtenção do mesmo título a outros conterrâneos.

Situação semelhante ocorreu recentemente em Portugal, quando foi proibido o exercício da profissão aos diplomados em Odontologia no Brasil. Após muitas discussões, veiculadas inclusive nos principais programas de televisão e jornais, ficou constatada que a formação dos brasileiros era mais específica

e atualizada do que a formação ministrada em Portugal e, ao final, foram aceitos todos aqueles profissionais e seus diplomas.

Há que considerar, ainda, o fato de vários países do Mercosul manterem convênio de reconhecimento automático com a Espanha, inclusive anteriores ao Mercado Comum Europeu, do que resulta a seguinte situação:

Com a criação do Mercado Comum Europeu, todos os convênios mantidos com qualquer um dos integrantes foram estendidos aos demais, v. g. um título de doutorado expedido na Argentina é automaticamente aceito na Espanha, França, Alemanha, Inglaterra etc, todos países mais desenvolvidos culturalmente que o Brasil, e que, há muito, abandonaram o reconhecimento simplesmente documental, sendo o título (diploma), um pressuposto que terá que ser confirmado pelo desempenho.

É de notar, ainda, que os cursos de Mestrado e Doutorado, até recentemente e na sua maioria, apresentavam um número muito reduzido de vagas (6 a 8 por ano) e a seleção sofria acentuado influxo subjetivo, favorecendo os candidatos das próprias universidades ou a elas vinculados, com critérios muito corporativos.

A tradição acadêmica brasileira, até hoje, não obteve nenhum Prêmio Nobel, enquanto na Argentina existem três.

A aceitação automática dos diplomas de cursos de pós-graduação obtidos nos países do Mercosul não trará nenhuma desvantagem para o ensino ou o exercício profissional. Os cursos de pós-graduação têm valor apenas acadêmico, não implicando no exercício profissional.

Considerando-se que a grande maioria dos professores não possui estas titulações, o reconhecimento automático só trará vantagens à qualificação do ensino.

Observe-se que os professores são admitidos por concurso, inclusive para o último nível da carreira – professor titular – o que permitiria a avaliação comparativa dos candidatos.

É importante lembrar que todo professor admitido, mesmo por concurso público, está sujeito a um período de três anos de estágio probatório durante o qual sofre avaliação de seu desempenho e, portanto, se não for efetivamente capaz, deve ser dispensado. O estágio probatório deve ser, de fato, a avaliação das condições que o professor deve apresentar

para ser mantido em uma Instituição de nível superior.

Seria importante, ainda, que o Ministério de Educação e Cultura do Brasil informasse qual o número e percentual de professores que não foram aprovados no estágio probatório nos últimos dez anos. É lógico que este dado mostrará a eficiência da avaliação, pois num universo de milhares sempre a haverá algum que não corresponda.

Outro aspecto importante é o custo que terão as pessoas interessadas em realizar cursos de pós-graduações de Mestrado e Doutorado, pois nos países da Europa, Estados Unidos e Canadá o custo será muito mais elevado, em razão da média de preços para bens e serviços naqueles países, além dos maiores gastos com viagens.

Para que as universidades brasileiras montem cursos de pós-graduações de Mestrado e Doutorado, na quantidade e diversidade necessárias, demandaria muitos anos, o que iria ocasionar um atraso na qualificação exigida para os cursos de graduação.

Sob o aspecto histórico, cumpre lembrar que o “Doutorado”, até 1950, se constituía numa prova a ser realizada perante uma banca e uma defesa de tese, situação essa conservada em muitos países da Europa com larga tradição acadêmica.

Posteriormente, até 1974, foram atribuídos títulos de doutor àqueles que se submetiam a concursos para “professor livre-docente”, “professor catedrático” ou “professor titular”, sendo exigida a realização de provas escritas, orais, didática e uma defesa de tese. Ainda hoje, existem professores exercendo o magistério com a titulação de doutor obtida na forma acima descrita, com ótimo proveito para o ensino.

O Decreto Legislativo nº 62 de 2004, de autoria do Senador Tião Viana, em seu art. 1º, aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para o Prosseguimento de Estudo de Pós-Graduação nas Universidades nos Estados partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília em 5 de dezembro de 2002, não demarcando o período de realização dos cursos.

Em nossa proposta, o art. 2º dá ênfase ao amparo devido aos diplomas concedidos a alunos que iniciaram seu curso antes de 31 de dezembro de 2003. No art. 3º sugerimos quais

organismos brasileiros e dos países onde foi realizado o curso, devem averbar e/ou autenticar os diplomas concedidos.”

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Pedro Simon.**

(À *Comissão Conjunta Parlamentar do MERCOSUL.*)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6 DE 2005

Altera os arts. 52, XI, e 164 da CF para instituir mecanismos de nomeação e destituição do presidente e diretores do Banco Central.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XI do art. 52 da Constituição Federal passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 52.

.....

XI – aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República e do presidente e diretores do Banco Central antes do término de seus mandatos;

Art. 2º O art. 164 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 164.

.....

§ 4º O presidente e os diretores do Banco Central serão nomeados pelo Presidente da República, mediante a aprovação de seus nomes pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal e por voto secreto, após sabatina pela comissão competente, para mandatos cuja duração será fixada em lei complementar, permitida uma única recondução. (NR)”

Art. 3º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nas últimas duas décadas, tomou-se consensual a idéia de que políticas monetárias lenientes não são capazes de gerar desenvolvimento econômico sustentado. Elas podem, no máximo, gerar surtos de expansão de curto prazo, que serão fatalmente seguidos de retração da produção e desorganização dos contratos.

Também se entende hoje que o combate à inflação pode ser tão menos custoso em termos de produto – e, portanto, de bem-estar social – quanto mais a sociedade confiar na real disposição das autoridades de manter a inflação em níveis moderados. Ocorre que os ciclos políticos e eleitorais podem ter duração diferente da dos ciclos econômicos. Surge dessa defasagem uma tentação para o Poder Executivo: utilizar políticas monetárias frouxas para obter resultados políticos ou eleitorais imediatos, jogando o custo do ajuste para o futuro.

A convergência entre essas idéias se materializou na criação de bancos centrais autônomos de direito ou na aceitação tácita de um maior grau de autonomia prática, ainda que não formalizada institucionalmente.

No Brasil, vivemos a segunda situação. Não obstante os resultados expressivos que esse arranjo vem obtendo, tanto na forma de índices de inflação baixos, quanto na resposta satisfatória do aumento do PIB – no ano passado o crescimento foi de 5,2% -, não se pode negar que alguma incerteza política quanto à continuidade de políticas monetárias consistentes é uma reação legítima dos agentes econômicos e dos cidadãos. E essa incerteza tem um preço.

É preciso avançar. Se a autonomia tácita de que goza o Banco Central for formalizada no nosso ordenamento jurídico, o Brasil só terá a ganhar. O custo de combater a inflação será reduzido em muito.

Quando os agentes econômicos tiverem certeza de que os diretores e o presidente do Banco Central não precisarão fazer concessões políticas para permanecerem em seus cargos, as metas de inflação ganharão maior credibilidade. E credibilidade é um atributo chave na condução da política monetária: se todos confiam que o Banco Central será capaz de fazer a inflação convergir para a meta estipulada, todos fixarão seus preços dentro das margens previstas pela autoridade monetária. Em consequência, reduz-se o custo da política monetária, sendo possível atingir uma menor inflação com menor taxa de juros.

Também não podemos ignorar que a inexistência de garantia legal de um mandato fixo para os dirigentes do Banco Central estabelece uma permanente guerra de informação entre a autoridade monetária, o mercado e o Governo. Quando o Banco Central é criticado, seus dirigentes podem ser tentados a usar a eleva-

ção da taxa de juros como forma de reafirmar sua autonomia "de fato", enviando ao mercado sinais de que não se deixam amedrontar por críticas. Esse tipo de comportamento aumenta o custo da política monetária. Em um quadro institucional onde a autonomia dos dirigentes fosse garantida por lei, tal fenômeno não ocorreria.

Nesse sentido, proponho que sejam inseridos na Carta Magna os requisitos necessários para que lei complementar regulamente a autonomia operacional do Banco Central do Brasil.

Em síntese, esta proposição dá mandatos fixos ao presidente e diretores do Banco Central, prevendo que sua demissão só poderá ocorrer por

iniciativa do Presidente da República e aprovação por maioria absoluta dos senadores, por voto secreto. Ao mesmo tempo, prevê que lei complementar irá disciplinar a autonomia operacional daquela instituição.

Considero que a aprovação desta proposição permitirá a redução mais rápida das taxas de juros, ao mesmo tempo que dará ao País um quadro institucional mais sólido e estável, favorecendo o ambiente econômico e estimulando o investimento, a redução da taxa de juros e o crescimento do produto nacional.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005.

1. *Presidente da República*
 17. *José Serra*
 18. *Alcides Galvão*
 19. *José Serra*
 20. *Jaques Wagner*
 21. *Luiz Inácio Lula da Silva*
 22. *Adelino Ribeiro*
 23. *Paulo Paim*
 24. *Genivaldo Oliveira*
 25. *Genivaldo Oliveira*
 26. *Paulo Paim*
 27. *Paulo Paim*

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 52 .Compete privativamente ao Senado Federal:

I – processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 2-9-99)

II – processar e julgar os ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministro do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

- c) Governador de território;
- d) Presidente e diretores do Banco Central;
- e) Procurador-Geral da República;
- f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão de caráter permanente;

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios;

VI – fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

VII – dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII – dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX – estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

X – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI – aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII – elaborar seu regimento interno;

XIII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV – eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

XV – avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos estados e do Distrito Federal e dos municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003).

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

Art. 164. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central.

§ 1º É vedado ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

§ 2º O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

§ 3º As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 128/05-BLP

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Na oportunidade em que o saúdo respeitosamente, venho solicitar especial deferência de V. Ex^a no sentido de designar o Deputado Miguel de Souza (PL/RO), como titular, e o Deputado Carlos Rodrigues (PL/RJ), em substituição aos anteriormente indicados, na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 240, de 10-3-2005, que “dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. GLPMDB nº 95/2005

Brasília, 14 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Hélio Costa, como membro titular, em substituição ao Senador Ney Suassuna, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 227, de 6-12-2004, que “dispõe sobre o Registro Especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de produtor ou importador de biodiesel e sobre a incidência da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda desse produto, altera a Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, e dá outras providências”.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 262/2005 – GLDBAG

Brasília, 14 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Mozarildo Cavalcanti para compor, na qualidade de Suplente, a vaga número 5 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas cordiais saudações.

Senador Delcídio Amaral – Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti como suplente para compor a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 262/2005 – GLDBAG

Brasília, 14 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e em conformidade com o Ato Conjunto nº 1, de 2005, comunico que o Senador Antonio Carlos Valadares passará a compor, na qualidade de Suplente, a Comissão Mista criada para apresentar projetos reestruturando os orçamentos e sua tramitação, deixando a titularidade da referida comissão.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas cordiais saudações.

Senador Delcídio Amaral – Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Sr. Antonio Carlos Valadares como suplente para compor a Comissão Mista, em conformidade com o Ato Conjunto nº 1, de 2005, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 263/2005 – GLDBAG

Brasília, 15 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Aelton Freitas, para compor, na qualidade de suplente, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em substituição ao Senador Francisco Pereira.

Na oportunidade renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Delcídio Amaral, Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto

de Lei do Senado nº 21, de 2005, do Senador Gilberto Miranda, que autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a legislar sobre jogos de bingo, passa a tramitar como matéria complementar, em virtude de ter como fundamento o disposto no parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal.

Em virtude disso, Presidência determina a re-publicação dos avulsos da matéria, retifica o despacho aposto ao Projeto para retirar o caráter terminativo atribuído e a encaminha, além das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos; à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o Ofício nº S/10, de 2005 (nº 30/2005, na origem), de 8 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 253906, que declarou a inconstitucionalidade da Resolução nº 2.389/93, do Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais (apuração do valor adicionado para efeito de distribuição da parcela do ICMS pertencente aos Municípios).

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

É o seguinte o Ofício recebido:

Of. nº 30 – P/MC

Brasília, 8 de março de 2005

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N° 253906

Recorrente: Estado de Minas Gerais

Recorrido: Município de Ibiraci

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os efeitos do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário mencionado, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade da Resolução nº 2.389/93 do Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais.

Seguem, também, cópia da referida legislação, do parecer da Procuradoria-Geral da República e da certidão de trânsito em julgado do acórdão, cuja publicação ocorreu no **Diário da Justiça** de 18 de fevereiro de 2005.

Atenciosamente, – **Nelson Jobim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 98 DE 2005

Da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, sobre a Mensagem nº 98, de 2005, (nº 109/2005, na origem do Presidente da República que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Martinho Cândido Velloso dos Santos para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.”

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em votação secreta realizada em 15 de março de 2005 apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Aelton Freitas, sobre a Mensagem nº 98, de 2005, opina pela aprovação da indicação do Senhor Martinho Cândido Velloso dos Santos, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, por 14 votos favoráveis, 00 contrário(s) e 1 abstenção(ões).

Sala das Comissões, 15 de março de 2005.

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
MENSAGEM (SF) Nº 98 DE 2005**

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/03/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: HERÁCLITO FORTES

RELATOR: AELTON FREITAS

BLOCO DA MINORIA

HERÁCLITO FORTES	1-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
JOÃO RIBEIRO	2-CÉSAR BORGES
JOSÉ JORGE	3-JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4-JORGE BORNHAUSEN
RODOLPHO TOURINHO	5-MARIA DO CARMO ALVES
LEONEL PAVAN	6-FLEXA RIBEIRO
SÉRGIO GUERRA	7.EDUARDO AZEREDO
TASSO JEREISSATI	8- ALMEIDA LIMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	9- ARTHUR VIRGÍLIO

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

DELcíDIO AMARAL	1-ROBERTO SATURNINO
FRANCISCO PEREIRA	2-PAULO PAIM
JOÃO CAPIBERIBE	3-FERNANDO BÉZERRA
SÉRGIO ZAMBIA	4-FÁTIMA CLEIDE
SERYS SHESSARENKO	5-VAGO
SIBÁ MACHADO	6-FLÁVIO ARNS
AELTON FREITAS	7- VAGO

PMDB

GERSON CAMATA	1-NEY SUASSUNA
ALBERTO SILVA	2-LUIZ OCTÁVIO
VALDIR RAUPP	3-PEDRO SIMON
VALMIR AMARAL	4-JOÃO BATISTA MOTTA
GILBERTO MESTRINHO	5-MÁRIO CALIXTO
MÁO SANTA	6- ROMERO JUCÁ

PDT

JUVENTÍCIO DA FONSECA	1-AUGUSTO BOTELHO
-----------------------	-------------------

RELATÓRIO

Relator: Senador **Aelton Freitas**

O Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Martinho Cândido Velloso dos Santos para exercer o cargo de Diretor no Departamento Nacional de Infra-Estrutura dos Transportes (DNIT).

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Senado Federal para aprovar a escolha do diretor do Dnit, entre brasileiros, com idoneidade moral, reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do Dnit e elevado conceito no campo de suas especialidades.

Acompanham a mensagem o **Curriculum Vitae** do indicado e o Aviso nº 19/C. Civil, de 25 de fevereiro de 2005, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Conforme o referido currículo, o Senhor Martinho Cândido Velloso dos Santos é engenheiro, consultor de portos e vias navegáveis da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ).

Desde 1976 vem exercendo cargos de chefia e direção em diversas empresas e órgãos públicos, sempre relacionados com infra-estrutura ou transportes.

Entre os cargos que exerceu destacam-se:

- Presidente do Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Belém, Vila do Conde e Santarém, no Estado do Pará;
- Presidente da Comissão de Obras para a Implantação das Eclusas de Tucuruí;
- Coordenador-Geral de Convênios do Departamento do Fundo Nacional de Infra-Estrutura dos Transportes, do Ministério dos Transportes.

As informações sobre as funções e os cargos exercidos, evidenciados em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e a formação acadêmica do indicado, que estão de acordo com os requisitos necessários para a ocupação do cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura dos Transportes.

Encontra-se, assim, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Senhor Martinho Cândido Velloso dos Santos para exercer o cargo de Diretor do Dnit, para o qual foi indicado pelo Presidente da República.

Sala da Comissão, 15 de março de 2005. – **Aelton Freitas**, Relator.

PARECER Nº 99, DE 2005

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 99, de 2005,

(nº 113/2005, na origem), do Presidente da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luziel Reginaldo de Souza para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.”

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em votação secreta realizada em 15 de março de 2005, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Sérgio Guerra, sobre a Mensagem nº 99, de 2005, opina pela aprovação da indicação do Senhor Luziel Reginaldo de Souza, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, por 14 votos favoráveis, 00 contrário e 1 abstenção.

Sala das Comissões, 15 de março de 2005. – Presidente, **Heráclito Fortes** – Relator, **Sérgio Guerra**.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Sérgio Guerra**

Por meio da Mensagem (SF) nº 99, de 2005 (nº 113, de 2005, na origem), o Senhor Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Senhor Luziel Reginaldo de Souza para exercer o cargo de Diretor no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que “dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e dá outras providências”.

Nos termos do art. 52, III, f, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares dos cargos enunciados na Lei Maior e de outros “que a lei determinar”. A Mensagem em causa cumpre, assim, o requisito imposto pelo parágrafo único do art. 88 da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, que, ao alterar a Lei nº 10.233, de 2001, fez depender de aprovação desta Casa “as nomeações dos Diretores do DNIT”.

De outra parte, o art. 88 da Lei nº 10.233, de 2001, determina que os diretores do órgão “deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do DNIT e elevado conceito no campo de suas especialidades”, condições que o Senhor Luziel Reginaldo de Souza satisfaz plenamente, considerado o currículo apensado aos autos.

Nascido em 23 de dezembro de 1952, na cidade do Rio de Janeiro, o engenheiro civil Luziel Reginaldo de Souza obteve seu título de graduação, em 1978, na Associação Educacional Veiga de Almeida. Adiante, em 1982, especializou-se em Engenharia Econômica

na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ao longo da vida profissional, exerceu destacadas atividades, tanto na área pública quanto no setor privado.

Na iniciativa privada, trabalhou no Banco Real S/A e nas empresas Transplan S/A – Planejamento e Projetos de Transportes, Copal – Construções e Pavimentações S/A e PACS – Planejamento, Assessoria, Consultoria e Sistemas Ltda. Na área pública, ainda estudante, estagiou no Setor de Engenharia Civil da Refinaria Duque de Caxias da Petrobrás S/A, tendo ingressado, como engenheiro, em 1982, nos quadros técnicos do antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), transformado no DNIT, onde permanece até a presente data.

Nessa autarquia, para a qual tem seu nome agora indicado para cargo de direção, fez longa e densa carreira profissional. Trabalhou no Serviço de Orientação Técnica da Divisão de Melhoramentos e Restaurações, até 1982, e na Unidade Assessorial de Acompanhamento dos Programas de Obras e de Manutenção da

Diretoria Geral, até 1986; junto à Diretoria Executiva, foi Coordenador do Sistema de Arrecadação, até 1988, e assistente, até 1992; até 1999, foi assessor da Diretoria Geral, cargo que voltou a exercer em 2003, depois de haver sido lotado na Diretoria de Administração e Finanças e na Diretoria de Planejamento e Pesquisa.

As características e a importância dos vários cargos e funções exercidos pelo Senhor Luziel Reginaldo de Souza demonstram sobejamente a pertinência de suas atividades profissionais com as atribuições de Diretor do DNIT. Dessa forma, considerando o indicado amplamente credenciado para o exercício do cargo para o qual foi indicado pelo Exmo.

Senhor Presidente da República, submetemos sua escolha, constante da Mensagem (SE) nº 99, de 2005 (nº 113, de 2005, na origem), à apreciação e julgamento desta Comissão.

Sala das Comissões, 15 de março de 2005. – Sérgio Guerra, Relator.

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
MENSAGEM (SF) N° 99 DE 2005**

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/03/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: HERÁCLITO FORTES

RELATOR: SÉRGIO GUERRA

BLOCO DA MINORIA

HERÁCLITO FORTES

JOÃO RIBEIRO

JOSÉ JORGE

MARCO MACIEL

RONOLPHO TOURINHO

LEONEL PAVAN

SÉRGIO GUERRA

TASSO JEREISSATI

TEOTÔNIO VILELA FILHO

1-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

2-CÉSAR BORGES

3-JONAS PINHEIRO

4-JORGE BORNHAUSEN

5-MARIA DO CARMO ALVES

6-FLEXA RIBEIRO

7.EDUARDO AZEREDO

8- ALMEIDA LIMA

9- ARTHUR VIRGÍLIO

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

DELcíDIO AMARAL

FRANCISCO PEREIRA

JOÃO CAPIBERIBE

SÉRGIO ZAMBIA

SERYS SLHESSARENKO

SIBÁ MACHADO

A TON FREITAS

1-ROBERTO SATURNINO

2-PAULO PAIM

3-FERNANDO BEZERRA

4-FÁTIMA CLEIDE

5-VAGO

6-FLÁVIO ARNS

7- VAGO

PMDB

GERSON CAMATA

ALBERTO SILVA

VALDIR RAUPP

VALMIR AMARAL

GILBERTO MESTRINHO

MÃO SANTA

1-NEY SUASSUNA

2-LUIZ OCTÁVIO

3-PEDRO SIMON

4-JOÃO BATISTA MOTTA

5-MÁRIO CALIXTO

6- ROMERO JUCÁ

PDT

JUVÉNCIO DA FONSECA

1-AUGUSTO BOTELHO

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001

Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

Art. 88. Os Diretores deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do DNIT e elevado conceito no campo de suas especialidades, e serão indicados pelo Ministro de Estado dos Transportes e nomeados pelo Presidente da República. (Vide Medida Provisória nº 2.217-3, de 4-9-2001)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.217-3,
DE 4 DE SETEMBRO DE 2001

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

Art. 88.

Parágrafo único. As nomeações dos Diretores do DNIT serão precedidas, individualmente, de aprovação

pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição.” (NR)

.....

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Antes, pela ordem, concedo a palavra aos Senadores Hélio Costa, Jefferson Péres e Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, por delegação do Líder, já encaminhada à Mesa, peço para falar pela Liderança do PDT, antes da Ordem do Dia, depois do primeiro ou do segundo orador.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP)

– A Senadora Maria do Carmo Alves primeiro, Sr. Presidente.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE)

Pela ordem.) – Solicito à Mesa minha inscrição para falar pela Liderança do PFL após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa aguarda a delegação da Liderança para V. Ex^a fazer uso da palavra.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se houver possibilidade de uso da palavra para uma comunicação inadiável no momento adequado da sessão, peço minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a estará inscrito, de conformidade com o art. 151, § 2º, do Regimento Interno, na prorrogação da hora do Expediente.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em segundo lugar, está inscrita a Senadora Lúcia Vânia, para uma breve comunicação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

Logo após, farão uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Hélio Costa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA. e Srs. Senadores, trago, neste tempo destinado à Liderança do PSDB, dois assuntos que julgo de relevância para o País.

O primeiro é a decisão do Líder do meu Partido na Câmara, Alberto Goldman, e minha, como Líder da Bancada de Senadores do PSDB, de não participar de reunião que se formaliza no gabinete da Liderança do PMDB, com o General Jorge Armando Félix, do Gabinete de Segurança Institucional, e com o dirigente maior da Agência Brasileira de Informações, Dr. Mauro Marcelo.

Entendemos que essa reunião deveria ser pública, aberta para a imprensa, aberta para os brasileiros que queiram participar dela e, evidentemente, aberta para todos os Parlamentares. Havendo algo secreto a ser dito pelos dois dirigentes, Senador Jefferson Péres, então se tornaria secreta a reunião, mas isso numa das salas das comissões.

Digo isso sem qualquer desapreço ao PMDB, Partido que estimo, ou ao Líder Ney Suassuna, que também estimo sobremaneira. Mas essa é a nossa decisão. Daqui a pouco, encaminharemos à imprensa uma nota nossa – do Líder Alberto Goldman e minha –, demonstrando que o assunto, a denúncia de eventual envolvimento de dinheiro das Farc em campanha de candidatos do PT não pode ser tratada em gabinete fechado; tem que ser tratada abertamente e aos olhos da opinião pública. Esta é a nossa posição.

Sr. Presidente, hoje encaminho à Mesa, com trinta assinaturas, os pedidos de constituição de duas comissões parlamentares de inquérito, conforme me dispus a fazer, dias atrás, desta tribuna. Propus aos Senadores todos, aos 80 Senadores que assinassem comigo esses requerimentos. Um se destina a investigar nada mais, nada menos do que o Governo do qual fui Líder e do qual fui Ministro, investigar a privatização como um todo. Quando falo das privatizações como um todo, Senador Jefferson Péres, falo da privatização do setor elétrico, da Vale do Rio Doce, da Companhia Siderúrgica Nacional, de tudo junto.

O segundo requerimento, sem dúvida alguma, é para instalação da inadiável comissão parlamentar de inquérito para investigar o caso Waldomiro Diniz, cadáver insepulto que, por ser insepulto, tem de ser debatido aos olhos da Nação e neste ambiente do Senado Federal.

São trinta assinaturas convictas. Não procurei praticamente ninguém para apor seu nome ao documento. Foram assinaturas espontâneas, acredito que

irrecusáveis, inarredáveis, assinaturas de convicção. Senador Paulo Paim, na Câmara uma comissão instalada funciona normalmente. O que aguardo da Casa, da Mesa e dos Líderes é que não haja delonga, que cumpramos algo que é nosso dever. O dever diz que, quando se tem a assinatura de pelo menos um terço dos membros de uma Casa Legislativa, deve se instalar a comissão parlamentar de inquérito. Lá dentro, então, trava-se a luta para se provar as verdades, para se desmentir as inverdades. Faço questão absoluta de passar a limpo de uma vez essa pendência toda em torno das privatizações. Não há como o Governo se recusar a ver apreciado o caso Waldomiro Diniz. Se alguém me pergunta, Senador Jefferson Péres, se acredito ser possível encontrar alguma irregularidade no processo das privatizações, respondo que é muito provável que se encontre sim. Afinal de contas, com o envolvimento de valores tão significativos, acredito que sim.

Com relação à outra, tenho convicção absoluta. Pois houve um réu na televisão, em horário nobre, afirmando-se propineiro. Se esse réu, que trabalhava no quarto andar do Palácio do Planalto, resolvesse tomar aulas de sapateado na hora do expediente – e seria melhor estudar sapateado do que ter feito o que fez, envolvendo a coisa pública –, ele teria perturbado o descanso do Presidente da República, teria causado dor de cabeça em Sua Excelência, e, quem sabe, sua sala não seria em cima da do Presidente. Não há como negarmos que esse cidadão prevaricou antes, durante e depois de sua instalação no quarto andar do Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente. As duas Comissões Parlamentares de Inquérito são, a meu ver, irrecusáveis. Não sei como o Governo vai se recusar a realizá-las. Haverá novamente aquele constrangimento de pedir para o companheiro retirar assinatura, o velho jogo de pedir para não instalar, o Líder não indica...

Agora mesmo, terá início na Câmara dos Deputados uma CPI que investigará parte do sistema de privatizações. Proponho que se investigue aqui o todo, proponho algo mais duro até do que o que lá foi realizado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não sei se seria possível.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Infelizmente, o orador não dispõe de tempo, Senador Suplicy.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho apenas um minuto para concluir, Senador Eduardo Suplicy.

Sr. Presidente, imagino que teremos, imediatamente, os nomes do PSDB; certamente, os do PFL; certamente, os do PDT. Não tenho por que duvidar que a base do Governo (também ela) entre, imediatamente, com os dois nomes: um, para se passar a limpo, de uma vez por todas, o episódio das privatizações no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso; outro, para se passar a limpo, sem dúvida alguma, dando toda chance de defesa a quem tenha que se defender, o episódio Waldomiro Diniz, que não ficará como um cadáver insepulto, assombrando a dignidade da sociedade brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao eminentíssimo Senador Arthur Virgílio a colaboração. A Mesa se sente no dever de dar um esclarecimento ao Plenário a respeito de uma circular emitida a todos os Srs. Senadores, por decisão dos Líderes e da Presidência da Casa. Quando houver um Líder inscrito por delegação e chegar um Líder efetivo, há precedência deste àquele. Isso para que não pare de dúvida de que haveria algum direcionamento. Trata-se de um esclarecimento justo aos Srs. Senadores. Por delegação, falará, naturalmente, após o acordo de intervalo.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, como orador regular.

S. Ex^a dispõe de 10 minutos.

Em seguida, os nobres Senadores Hélio Costa e Jefferson Péres, como Líder delegado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, falarei antes das 15 horas?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Se for a escolha de V. Ex^a, logo após o próximo orador, aquele que der sequência ao Senador Hélio Costa.

Tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, soube que não haveria inscri-

ções para falas neste plenário, nem pela Liderança nem para comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A sessão transcorre normalmente. Quando chegarem os Senadores vinculados à sessão em homenagem ao aniversário de cinqüenta anos do Líder Luís Eduardo Magalhães, a sessão será interrompida para tal finalidade. Enquanto isso, transcorre normalmente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, inscrevo-me para falar pela Minoria, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa aguarda a delegação da Liderança para V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço ao Senador Hélio Costa, Presidente da Comissão de Educação, por haver colaborado ontem a fim de que o Estatuto da Igualdade Racial fosse aprovado naquela Comissão – a meu ver, uma das mais importantes –, que debatou sobre a possibilidade de a comunidade negra ter acesso à universidade. Na pessoa do Senador Hélio Costa, além de cumprimentar o PMDB, cumprimento todos os líderes e partidos. Também cumprimento o sempre Líder Jefferson Péres, do PDT, e o sempre Líder Arthur Virgílio, do PSDB, pelas belas exposições apoiando o Estatuto da Igualdade Racial. Agradeço ao Líder Aloizio Mercadante, por ter pedido à Assessoria do Governo que desse parecer favorável ao Estatuto da Igualdade Racial, e ao Líder Delcídio Amaral, que orientou a Bancada a se posicionar a favor da matéria neste Ano da Igualdade Racial. Cumprimento também a Ministra Matilde Ribeiro, que lutou para que o Estatuto fosse aprovado.

Sr. Presidente, dia 21, segunda-feira, é o Dia Internacional da Luta contra o Preconceito e o Racismo. Vem em boa hora a aprovação do Estatuto, que, como digo sempre e sintetizo nesta frase, desmascara a tal liberdade concedida à comunidade negra em 13 de maio de 1888. Somente agora, com o Estatuto, a comunidade negra terá seus direitos civis assegurados no País.

Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados está discutindo e votando a PEC paralela. Tenho dito, Senador Tião Viana, que se forem firmados acordos naquela Casa, envolvendo, como dizem, governadores, Governo Federal e Deputados, tanto que um dos destaques polêmicos obteve 313 votos contra 12 ou 13, se houver um amplo acordo, não seremos nós, no Senado Federal, que criaremos obstáculos. A fim de evitar o pingue-pongue, gostaria que concordássemos,

todos os Senadores, com o que for acordado lá. Não é possível outras categorias virem para cá, emendarmos novamente, e a matéria voltar para a Câmara dos Deputados. Aquela Casa recebe outra demanda e envia novamente para cá. Torço para que haja um amplo entendimento com governadores, prefeitos, União, todos os partidos, da situação e da oposição, e que a PEC paralela venha pronta para esta Casa. Fizemos nossa parte, e V. Ex^a principalmente, como Relator, quando foi aqui votada, em dois turnos. Se houver um grande entendimento, a matéria vem a esta Casa, é votada, e termina. O que não pode é receber pressão lá e, em seguida aqui, como fui informado, dos chamados Policiais Militares.

Senador Tião Viana, envio um recado para a construção do acordo: que seja aprovada na Câmara dos Deputados e retorne ao Senado Federal. Se assim ocorrer, não criaremos obstáculos. Assim sendo, espero que a PEC paralela seja votada e promulgada ainda neste semestre.

Além disso, Senador Tião Viana, tenho recebido telegramas, e-mails e cartas de todo o País perguntando-me como ficará o aumento dos aposentados e pensionistas no dia 1º de maio. Estive ontem com o Ministro do Planejamento em uma reunião da Bancada, e S. Ex^a disse que devemos conversar sobre o assunto.

Percebo, Sr. Presidente, pelos documentos que recebo, que há um verdadeiro desespero por parte de aposentados e pensionistas com relação à projeção que fazem, mediante os documentos que tenho em mãos e que apontam que, se a mesma política utilizada nos últimos dez anos for também utilizada nos próximos dez, a tendência é todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência, Senador Jefferson Péres, sei que V. Ex^a é sensível à situação dos aposentados, passarem a receber somente um salário mínimo.

Eu não quero aqui demagogicamente dizer que eles têm de receber a perda acumulada, em torno de 70%, pois eu teria de dizer também que os servidores públicos, que receberão somente 0,1%, teriam de receber, de uma hora para outra, em torno de 70% a 80%, segundo a perda demonstrada nos gráficos. Mas entendo, Sr Presidente, que devemos estabelecer um diálogo sobre o salário dos servidores e o dos aposentados e pensionistas, não só os do Regime Geral de Previdência, mas também os do serviço público. Temos que construir uma política de recuperação a médio ou mesmo a longo prazo.

Em um dos documentos que recebo, diz o aposentado que me escreve:

Pensem por um minuto apenas: se cada um de nós, ao se aposentar, fosse ano a ano vendo os vencimentos diminuírem gradativamente, enquanto que o custo de vida não diminui, a necessidade de medicamentos aumenta, planos de saúde aumentam, as despesas com impostos não diminuem, que espécie de sentimento vai tomando conta de todos nós? No mínimo, o desespero.

Sr Presidente, com essas ponderações, quero dizer que é importante dialogar, construir alguma alternativa para esse povo que está em uma situação mais do que precária.

Eu vou participar, no próximo dia 14 de abril, de uma teleconferência do Senado com os vinte e quatro Estados até então confirmados. Debateremos a situação dos trabalhadores, a Previdência e os benefícios dos aposentados e pensionistas.

Em 1993, desvinculou-se dos benefícios o reajuste do salário mínimo. Sei também que, nesses últimos dez anos, ao reajustar-se o benefício do aposentado e pensionista foi usado um índice para o mínimo e outro para os aposentados. Isso fez com que o Supremo Tribunal Federal, entre 1994 e 1997, decidisse a favor dos aposentados. Há um outro caso, entre 1997 e 1998, que, em última instância, aquela Corte deu ganho de causa aos aposentados.

Agora, recomendo aos aposentados que recorram ao Supremo sempre que o benefício não tiver como correção o mesmo índice usado para a correção do salário mínimo. Por exemplo, se o salário mínimo foi corrigido pelo INPC, baseado na inflação, o benefício deveria ter usado, no mínimo, como referência o INPC. Se foi o IRSM, Índice de Reajuste do Salário Mínimo, a base de cálculo do reajuste precisa ser o mesmo índice. O mesmo ocorre para o IPCA. Enfim, quando o mesmo índice não for usado para o cálculo de benefícios – eu estou referindo aos últimos dez anos –, o Supremo Tribunal Federal tem dando ganho de causa aos aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, podemos fazer um bom debate sobre esse assunto.

Entre os documentos que recebi, há o de um aposentado que reconhece que o Presidente Lula assegurou que o pagamento dos nossos benefícios, que antes se dava até o 17º dia, 18º dia, agora se dá entre do 1º ao 5º dia útil. O que, sem sombra de dúvida, reconhece ele, é um benefício. Mas seria preciso também que o Governo se debruçasse, juntamente com os Parlamentares, sobre esse debate, a fim de permitir, como estabelece os arts. 201 e 202 da nossa Constituição, que o valor real das aposentadorias efetivamente seja mantido.

E relata o mesmo aposentado – estou aqui recapitulando uma dessas cartas – que, no Rio Grande do Sul, há o piso salarial e que, a partir de maio, ele não será menos...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... que R\$400,00 para quem está na atividade. O benefício do aposentado e pensionista chegará, pela expectativa projetada do debate da Comissão de Orçamento, a R\$300,00. Tem lógica a argumentação econômica do aposentado, pois, se há elevação de toda a massa salarial dos trabalhadores do Rio Grande – que, esperamos, se repita em outros Estados –, consequentemente a Previdência arrecadará muito mais. Esse aumento de arrecadação sustentaria o projeto por nós apresentando à época, propondo que o piso dos aposentados e pensionistas, nos Estados em que este seja maior do que o salário mínimo, seja também assegurado aos aposentados. Por quê? Quando ele vai ao botequim, à farmácia, vai pagar o mesmo preço que aquele que tem como salário mínimo exatamente os R\$300,00, piso salarial projetado para 1º de maio. Portanto, ele, R\$300,00, e o outro, que está na atividade, o piso é mais do que R\$400,00.

Sr. Presidente, baseado nessa reflexão, que entendo positiva e que os aposentados, de forma sábia, estão fazendo, é que estou insistindo muito para que construirmos uma alternativa que atenda aos interesses também dos aposentados e pensionistas.

Como tenho dois segundos, ainda dá para falar sobre a polêmica que a reforma sindical causou hoje na Câmara dos Deputados, com o Ministro Ricardo Berzoini. Por isso, insisto, é preciso muito diálogo para construirmos esse entendimento; senão, essa matéria não será votada neste ano nem no ano que vem.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SENADOR PAULO PAIM.

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, tenho vindo sucessivas vezes a esta tribuna falar de uma causa que sempre defendi ao longo da minha vida pública, o resgate da dignidade dos aposentados e pensionistas.

Em 1989, cumprindo preceito constitucional, o INSS revisou todos os benefícios de prestação continuada mantidos pela previdência social na data da promulgação da Constituição, a fim de que fosse restabelecido o poder aquisitivo, expresso em número de salários-mínimos, que tinham na data de sua concessão.

Em 1993 houve a desvinculação, iniciando-se o calvário dos aposentados e pensionistas com a devastadora defasagem salarial.

Nas viagens que faço, nas centenas de cartas e e-mails que recebo diariamente no meu gabinete, fica registrado o mesmo clamor dessa classe tão injustiçada: “a defasagem salarial está corroendo o valor da minha aposentadoria. Vou acabar recebendo um salário-mínimo”.

A política para quem ganha mais de um salário mínimo é cruel, o seu índice de reajuste é sempre inferior ao salário-mínimo. Acrescento ainda, a falta de clareza na aplicação dos índices. Uma hora é INPC, outra é IGP-DI, que de qualquer maneira é sempre o menor possível e não consegue acompanhar a inflação real.

O achatamento é tão selvagem e desumano que se não for implementada uma mudança todos os aposentados do Regime Geral de Previdência Social daqui a alguns anos estarão realmente recebendo 01 salário-mínimo.

Em todos os projetos que apresentei sempre vinculei o salário-mínimo aos benefícios dos aposentados e pensionistas que ganham mais que o mínimo.

Apresentei um projeto de lei, o PLS nº 58/03, que garante a vinculação definitiva e tem por objetivo recompor o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões pagas pela previdência social e às pagas pela União a seus inativos e pensionistas.

Proponho a atualização dos valores desses benefícios restabelecendo a quantidade em salários-mínimos que possuíam quando de sua concessão.

Com a aprovação desse projeto, estaremos devolvendo aos milhares de aposentados e pensionistas sua dignidade e estaremos implementando justiça social.

Os brasileiros estão apavorados com a perspectiva de se aposentarem. Além da monstruosidade do fator previdenciário (sobre o qual falei nesta semana), eles sabem que a defasagem salarial vai impedi-los de viver com tranquilidade esse momento que deveria ser de sonho, não de pesadelo.

No encontro nacional dos aposentados e pensionistas ocorrido na cidade de Aparecida/SP no dia 30 de janeiro, foi acordado que haverá uma marcha para Brasília no dia 14 de abril. Eles irão reivindicar que esta Casa aprove imediatamente o PLS 58. Será a caminhada da cidadania e da dignidade humana.

Eles vêm exigir seus direitos, cientes do muito que fizeram pelo país, mas cientes também de que há anos estão sendo desrespeitados e estão perdendo seus direitos. As perdas até hoje, se usarmos como referência o ano de 1995, já chegam a 50%. Depen-

deno dos próximos reajustes, essas perdas poderão atingir 60%.

A partir do encontro de Aparecida, a COBAP iniciou uma campanha de coletas de assinaturas em apoio a este projeto. Eles pretendem atingir 01 milhão de assinaturas. O que muito me alegra é que essa mobilização alcançou o País inteiro, seja nas capitais ou nos mais distantes municípios.

Para encerrar este pronunciamento sou forçado a ratificar certas reflexões que espero sinceramente fiquem gravadas nos nossos corações, nas nossas mentes e produzam atitudes justas e concretas.

Por mais difícil que fosse para o País, conceder aos aposentados os seus direitos, estejam certos de que sempre seria mais difícil para eles suportar as dificuldades que enfrentam mês a mês vendo seus ganhos diminuírem de tal forma, que não restam perspectivas para nada.

Pensem por um minuto apenas: se cada um de nós, ao se aposentar fosse ano a ano vendo os vencimentos diminuírem gradativamente, enquanto que o custo de vida não diminui, a necessidade de medicamentos aumenta, planos de saúde aumentam, as despesas com impostos não diminuem, que espécie de sentimento tomaria conta de nós? No mínimo, o desespero.

Enquanto existem sobras nos vencimentos, o desespero é menor e por isso para algumas pessoas é tão difícil imaginar tais dificuldades. Mas, e quando já não sobra nada? Tirar de onde? Correr pra onde?

Os aposentados não estão pedindo favores, eles querem a garantia de poder contar com aquilo que lhes é de direito. E não só porque lhes é de direito, mas porque precisam desse dinheiro.

Nosso Presidente Lula proporcionou benefícios aguardados há muito tempo pelos nossos aposentados e pensionistas, tais como: pagamento do 1º ao 5º dia, mesma data de reajuste (1º de maio), resgate da aposentadoria por idade as tinham sido afastados do sistema previdenciário – Lei 10.666/03.

Aprovação do Estatuto do Idoso após 7 anos de tramitação, Decreto regulamentando o Conselho Nacional de Direitos do Idoso, com a incumbência de regulamentar o Estatuto do Idoso, acordo para pagar perdas originadas de governos anteriores, e assim por diante.

Tenho certeza de que assim como o nosso Governo foi sensível a essas causas sociais tão relevantes, ele sabe da importância da aprovação deste projeto para os nossos aposentados.

Vou ler parte de uma oração que simboliza o muito que está ao alcance de nossas mãos fazer:

DO CRISTO

Nós rezamos, e vemos muitas pessoas rezarem o Pai Nossa de mãos dadas.

Gostaríamos que refletissem sobre o profundo mistério que envolve essas mãos que se unem:

A mão Jovem se une à mão velha e, entre elas, se cruza a mão eterna do Cristo.

A mão débil se une à mão robusta e, entre elas, se cruza a mão firme do Cristo.

A mão branca se une à mão negra e, entre elas, se cruza a mão santa do Cristo.

A mão trêmula se une à mão segura e, entre elas, se cruza a mão sustentáculo do Cristo.

A mão do empregado se une à mão do patrão e, entre elas, se cruza a mão de mestre do Cristo.

Lamentavelmente, somente mãos fechadas não se unem a outras mãos fechadas.

Mas, mesmo assim, entre elas se põe, e entre elas se cruza, a mão aberta de Cristo!

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa, pela Liderança do PMDB, em conformidade com o art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno, por cinco minutos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, estou encaminhando hoje ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, em meu nome, com minha assinatura, e em nome do Deputado João Magno, do PT do Vale do Aço, um requerimento para a constituição de uma comissão parlamentar mista de inquérito para investigar os emigrantes ilegais, quais sejam, os brasileiros que vão para os Estados Unidos, para o Japão, para a Europa e entram nesses países ilegalmente.

O fato é que essa comissão parlamentar mista de inquérito se faz necessária porque são inúmeros os crimes cometidos contra jovens, principalmente de meu Estado, Minas Gerais, aliciados por verdadeiros profissionais e levados para o México, com a promessa de colocá-los em território americano – jovens, moços e moças, que, na realidade, acabam perdendo tudo não só deles, mas também de suas famílias.

As informações que nós temos – e são informações fidedignas – é de que, na realidade, pagam em torno de R\$30 mil, ou US\$12 mil, para esses coiotes, para esses profissionais do tráfego de pessoas, organizarem essa viagem, que é uma verdadeira aventura,

que, muitas vezes, acaba trazendo a morte a essas pessoas. Há quatro meses, uma senhora de 54 anos morreu ao tentar atravessar a fronteira dos Estados Unidos com o México. Na semana passada, dois mineiros da região de Poços de Caldas perderam a vida ao tentar ultrapassar a fronteira entre os Estados Unidos e o México, pelo rio Grande.

Hoje, nós sabemos da falsificação de documentos importantes que vão desde a certidão de nascimento de uma pessoa até os passaportes brasileiros e vistos consulares falsificados, aliciamento para prostituição de jovens moças nesses países. Tudo isso tem que ser investigado a fundo para que se encontrem os responsáveis por essa verdadeira criminalidade organizada em torno do envio de jovens brasileiros para os Estados Unidos e outros países como imigrantes ilegais. Esses brasileiros residentes no exterior, hoje em torno de 2 milhões na América e na Europa, enviam anualmente para o Brasil cerca de US\$5 bilhões; são investimentos superiores aos que fazem a maioria das empresas multinacionais do País. Portanto, esses brasileiros, que contribuem com US\$5 bilhões para a economia nacional todos os anos, têm que ser respeitados, ouvidos e atendidos pelos nossos consulados.

Estivemos nos Estados Unidos em janeiro do ano passado, acompanhados do Deputado João Magno e do Senador Marcelo Crivella. Lá encontramos algumas situações curiosas, muito embora o Consulado do Brasil em Houston seja um dos mais produtivos, com uma renda mensal de cerca de US\$350 mil a US\$400 mil só na produção de vistos para os americanos que vêm ao Brasil. Havia apenas uma pessoa para atender aos brasileiros que estão presos nas inúmeras penitenciárias do Estado do Texas. Então, é preciso que esses brasileiros tenham também atendimento adequado por parte do Itamaraty e das missões consulares do Brasil.

Esta comissão parlamentar mista de inquérito, certamente, vai poder apurar os fatos. Vamos trazer aqui representantes da Polícia Federal, representantes de outros países, inclusive mexicanos que fazem esse tráfico de pessoas, que incriminam algumas pessoas, como sabemos, simplesmente porque estas não conhecem muito bem a maneira como vão fazer essa ultrapassagem; são responsáveis pela morte de muitos brasileiros, na sua maioria mineiros, que tentam cruzar essa fronteira.

Sr. Presidente, hoje entregaremos esse documento ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional, esperando que, na próxima reunião do Congresso Nacional, marcada, ao que me consta, para a próxima semana, possamos organizar, então, essa comissão mista parlamentar de inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT AC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos, Senador.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos pedir aos Srs. Líderes partidários, principalmente aos Líderes dos principais partidos com assento no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado, notadamente o PT, que é o partido do Governo, ao PMDB, que faz parte hoje do apoio decisivo ao Governo do Presidente Lula, ao PSDB, ao PFL, ao PDT, a todos os partidos com grande bancada na Câmara dos Deputados e no Senado que indiquem, por intermédio de seus líderes, os seus representantes nesta comissão parlamentar mista de inquérito que vai apurar as inúmeras irregularidades relacionadas ao tráfico de jovens mineiros e brasileiros de vários Estados do Brasil para os Estados Unidos e outros países. Temos que entender que há, sim, uma grande preocupação, principalmente da família mineira, com relação aos jovens que estão deixando o nosso País com uma esperança que não se realiza.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Esses jovens submetem-se a uma verdadeira aventura, que quase sempre lhes traz o dissabor de, ao cruzar a fronteira, serem recebidos pela polícia de fronteira americana e levados para uma cela em uma penitenciária local.

Por isso, Sr. Presidente, fica aqui o meu pedido para que os Líderes dos partidos indiquem, a partir da próxima semana, com o encaminhamento deste documento para o Presidente do Congresso Nacional, os seus representantes para essa comissão mista parlamentar de inquérito solicitada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge pelo prazo de dez minutos. A seguir, fará uso da palavra, como Líder, o Senador Jefferson Péres.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, na última segunda-feira, o Ministério da Educação e Cultura, alegando não ter sido avisado com antecedência, suspendeu uma solenidade de divulgação de pesquisa que reforça uma tese contrária às cotas nas universidades. Na realidade, essa solenidade foi marcada há bastante tempo, e muitas pessoas foram convidadas. Eu mesmo recebi o convite uma semana antes.

Na hora do evento, apesar de todos estarem lá, o Ministério, por intermédio do Sr. Ministro e do Se-

cretário Executivo, suspendeu a solenidade por uma razão aparentemente simples, mas preocupante: não ter concordado com os resultados daquela pesquisa financiada pelo Ministério e realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, de 47 Universidades Federais de todo o Brasil. A pesquisa em questão denomina-se “Segundo Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior”. Tais dados, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, colocam em dúvida, pelos resultados que já têm das universidades, esse sistema de cotas. É evidente que não é só porque uma pesquisa coloca uma dúvida que se vai suspender uma política governamental em relação a determinado sentido em que se está indo, mas não se deve impedir que a pesquisa seja divulgada, mesmo porque ela precisa ser discutida, exatamente para permitir a verificação de seus resultados.

Há pouco tempo, já lembramos dois fatos relacionados com esse. Primeiro, foi quando o Governo, por meio do Ministério do Planejamento, baixou uma portaria para que o IBGE, antes de divulgar suas pesquisas, mandasse os resultados 48 horas antes para que o Governo pudesse examiná-los. Ora, há uma tendência internacional de que os órgãos de pesquisa sejam autônomos em relação ao Governo, para que seus resultados tenham a credibilidade de toda a sociedade e não apenas a do Governo. Se o Governo coloca sob suspeição a pesquisa, querendo examiná-la com 48 horas de antecedência, pode sugerir que esteja querendo mudar o resultado da pesquisa. Penso que não seja isso. O Governo não vai querer mudar o resultado da pesquisa; é mais grave ainda: ele quer preparar notícias para colocar na mídia e mostrar que aquela pesquisa não é bem como se previa. É uma maneira diferente de apresentar os resultados, de forma a deixar o Governo em uma situação melhor.

Exemplo típico disso foi quando fizemos uma pesquisa sobre a alimentação no Brasil. Quando o Governo assumiu, todos se lembram de que o programa mais importante do Presidente Lula era o Fome Zero, **marketing** bolado e montado pelo publicitário Duda Mendonça. Acontece que esse programa foi feito sem nenhum instrumental técnico no sentido de se verificar se realmente deveria ser o principal programa brasileiro naquele momento. O que se verificou na pesquisa? Verificou-se que há muito mais obesos na população brasileira do que pessoas passando fome; o índice dos que estavam passando fome era próximo de 4%, e, entre os obesos, havia algumas categorias que chegavam próximo de 30%. E o Governo tentou controlar a mídia pelo Conselho Nacional de Jornalismo, tentou controlar os artistas que fazem filmes, documentários, etc., por

meio da Ancinave. E agora tenta controlar também as pesquisas. Isso é bastante preocupante.

Ontem, na Comissão de Educação do Senado, denunciamos esse fato e fizemos um requerimento, que foi aprovado pela Comissão, convocando a Professora Thérèse Hoffman, coordenadora da pesquisa e que é Decana de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília, para que use a Comissão de Educação do Senado para expor sua pesquisa. Depois discutiremos os resultados, errados ou não, mas não podemos impedir a apresentação da pesquisa para a sociedade.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Permite-me um aparte, Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo o aparte a V. Ex.^a, Senador Paulo Paim e ainda lhe dou os parabéns pelo seu aniversário, ocorrido ontem.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Jorge, cumprimento V. Ex.^a por dois motivos. Primeiro, por ter levantado essa discussão sobre as pesquisas e chamar as partes para fazermos um bom debate na Comissão de Educação, onde o requerimento foi aprovado por unanimidade. Faço este aparte como homenagem a V. Ex.^a e à Senadora Roseana Sarney. V. Ex.^a, embora questionando as quotas no que tange às pesquisas, teve a grandeza e a generosidade política de relatar o projeto do Estatuto da Igualdade Racial, que garante as quotas nas universidades, aprovado por unanimidade graças à defesa que V. Ex.^a fez. Agradeço a V. Ex.^a. Tenho certeza de que a Senadora Roseana Sarney, que não estava presente, escolheu um Relator, V. Ex.^a, que fez belíssima defesa do trabalho que ela havia esculpido durante meses. Sobre a pesquisa, faremos o debate no momento adequado. Esse é um quadro em que não se tem como errar. Se chegarmos aos presídios, veremos que a cor predominante é esta aqui: preta. Se chegarmos às favelas, a cor predominante é esta: preta. Mas se chegarmos às universidades, em qualquer sala de aula – faço muitas palestras em universidades – com cinqüenta alunos, com certeza, veremos que no máximo dois ou três são negros. Essa é uma realidade, mas em nenhum momento desautoriza o requerimento de V. Ex.^a; pelo contrário, o requerimento vem para esclarecer os fatos e dizer se efetivamente a pesquisa está certa ou não. Quero cumprimentar V. Ex.^a e dizer-lhe muito obrigado pelo seu relatório, que permitiu a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex.^a o aparte. Na realidade, o mérito maior desse projeto, o Estatuto da Igualdade Racial, é de V. Ex.^a, como autor e como grande defensor dessas teses que existem no Senado e vêm desde o tempo em que fomos colegas, como Parlamentares, na Câmara dos Deputados.

Na realidade, o que a pesquisa mostra, Sr. Presidente, é exatamente o que o Senador Paim disse: que, segundo o estudo, a maioria dos universitários se declarou branca, 59,4%; outros, 28,3%, disseram ser pardos, e 5,9%, quase 6%, se disseram negros. Os dados da pesquisa mostram que esses percentuais são parecidos com os percentuais da população brasileira.

Ainda mostrou uma pesquisa segundo a qual 65% dos estudantes são de famílias com renda média mensal entre R\$207,00 e R\$1.600,00, sendo que 42,8% têm renda familiar até R\$927,00; 46,2% dos estudantes entrevistados chegaram à universidade depois de fazer o ensino médio na rede pública.

Então, Sr. Presidente, existe aí uma série de informações. Eu, por exemplo, particularmente, não sou contra o sistema de cotas nas universidades públicas. Só acho que caberia ao Governo Federal dar orientação às universidades. Inclusive apresentei um projeto ao Senado dizendo simplesmente que as universidades deverão colocar em seus exames de seleção critérios de natureza de inclusão social, etc., que permitam que cada universidade, dependendo do contexto em que estiver, dependendo da forma de liderança que ela tenha naquele momento, diga qual o sistema que vai utilizar. O que não acho correto é inventar um sistema de cota que seja uma espécie de pijama e querer vestir o mesmo pijama em todas as universidades, seja ela magra, seja gorda.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Todas duas vão ter o mesmo pijama, o que acho errado. A pesquisa feita pelas universidades serve para esclarecer a sociedade brasileira; não serve para acabar com o sistema de cotas, porque isso depende de decisão do Governo, decisão do Congresso. Porém, não se pode impedir que o sistema de cotas seja discutido e que as universidades que fizeram a pesquisa tenham oportunidade de apresentá-la. Hoje mesmo, o Governo apresenta nos jornais outra pesquisa que mostra resultado contrário. Tudo bem, vamos examinar as duas pesquisas, vamos discuti-las e garantir a autonomia das universidades, porque no momento em que se tira das universidades, públicas ou privadas, a autonomia por conta de cotas, a autonomia delas acaba. Depois de tirar a autonomia por conta das cotas, vai-se tirá-la por outras razões.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Na realidade, temos de manter a autonomia da universidade e estabelecer que cada universidade deve definir sua forma de fazer essa inclusão social e não querer fazer um sistema só para todas as universidades, pois, aí sim, elas deixam de ser autônomas, exigindo que obedeçam essa norma, ou seja, vistam o mesmo pijama. Achei isso muito grave. Já tinha falado na Comissão de Educação sobre esse problema, mas achei que deveria fazer o mesmo aqui no plenário. Por outro lado, já por essa crítica do Senador Cristovam Buarque, o Ministério anunciou uma série de programas que vai lançar para o ensino básico. São programas sem o devido estudo e suporte técnico, o que faz com que fiquemos muito preocupados com a forma como esse Ministério vem sendo conduzido.

Esperamos que, por exemplo, o Fundeb, programa apresentado aqui há muitos anos pelos próprios Parlamentares do PT...

Já estamos no terceiro mês do terceiro ano do mandato do Governo, e o projeto do Fundeb ainda chegou ao Congresso. O Ministro anunciou ontem que está mandando o projeto para a Casa Civil. Ora, quem quer saber disso? Que me interessa se um programa está na Casa Civil ou no Ministério da Educação? Quero que esteja no Congresso para que possamos aprová-lo, porque senão vamos aprová-lo no último ano do Governo Lula. Então, na verdade, esse não é um projeto para o Governo Lula, mas para o próximo Governo. É preciso tratar o ensino fundamental com a seriedade devida e com a prioridade que se quer dar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa agradece a V. Ex^a e pede à Taquigrafia que registre as últimas palavras de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – ... ao ensino superior, a meu ver, de forma equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres, que dispõe de cinco minutos, pela Liderança do PDT.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, assumo a esta tribuna para manifestar a minha preocupação – certamente também a de muitos milhões de brasileiros, pelo menos os mais bem informados, – com a reportagem de capa da revista Veja desta semana.

Não quero dar nenhuma conotação partidária a este meu pronunciamento. Não atacarei o Governo nem o PT. Tenho certeza de que a direção do PT, Senador Tião Viana, como V. Ex^a, José Genoíno, José Dirceu e o Presidente da República não aceitariam nem admitiriam a hipótese de aceitar dinheiro das FARCs ou

de qualquer outra organização. V. Ex^{as} não podem responder pelo que fazem alguns militantes do seu Partido. Mas, Sr. Presidente, não podemos ficar tranquilos com a desenvoltura com que as FARCs agem no Brasil. Há três razões para nós nos preocuparmos com essa organização.

Em primeiro lugar, pelo fato de ser estrangeira, obviamente não tem nada a que ver conosco. Segundo lugar, Sr. Presidente, é uma organização que mantém uma luta armada não contra uma ditadura, mas contra uma das melhores e mais antigas democracias da América do Sul, que é a Colômbia. Esse país tem instituições tão sólidas, Senador Tião Viana, que, em quarenta anos de luta armada no país não foi interrompido o processo democrático. As FARCs não querem se constituir em um partido e teimam em manter um movimento armado contra o Governo legitimamente eleito da Colômbia. Terceiro e pior, Sr. Presidente, as Farc, há muito, deixaram de ser um movimento político. As Farc são uma organização criminosa, vivem do narcotráfico.

Boato? Difamação de adversário?

Sr. Presidente, há dois anos, Fernando Beira-Mar, foragido da Justiça brasileira, homiziou-se na Colômbia, foi abrigar-se sob o manto protetor das Farc, porque com elas ele mantinha um intercâmbio de troca de armas e de drogas. As Farc não apenas negociam e traficam com drogas, Senador Romeu Tuma, como V. Ex^a bem sabe. Elas matam, praticam terrorismo e seqüestraram.

Sr. Presidente, há três anos, uma colega nossa da Colômbia, Senadora Ingrid Betancourt, está sob prisão das Farc. E nunca vi ninguém – desculpe-me a franqueza, Senadora Heloísa Helena –, uma Senadora qualquer, assomar a esta tribuna para pedir a intercessão do Governo brasileiro, de organizações de esquerda amigas, para que essa senhora fosse liberta. Estão lá o marido e os filhos em desespero há três anos. Não sei qual é o estado emocional e psicológico dessa senhora respeitabilíssima, ilustre candidata à Presidência da República por um partido ambientalista. Ela está seqüestrada há três anos, e ninguém protesta nem se solidariza, Senador Romeu Tuma. E essa organização criminosa – repito – deixou de ser política.

Há um representante delas aqui no Brasil, Sr. Presidente, que age com a maior desenvoltura. Um Líder do Governo afirmou – veja a gravidade do que vou dizer – que os documentos são falsos, Senador Romeu Tuma, e que a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) não investigou as Farc. Então, eu pergunto: O que faz a Abin? O representante de uma organização criminosa estrangeira, aqui sediado, reúne-se com políticos brasileiros para oferecer ou não dinheiro, e a

Abin não acompanha, não toma conhecimento? Para que serve a Abin?

Estou muito preocupado. Na capital da República, nas barbas, a dois quilômetros do Palácio do Planalto, a Abin não sabe? É mais grave ainda, Senador Antero de Barros. E isso aconteceu no governo Fernando Henrique Cardoso. Não estou condenando o Governo, mas a Abin, como instituição. Quero saber por que as Farc têm um representante no Brasil e por que esses representantes não são monitorados religiosamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a dispõe de mais dois minutos, Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Eu temo. O Amazonas tem uma fronteira de mais de mil quilômetros com a Colômbia, Sr. Presidente, vasta fronteira semi-abandonada, a não ser pela presença das Forças Armadas. Uma população paupérrima, miserável, que está exposta aos narcotraficantes. Imagino se as Farc começam a subornar, financiar candidatos à prefeitura, à Câmara Municipal ou ao governo do Estado do Amazonas, o que é que vai acontecer com o meu Estado?

Senador Romeu Tuma, só disponho de um minuto, mas lhe cedo com muito prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Jefferson Peres, eu não deveria nem interromper o discurso de V. Ex^a, que está perfeito. Mas as Farc apenas estão praticando o crime como meio de sobrevivência hoje, porque o auxílio que recebiam está morto. Então, praticam crimes, tráfico de drogas e trocam proteção por drogas. E o que aconteceu quando a Abin recebeu a informação? Pode ter deixado de investigar, mas a informação deve ter chegado. Agora, receber o informe e dizer que é falso é um risco que, realmente, a Comissão Especial tem que esclarecer.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O General Presidente da Abin tem que vir ao Senado Federal, não para se reunir no gabinete, mas no seio de uma Comissão, em sessão secreta, mas ele deve explicações à Nação.

Estou preocupado com a ação das Farc no Brasil, Sr. Presidente, e milhões de brasileiros também estão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. Em seguida, haverá sessão especial em homenagem aos 50 anos do Líder Luís Eduardo Magalhães.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, farei um esforço para não usar o tempo

todo, para possibilitar que se realize a sessão especial de homenagem, como a Casa decidiu.

Eu queria fazer apenas uma brevíssima consideração, não sobre o balcão de negócios montado pelo Governo em relação à troca dos Ministérios. Não me cabe interferir nesse debate, porque não sou da base de bajulação do Governo, da base de sustentação. Então, não me cabe definir quem fica ou quem entra no Governo Lula.

Sei que esse debate está sendo feito à base de muita ova de esturjão, ou, melhor dizendo, de caviar, naqueles almoços e jantares com cardápios sofisticadíssimos, pagos com o dinheiro público. Depois, saem ostentados nas colunas sociais, como se isso fosse algo interessante, expressão, símbolo, sinal de cargos, prestígio e poder.

Mas, Sr Presidente, Senador Tião Viana, sabe V. Ex^a que sou uma militante da área de saúde. Estou no Senado provisoriamente, pela vontade das mulheres e homens de bem e de paz da minha querida Alagoas, mas nunca me afastei do debate sobre a saúde. Sempre fiz um esforço gigantesco para continuar aprofundando-me nesse debate.

Sei inclusive, e reconheço, do compromisso de V. Ex^a em relação ao tema. Mesmo cumprindo o seu mandato de Senador com eficiência – é lógico que defendendo posições muitas vezes completamente antagônicas e distintas das minhas –, fez o doutorado e continua militando na área de saúde. Está presente também o Senador Mão Santa, que também é um militante da área de saúde.

Eu não tenho absolutamente nada contra o Ministro Ciro Gomes. Não o conheço pessoalmente. Então, não tenho absolutamente nada contra ele, pessoalmente, porque não o conheço. Não quero dizer que, ao conhecê-lo, tenha uma avaliação distinta dele. Não é isso.

Entretanto, como militante da área de saúde, acompanho o tema há muito tempo, mesmo antes de entrar na universidade. Nós que éramos apaixonados por esse tema acompanhávamos todo o debate da reforma sanitária no mundo. Foram gerações e gerações que se dedicaram dia após dia para viabilizar um projeto de reforma sanitária; foram lutas e mais lutas para se conseguir a garantia na Constituição do País e depois a Lei Orgânica do Serviço Único de Saúde, o SUS. Sabemos que ainda há um abismo entre o que foi conquistado na lei, por força da sociedade e por gerações e gerações que dedicaram suas vidas para defender a reforma sanitária, e a realidade objetiva da vida de milhões de pessoas deste País. Não há apenas o caos do Rio de Janeiro. Em Alagoas, no Rio Grande

do Sul, na Bahia e em vários outros lugares, também existem problemas gravíssimos na área de saúde.

Embora eu seja uma apaixonada também pela área de educação, Sr. Presidente, a área de saúde não pode esperar. O que fica em jogo é a estrutura anatofisiológica das pessoas. Não se pode esperar a revolução, o socialismo, a democracia e a justiça social. É preciso haver ações concretas, objetivas e ágeis para fazer um bom sistema de saúde funcionar, tanto na porta de entrada do sistema, que é o postinho de saúde, o centro de saúde, quanto na unidade intermediária, na alta tecnologia, nos hospitais de referência. Enfim, o perfil epidemiológico da saúde no Brasil exige eficácia, ações concretas e objetivas e agilização.

Fico impressionada, Senador Tião Viana, absolutamente impressionada com o fato de, havendo tantos quadros, tantos técnicos extremamente qualificados na área de saúde, inclusive vinculados ao Partido do Presidente da República, se escolher, para Ministro da Saúde, o Ministro Ciro Gomes. Eu acho isso um desrespeito às gerações e mais gerações que dedicaram as suas vidas ao projeto de reforma sanitária e a garantir eficácia do serviço de saúde.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois não, Senador José Jorge, eu vou permitir. Somente quero deixar claro que não tenho nada contra o Ministro, não me cabe interferir no balcão de negócios sujos montado pelo Governo para definir quem vai ou quem fica em alguma Pasta, mas sou uma militante da Saúde no Brasil. Como militante do setor Saúde, como alguém que dedicou a vida ao setor Saúde, tenho o direito de fazer as críticas que são necessárias, de fazer as cobranças que são necessárias, porque o Ministério da Saúde não pertence a Senhor Lula ou a quem quer que seja, por mais que a caneta seja dele e ele tenha o direito, garantido por esta democracia “fajuta”, para fazer as indicações que quer.

Senador José Jorge, eu concedo o aparte a V. Ex^a, para eu terminar bem rápido e não atrapalhar a Hora do Expediente.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senadora Heloísa Helena, serei bastante rápido. Em primeiro lugar, quero dizer que também estranho que uma pessoa que não tenha nenhuma ligação com a Saúde seja Ministro, em uma área tão rica de pessoas. E há um detalhe que V. Ex^a não quis mencionar, talvez porque não seja tão importante: é um Ministro da Saúde fumante. Todo mundo sabe que há anos o Ministério da Saúde faz campanhas para pessoas não fumarem. E agora nós vamos inovar: teremos um Ministro da Saúde fuman-

te. Possivelmente, quem sabe, a Souza Cruz vai ficar muito feliz com a sua nomeação. Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a e concluo, Sr. Presidente, para que o requerimento de homenagem, aprovado na Casa, possa ser concluído.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço à nobre Senadora Heloísa Helena.

Tem a palavra, pela ordem, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, recorro ao art. 14. Embora com todo o brilho, eu fui citado. Conto com sua generosidade, para rapidamente ...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a tem dois minutos para sua manifestação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, um instante! Nós somos irmãos da área de Saúde: médico e enfermeira. A mais humana das Ciências são as Ciências da Saúde, e benfeiteiros são os que a seguem.

Mas quero dizer que está clara a indicação. A Psiquiatria, a Psicologia, a Neurolingüística, a Ciência da Comunicação falam da existência de uma modelagem. E o Presidente Lula V. Ex^a o conhece há mais tempo do que eu. Eu fui envolvido por uma esperança que não chegou. Então, existe a modelagem, que é reconhecida na ciência moderna da Neurolingüística. E ele escolheu o modelo dele. Está claro, óbvio ululante. O modelo é Fernando Henrique Cardoso. Daí agüentarmos o neoliberalismo, o reino dos banqueiros, Henrique Meirelles. E Fernando Henrique Cardoso não escolheu um estranho na área da Saúde, José Serra? Pois Lula já adotou o modelo Fernando Henrique Cardoso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan, pela ordem

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, eu estava inscrito para falar pela Liderança da Minoria, mas, em função de uma sessão em homenagem ao nosso querido e saudoso Luís Eduardo Magalhães, a ser realizada agora, quero deixar apenas registrado nos Anais desta Casa um agradecimento ao Governo Lula, justamente na área da Saúde.

Muitas e muitas vezes eu venho à tribuna fazer críticas. Agora, deixo registrado um agradecimento, porque o Lula e o Ministério da Saúde nos atenderam. Nós pedimos um aparelho para o setor de radioterapia do Hospital São José, em Criciúma, e fomos atendidos.

E, em nome do Deputado Clésio Salvaro, de Santa Catarina, e da comunidade de Criciúma, que tanto pediu esse aparelho, deixo meus agradecimentos registrados nos Anais desta Casa.

Sr. Presidente, peço que seja dado como lido o restante do meu discurso.

Agradeço, Sr. Presidente, pela atenção.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR LEONEL PAVAN.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, com apoio de Pavan SUS Credencia setor de radioterapia do Hospital São José em Criciúma.

A partir de hoje (15/3), de acordo com a portaria 140 do Ministério da Saúde, o setor de radioterapia do Hospital São José em Criciúma, passa a ser credenciado pelo SUS, Sistema Único de Saúde. Com isso o hospital pode atender a população do sul do Estado. Hoje cerca de 100 pacientes da região são obrigados a viajar 240 quilômetros até Florianópolis ou 290 quilômetros até Porto Alegre, para fazer o tratamento contra o câncer. Com o credenciamento junto ao Ministério da Saúde, esses pacientes passam a ser atendidos na região o que, evitará não só o desconforto da viagem, para quem já sofre com a doença, mas também acaba com o custo da passagem, alimentação e hospedagem. O hospital São José cumpriu todas as exigências do INCA, Instituto Nacional do Câncer, que já havia concedido ao hospital o título de Centro de Alta Complexidade em Oncologia.

Desde 1995, a direção do Hospital São José investiu mais de R\$2 milhões em novas instalações e equipamentos para o tratamento de combate ao câncer. Só o equipamento de radioterapia custou US\$600 mil. Hoje 420 pessoas já fazem quimioterapia no hospital e com o credenciamento, continuarão o tratamento em Criciúma agora no setor de radioterapia do Hospital São José.

O processo de credenciamento do hospital foi acompanhado de perto pelo vice-Presidente Nacional do PSDB, Senador Leonel Pavan, (SC), e pelo deputado estadual Clésio Salvaro, líder do PSDB na Assembléia de Santa Catarina. Os tucanos falaram pessoalmente com o secretário de Atenção à Saúde do Ministério, Dr. Jorge Sola, e mostraram a importância do setor de radioterapia para a população da região. "O credenciamento junto ao SUS, beneficia uma população de mais de 800 mil pessoas. Todo o sul do Estado de Santa Catarina. "O que fizemos, eu e o deputado Salvaro, foi fazer com que o Dr Jorge Sola, se colocasse no lugar de quem luta contra o câncer, que depois de passar por um tratamento violento como é a quimioterapia, é

obrigado a ficar longe da família para fazer a radioterapia e completar o tratamento, sendo obrigado ainda a pagar as custas da viagem e hospedagem para a capital. O credenciamento aliviaria o sofrimento de quem luta para vencer o câncer", declarou Pavan.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a será atendido.

De acordo com a decisão tomada ontem, vamos dar início, neste momento, à homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães – que, se vivo estivesse, completaria hoje 50 anos de idade –, nos termos do Requerimento nº 152, de 2005, dos Senadores Renan Calheiros, César Borges e outros Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, meu caro amigo Senador Antonio Carlos Magalhães, pai do nosso querido amigo Deputado Luís Eduardo Magalhães, primeiramente, eu gostaria de dizer da emoção de ser o primeiro orador desta solenidade em homenagem ao Deputado Luís Eduardo Magalhães.

Quero dizer que conheci o Deputado Luís Eduardo Magalhães como meu colega, Deputado Federal do mesmo Partido, o PFL; como meu Líder, já que exerceu a Liderança do PFL na época em que eu era Deputado; e como Presidente da Câmara dos Deputados. Durante o período em que tivemos essa convivência, uma convivência bastante próxima, pude ser testemunha das suas grandes virtudes como pessoa humana e como homem público.

O Deputado Luís Eduardo era uma pessoa que se dedicava integralmente ao seu mandato. Estava sempre aqui em Brasília, participando de todas as reuniões formais do plenário da Câmara e das Comissões, e também das informais, quando nos reunímos para discutir aquilo que deveria ser posteriormente votado ou discutido no plenário da Câmara dos Deputados. E devo dizer que o Deputado Luís Eduardo Magalhães era um Parlamentar que não se limitava a conversar somente com os companheiros do seu Partido. Convivia na Casa e socialmente com Parlamentares de todos os Partidos. Tinha grandes amigos em todos os Partidos: PDT, PT, PSDB, PMDB.

Lembro-me de que, muitas vezes, íamos jantar no restaurante Piantella, por exemplo, nas noites de

terça-feira ou quarta-feira, e a mesa do Deputado Luís Eduardo era sempre a mais suprapartidária. Em sua volta, havia Deputados de todos os Partidos, e ali se discutiam e se debatiam muitos temas que, no outro dia ou na próxima semana, seriam votados na Câmara dos Deputados.

Também acredito que o Deputado Luís Eduardo foi o grande nome que permitiu que se fizessem as modificações na Constituição Federal, as chamadas reformas econômicas, realizadas no início do Governo Fernando Henrique Cardoso. Todos nos lemos de que foi sob sua Liderança que tivemos que enfrentar, à época, os que hoje estão no Governo e que eram contrários às modificações e à modernização da economia brasileira. Tivemos a emenda das telecomunicações, a emenda do petróleo, a emenda da pesquisa mineral, e havia uma série de questões incluídas na Constituinte e que estava na hora de modificarmos. E o Deputado Luís Eduardo Magalhães foi o grande Líder que conduziu todo esse processo. Tenho dúvidas, grandes dúvidas de que, se não fosse a presença do Deputado Luís Eduardo Magalhães, teríamos conseguido aprovar essas reformas tão difíceis.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador José Jorge, peço desculpas a V. Ex^a por interrompê-lo, mas, como V. Ex^a conhece profundamente a história e o perfil de Luís Eduardo Magalhães, eu me permiti solicitar o aparte para falar sobre aquilo de que tomei conhecimento da vida dele, porque, à época, eu não era Parlamentar. Realmente, ele demonstrou as qualidades de um grande Líder político e de um grande brasileiro. Havia uma expectativa geral, Senador Antonio Carlos Magalhães, uma expectativa da Nação, de que ele seria o homem mais indicado para assumir a Presidência da República. Algumas vezes estive com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e ele não cansava de elogiar o comportamento ético e moral e a visão política do Líder Luís Eduardo Magalhães. Sabe V. Ex^a que o Deputado Robson Tuma talvez tenha encontrado várias vezes, à mesa do Piantella, Luís Eduardo Magalhães, a quem ele admirava e cujo exemplo tentava seguir, para que fosse um bom Deputado Federal. Desse modo, nesta hora, peço a V. Ex^a que me permita, numa lembrança, mandar a Deus uma mensagem, esperando que Ele esteja lá em cima nos olhando, feliz pelo comportamento daqueles que têm amor ao povo brasileiro, que era o seu grande exemplo. Expresso as minhas homenagens ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que soube orientar o filho, e hoje, provavelmente, com o coração tão triste quanto o nosso, lembra-se com saudade, assim como

todos os brasileiros, do seu querido filho, um grande homem que nos deixou.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, tenho satisfação de também apartear V. Ex^a neste justo momento de homenagem do Senado Federal à memória do líder político nacional Luís Eduardo Magalhães, que deixou a vida em 21 de abril de 1998, colocando uma marca na história política brasileira e estabelecendo um novo momento. Ele havia construído um cenário político, tendo sido figura muita importante, pois vislumbrava todo um desenho de relação com o poder e com a construção de um modelo de sociedade. Foi uma interrupção efetiva do momento histórico que estávamos vivendo. Eu ainda não era parlamentar à época, mas posso dizer que, na convivência de militante partidário, em todos os instantes em que nos referíamos a Luís Eduardo Magalhães, nunca ouvi uma manifestação depreciativa ou negativa quanto à sua conduta política e às suas responsabilidades de homem público. É justo que eu, mesmo na condição de adversário político-partidário, faça esta afirmação e este reconhecimento, que é sincero e verdadeiro. Mesmo não tendo convivido com Luís Eduardo Magalhães, uma frase sua faz parte dos meus sentimentos de homem público. Quando chegava o momento do debate político, do entendimento político e do confronto político, ele afirmava: “O jogo está jogado”. O jogo jogado era um acordo definitivo que tinha um ponto, e dali todos que estavam em torno daquele debate e das divergências do entendimento tinham a certeza de que os compromissos estavam mantidos diante do que tinha sido estabelecido pelas partes. É uma manifestação política que deve servir como referência a todo debate nacional que norteia Oposição e Governo, partidos de Oposição e partidos que apóiam o Governo. O que hoje nós, do Governo, mais reivindicamos da Oposição é o debate de conteúdo, de mérito, a investida em compromissos com o interesse nacional. Tenho certeza de que Luís Eduardo Magalhães representava muito bem essa responsabilidade de homem público elevado. Por essa razão, tenho muita satisfação de apartear V. Ex^a, que é um convedor da memória dele e de trazer meu abraço ao pai, Senador Antônio Carlos Magalhães.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Tião Viana. Sem dúvida, se tivéssemos hoje o Deputado Luís Eduardo Magalhães, nossa Oposição seria melhor, mais competente do que está sendo até agora, disso não tenho dúvida.

Sr. Presidente, tive uma grande convivência com o Deputado Luís Eduardo Magalhães e gostaria de contar dois fatos, um bem humorado. O Deputado Luís Eduardo Magalhães, apesar de estar sempre ocupado como Líder e como Presidente, nunca perdia o bom humor. Vou contar essa história em homenagem ao Deputado Heráclito Fortes, que era um dos seus melhores amigos.

Eu era Presidente do PFL – na época, o Senador Jorge Bornhausen estava em Portugal como Embaixador –, e chegou a hora de fazer o programa nacional do PFL. Então, tentei gravar com o Deputado Luís Eduardo, mas ele não teve tempo de gravar. O programa foi apresentado e, no outro dia, pela manhã, ele ligou para mim, dizendo, com um tom de bravo: “José Jorge, venha cá, quem foi que autorizou colocar o Heráclito Fortes no Programa Nacional do PFL?” Eu disse: “Coloquei o Heráclito Fortes porque você não gravou, e o Heráclito é o primeiro Vice-Presidente da Câmara. Por isso eu o coloquei”. Ele: “Acho que isso foi muito errado”. Perguntei: “Errado, por quê?” Aí ele disse: “Porque Heráclito Fortes só cabe em televisão de 29 polegadas, e o povo só tem televisão de 20. Foi tempo perdido”. E eu, pensando que ele estava falando sério, queria me explicar.

Outra questão também a que dei grande importância foi com relação à educação. O Deputado Luís Eduardo teve grande importância do ponto de vista da legislação. Um parlamentar tem importância em diversos segmentos, como presidente, como líder, mas, em termos de legislação, a participação mais importante do Deputado Luís Eduardo foi em relação às reformas econômicas, pois foi exatamente naquele momento quando era Líder e depois Presidente. Uma vez, quando Presidente, ele me chamou ao gabinete e me disse: “José Jorge, a lei de Diretrizes e Bases da Educação está aqui no Plenário há mais de dez anos e não conseguimos aprová-la. Estou querendo que você seja o Relator para aprovar essa lei em um prazo inferior a noventa dias”. Era como se fosse hoje a reforma do Judiciário. Era complicado, porque existiam dois projetos, um da Câmara e um do Senado, que tinham que ser transformados num só. Eu disse: “Vamos enfrentar.”

Então, com o apoio e a liderança dele, como Presidente da Casa, num prazo de 90 dias, conseguimos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação fosse aprovada. É uma lei que vai completar 10 anos e foi muito pouco modificada.

O Deputado Luís Eduardo, além de grande companheiro, de grande Presidente, de grande Líder, foi também uma pessoa que deixou escrita, na história da sua vida, toda essa participação que teve no projeto da

educação, que é um dos mais importantes para que o Brasil consiga melhorar a sua relação social.

Neste momento, também gostaria de dar a minha palavra de solidariedade ao Senador Antonio Carlos Magalhães, seu pai, seu grande incentivador e mentor, ao seu filho, que também está presente conosco, e a toda a família do Deputado Luís Eduardo Magalhães, que respeitamos hoje e vamos respeitar a vida inteira como um grande líder que o nosso Partido teve.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Registro, nesta sessão, a honrosa presença do ex-Senador e sempre Senador Albano Franco, ex-Governador de Sergipe.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, pai do homenageado, que deveria ser o último orador, mas que, em função de compromisso na Bahia em homenagem a Luís Eduardo, precisa se ausentar agora.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, bem podem avaliar V. Ex^as as emoções que sinto neste instante. Eu deveria aguardar todo este expediente para agradecer, no final, aos meus queridos colegas as homenagens que estão prestando, quando Luís Eduardo completaria 50 anos de idade.

Entretanto, na Bahia, deverá se realizar, às 18h30, uma missa, seguida de um concerto com as músicas que Luís Eduardo admirava, o que me obriga a ficar com os meus conterrâneos e a abraçá-los no dia de hoje.

Já participei de uma sessão na Câmara dos Deputados e agora estou aqui, e V. Ex^a, Sr. Presidente, pode bem sentir as emoções que tomam conta do meu coração.

Tinha em Luís Eduardo, eu diria, juntamente com a Bahia, a razão da minha vida. Entendíamo-nos numa perfeição total. Falávamos, mesmo que no estrangeiro ele estivesse, pelo menos duas vezes por dia. Essa identidade, eu diria, era completa. Entre pai e filho há sempre uma área de respeito mútuo, que sempre houve entre nós, mas isso não abalava de modo algum a íntima, filial e fraterna amizade. Por isso, sofri mais do que qualquer pai poderia sofrer.

Em 1989, tive um infarto e passei 40 dias no Incor. Luís Eduardo não se afastou um minuto do meu leito, até que eu saísse de lá em condições melhores. E, pelo destino, que nos marca com esse 21 de abril – foi Tiradentes, no passado, Tancredo e Luís Eduardo, mais recentemente –, naquele dia, só pude estar na porta da sala de operações quatro horas, quando ele ficara comigo 40 dias. Foi algo fulminante, talvez leva-

do pelas emoções que ele viveu na Casa que presidiu de modo exemplar.

Ajudou as reformas políticas divergentes. Muitos divergiam, mas ele foi o braço direito do Presidente Fernando Henrique Cardoso para realizá-las. Realizou essas reformas e serviu ao seu Partido, ao nosso Partido, como Líder, por muito tempo, sempre, sempre, com desvelo e correção absolutos. Mas algo que considero maior em Luís Eduardo como legislador era o amor ao Legislativo e à Casa que ele presidia. Luís Eduardo enfrentava tudo, mas prestigiava o Legislativo. Obrigava, muitas vezes, porque ele era um cumpridor da palavra, o Presidente a cumprir a palavra empenhada com seus companheiros. Essa foi uma característica que marcou a vida de Luís Eduardo: defender o Legislativo a qualquer custo. E tenho certeza de que V. Ex^a, Presidente Renan Calheiros, também o fará. Mesmo sendo da base aliada, V. Ex^a terá esta Casa acima de qualquer compromisso político. Assim procedi quando fui Presidente: coloquei os interesses do País acima das ideologias. Por isso, também convivi muito bem com as oposições de então.

Luís Eduardo foi um transformador, foi um conciliador e, ao mesmo tempo, alguém extremamente elegante no porte e no trato. Para todos os companheiros ele tinha uma palavra de carinho. Aqui há tantos amigos dele, que não desejo citá-los. Citarei apenas o Senador Albano Franco, que nos visita hoje. Ao citá-lo, menciono a todos. Luís Eduardo fez amigos porque defendeu o Legislativo. Fez amigos porque soube, em todos os momentos, defender a Casa que presidia. O Presidente Fernando Henrique Cardoso convidou-o para ser Ministro. E ele disse: “Não desejo, Presidente, ser Ministro. Só desejo ver meu pai Presidente do Senado.” Daí por que também devo a ele esse posto que alcancei.

Luís Eduardo chegou ao Senado – Mário Covas disse isso muito bem em um discurso, em São Paulo – como o filho de Antonio Carlos. Com o tempo, o Senador Antonio Carlos Magalhães era o pai de Luís Eduardo. As coisas mudaram totalmente, tal a atuação e a grandeza de seus procedimentos.

Fez uma vida pública, no seu Estado, exemplar. Foi Presidente da Assembléia Legislativa bem moço. Foi Presidente da Câmara dos Deputados também ainda bem moço. E com 43 anos faleceu.

Meu sofrimento, nessa época, muitos dos colegas aqui viam. Desse lugar em que V. Ex^a se encontra hoje, Senador Renan Calheiros, quase todos os dias, tinha de me ausentar por causa das emoções. E não tenho acanhamento em dizer que chorava copiosamente. O Carreiro e a Cláudia, que estão aqui, viram bem esse momentos tão difíceis.

Encontrei no Senado, a verdade é essa, o grande lenitivo, o bálsamo para a minha dor. Por isso tenho tanto amor a esta Casa. Amo esta Casa. Se procedo de uma forma ou de outra, tudo é passageiro diante do amor que tenho pelo Legislativo, pelo Senado Federal. Se pecados cometí, todos já foram absolvidos, na medida do meu amor e da defesa que faço de todos os Srs. Senadores, sejam eles meus amigos ou não. Existem, nesta Casa, as personalidades mais diferentes, mas prezo a todas, principalmente quando vejo que elas se unem para homenagear o filho querido que foi um homem público exemplar. Seria Governador da Bahia – as pesquisas o colocavam em ponto maravilhoso – e talvez disputasse, quem sabe, a presidência da República. O destino não quis.

O Cardeal Eugênio Sales deslocou-se do Rio para a Bahia para me dar uma palavra de consolo. E ele me disse: "Você não pode estar assim. Quantos viveram quase cem anos e fizeram tão pouco. Luís Eduardo viveu 43 e fez tanto pelo País e pela Bahia." Realmente foram palavras que ficaram em minha memória e que acalentaram bastante o meu sofrimento.

Certamente, neste instante, falarão muitos dos seus amigos até bem queridos, aqueles que lutaram com ele. Hoje mesmo, devo dizer, recebi uma carta do Senador Tasso Jereissati que me emocionou muito. E por tudo isso, eu não poderia sair daqui hoje sem dar uma palavra de agradecimento a todos. Todos, sem exceção, mas principalmente a V. Ex^a, Sr. Presidente, de quem muito espero e de quem o Brasil tanto espera imparcialidade de procedimento, na certeza de que V. Ex^a, como Luís Eduardo, honrará o Legislativo brasileiro.

Portanto, neste instante, em que eu poderia falar sobre tantas realizações, tantas reformas que Luís Eduardo fez, prefiro não falar. Prefiro apenas dizer: muito obrigado a vocês. Que Deus os ajude como vocês têm me ajudado.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Registro entre nós a presença do filho do homenageado, Luís Eduardo Magalhães Filho. (Palmas.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional Senador Renan Calheiros, meus prezados Pares, SRA.s e Srs. Senadores, meu prezado e querido amigo Senador Antonio Carlos Magalhães, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Luís Eduardo, filho daquele brasileiro que hoje homenageamos com muita saudade, meus cumprimentos.

Certo seria, depois das palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães, que nenhum de nós proferisse qualquer discurso. Certo também seria que, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, diversos outros Parlamentares, talvez de forma mais apropriada do que eu, pudessem estar nesta tribuna para prestar esta homenagem a Luís Eduardo Magalhães.

Também é verdade, Sr. Presidente, que o povo da Bahia se reúne hoje não para lamentar, mas, sem dúvida, para festejar, para comemorar a vida, ainda que breve, daquele que marcou profundamente a história do Brasil e da Bahia. É por essa razão que vários dos nossos colegas, dentre eles o Senador Antonio Carlos Magalhães, estão se dirigindo para Salvador, para estarem no devido local, na terra que projetou Luís Eduardo para o Brasil, a Bahia, onde serão realizadas as homenagens devidas àquele grande Líder.

Pude encontrar-me algumas vezes, no caminho da vida pública, com Luís Eduardo Magalhães. Quando me elegi Deputado Federal pela primeira vez, já o encontrei devendo algo. Encontrei-o para agradecê-lo pelo trabalho e pelo apoio que deu à criação do Estado do Tocantins, na Assembléia Nacional Constituinte.

Logo em seguida, fomos colegas por dois mandatos. Fomos Líderes de Partidos, integrando um jovem Colégio de Líderes. E nos acostumamos, no final das tardes, a nos dirigirmos sempre ao Gabinete do Líder Luís Eduardo Magalhães, onde discutíamos o que seria aprovado, as reformas do País, os problemas nacionais. Impressionante, Sr. Presidente, a vibração, o entusiasmo, a firmeza com a qual o Deputado Luís Eduardo Magalhães tratava os seus colegas, os seus amigos e os assuntos sob sua responsabilidade. Tive, portanto, essa oportunidade histórica.

Há algo mais, Sr. Presidente, que me leva a vir a esta tribuna hoje, porque marcou a minha vida pública e partidária de uma forma inesquecível. Em uma manhã, na cidade de Palmas, no espaço cultural que consegui erguer ainda quando prefeito, com a presença do Senador Antonio Carlos Magalhães, tive a minha ficha de filiação partidária abonada pelo então Deputado Luís Eduardo Magalhães. Isso selou definitivamente a nossa amizade e marcou a minha história política. E qual não era, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, a emoção e a vibração da população de Palmas, uma capital ainda muito jovem, mas que via em Luís Eduardo Magalhães o que viam os demais brasileiros: a esperança de ter encontrado um líder que certamente chegaria à Presidência da República.

Somos de uma mesma geração. Hoje está no Governo do Estado de Minas Gerais o jovem Líder Aécio Neves; hoje está na Presidência do Senado Federal o jovem Líder de então Renan Calheiros; Colégio de Lí-

deres integrado por Luís Eduardo Magalhães; Colégio de Líderes em que, de forma muito modesta, mas tão modesta quanto importante para meu Estado, estive eu. São essas, Sr. Presidente, as marcas que trago, e foi essa a formatação que tive dos meus primeiros dias de Parlamento, convivendo com figuras como o então Deputado Paulo Hartung, hoje Governador do Espírito Santo, e vários outros, que tomaram destinos diferentes.

Recordo-me de meu último encontro com Luís Eduardo Magalhães, em que S. Ex^a disse: "Meu craque" – como costumava me chamar – "você está marchando para o Senado da República, local pelo qual tenho profunda admiração e que espero um dia integrar como membro, mas estou agora em direção a uma responsabilidade maior, de disputar o Governo do Estado da Bahia". Conversamos, e foi esse nosso último encontro.

A outra parte da história o Brasil inteiro conhece. Luís Eduardo Magalhães deixou uma campanha para a qual não tinha adversários. Seria Governador da Bahia, como seria Presidente da República. E eu vim representar o Tocantins nesta Casa.

Sr. Presidente, estávamos em plena construção de uma usina hidrelétrica em nosso Estado. E quero dizer que, não apenas pelo meu reconhecimento, mas por reconhecimento do meu pai, o então Governador Siqueira Campos, o cidadão José Wilson Siqueira Campos, assim que tomamos conhecimento do ocorrido com o jovem Deputado Luís Eduardo – até pelo fato de o pai de S. Ex^a ter estado no Tocantins para dinamitar as primeiras rochas –, aquela seria a usina que a História acabaria por denominar, em uma homenagem que prestou o povo tocantinense, de Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães.

Quero apenas registrar a minha saudade, o meu reconhecimento, os fatos marcantes que pude viver com o Deputado Luís Eduardo Magalhães e repetir aqui uma homenagem que lhe foi feita no dia da inauguração da Usina. Disse meu pai, socorrido por Augusto dos Anjos em um dos seus mais belos poemas, "O Lamento das Coisas", algo que marcou muito a história do nosso jovem Tocantins e a grande história de Luís Eduardo Magalhães. Dizia o poeta:

É a dor da Força desaproveitada,
O cantochão dos dinâmos profundos,
Que, podendo mover milhões de mun-
dos,

Jazem ainda na estática profunda do
Nada!

Este é "O Lamento das Coisas", de Augusto dos Anjos.

Sr. Presidente, quero dizer que lá no Tocantins já não estamos na estática do nada e nossos dinâmos não estão parados. São movidos pelas águas fortes do rio Tocantins, gerando a energia que hoje tem nome: Luís Eduardo Magalhães.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Siqueira Campos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, ontem ocupamos, juntamente com vários oradores, a tribuna desta Casa para salientar e rememorar o dia 15 de março de 1985, data histórica da eleição de Tancredo Neves e José Sarney. Hoje, 16 de março, ocupamos a mesma tribuna para lembrar a data de aniversário de um político que, embora tenha desaparecido prematuramente, deixou marcas profundas da sua atividade pública na história do Brasil.

Como Presidente Nacional do PFL, como companheiro e amigo querido de Luís Eduardo Magalhães, eu não poderia deixar de registrar este momento em que aquele jovem homem público completaria 50 anos. Conheci Luís Eduardo cedo, bem jovem, Presidente da Assembléia do seu Estado, a Bahia, e tive a oportunidade de revê-lo já como Deputado Federal, a partir do seu primeiro mandato, quando, com muita humildade, mostrando que queria construir o seu próprio caminho, respeitando muito a sabedoria do seu pai, nosso eminentíssimo colega Senador Antonio Carlos Magalhães, procurava os líderes mais experientes, mais antigos, para conversar, para dialogar, para apresentar também suas idéias. Foi, assim, que fomos construindo uma sólida e profunda amizade.

Luís Eduardo Magalhães tinha o dom de saber que era um político que teria que viver pelas suas próprias idéias e pelas suas ações. Era uma figura inteligente, um liberal, conforme demonstrou nos seus discursos e nos seus votos. Viveu o momento da Assembléia Nacional Constituinte. Ali sua presença começou a ser marcante. Não estava ali o filho de um político brilhante, talentoso e vencedor; estava ali um jovem que, pela sua própria ação, estabelecia o caminho para uma grande atuação parlamentar.

Luís Eduardo Magalhães, repito, era um verdadeiro liberal. Chegou à frente das reformas que foram realizadas, lutou por posições com que poucos concordavam naquela lembrada Assembléia Nacional Constituinte. Ele procurava sempre o conselho de Roberto

Campos e de Delfim Netto. Eu também merecia as suas visitas para a troca de idéias.

Muitas vezes saímos do salão da Câmara dos Deputados tristes por vermos que o País caminhava para ter uma Carta Magna que prejudicaria o nosso desenvolvimento. A época não foi favorável à promulgação de uma nova Constituição. A busca natural da liberdade completa levava a maioria a entender que o Estado era todo-poderoso e tudo poderia fazer. Com isso não se conformava Luís Eduardo. Se formos computar seus votos naquela Assembléia, verificaremos que as mudanças ocorridas nesta Carta correspondeu exatamente aos tópicos que Luís Eduardo não concordava, tendo votado contrariamente: sobre a questão dos monopólios, as reservas de mercado, o tamanho do Estado. Essas matérias eram contrárias às suas idéias e às idéias daqueles que não tiveram triunfo, especialmente no setor econômico da Carta Magna.

Mas Luís Eduardo teria um papel importante dentro da sua agremiação partidária e da Câmara dos Deputados. Ele se tornaria Líder do PFL na Câmara, assim como foi Marco Maciel no Senado. Saberia lutar com coerência por tudo aquilo que, com convicção, defendeu por seu Partido e, sobretudo, por seu País. Viveu dias difíceis como Líder no momento do *impeachment* do Presidente Collor. Mas foi coerente, resistiu, sabia dos erros, mas sabia que tinha ainda que lutar por suas idéias para torná-las realidade no amanhã.

Vivemos juntos a sucessão presidencial de 1994. S. Ex^a era o candidato de todos nós do PFL a Vice-Presidente da República. Havia, com Marco Maciel e com o Presidente do Partido, construído aliança com Fernando Henrique Cardoso e com o PSDB. Ninguém contestava o seu nome, a não ser ele próprio. Resistiu a todos, inclusive a seu pai, o Governador Antonio Carlos Magalhães.

O Brasil perdeu a oportunidade de ver Luís Eduardo Vice-Presidente da República na eleição de 1994, mas teve a felicidade de vê-lo Presidente da Câmara dos Deputados a partir de 1995. Daquela Casa, como homem público jovem, mas já estadista, conduziu com firmeza e dignidade as reformas constitucionais indispensáveis para que o Presidente Fernando Henrique Cardoso pudesse realizar com êxito a sua grande tarefa de presidir este País.

Foi extraordinário na ação parlamentar. De Líder a Presidente da Câmara, consagrou-se líder das reformas no Parlamento. Esse mérito está consagrado na nossa recente história. Luís Eduardo era um Parlamentar por excelência. Não desejava ainda ser o candidato a Governador do seu Estado. Lembro-me de que, visitando-me como Embaixador em Portugal, disse que gostaria que Paulo Souto continuasse a ser

Governador, pois se tratava de um cidadão baiano, de um brasileiro exemplar, e que não desejava de forma alguma retirá-lo da chapa principal. Mas os companheiros de Partido da Bahia, de forma unânime, foram buscá-lo para torná-lo candidato a Governador.

Fomos nós do PFL à Bahia no último aniversário que comemorou. O clima era de festa. Os Partidos políticos se congregavam. Uma grande coligação se formava. A vitória tinha uma expectativa altamente favorável. Era o caminho daquele jovem de retorno ao seu Estado, para lá brilhar administrativamente! Nós, seus companheiros e amigos do PFL, aguardávamos aquele triunfo político e depois administrativo para vê-lo sucessor do Presidente da República na eleição de 2002.

Essa expectativa foi frustrada. A morte o levou cedo, com pouca agonia, mas com tristeza profunda para seus familiares e amigos. Deus levou Luís Eduardo, mas suas idéias ficaram. E o Brasil a ele deve dizer, ainda hoje: muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, primeiramente, parabenizo o Sr. Presidente pela iniciativa de fazer esta homenagem àquele que, sem dúvida, foi, na nossa geração, um dos parlamentares mais brilhantes, mais importantes e uma referência para todos nós.

Nenhum político que teve o privilégio de conviver com Luís Eduardo Magalhães pode deixar passar em branco o relacionamento e esta data.

Eu ainda não tinha amizade ou contato maior com o Deputado Luís Eduardo Magalhães quando, sentado nas galerias da Câmara dos Deputados, como Presidente do PSDB, assisti à votação do *impeachment* do Presidente Collor. À medida que a votação ia desenrolando-se, chamava-me a atenção a facilidade com que defensores, até a véspera, do então Presidente Collor mudavam o seu voto, sendo aplaudidos. Alguns, além de proferir o seu voto, faziam-no com grande entusiasmo, proferindo às vezes até palavras de ordem. Ao mesmo tempo em que sentia uma certa satisfação – afinal de contas, como Presidente do PSDB, estava lutando para que aquilo ocorresse –, sentia também uma enorme decepção ao constatar a fraqueza da natureza humana daqueles que daquela maneira agiam. Defensores ardentes, aliados fanáticos até do Presidente Collor, naquele momento, votavam contra ele com o mesmo entusiasmo e com o mesmo vigor, e o aplauso era geral.

Chamou-me a atenção, então, um Deputado que se levantou e proferiu o voto pela manutenção do Presidente Collor. E o fez não apenas falando "sim" ou "não", mas dizendo que votava pela coerência, pela coragem, pela sua história e pelo que ele tinha defendido no passado. Provavelmente, ele foi vaiado.

Apesar de não concordar com o seu voto naquele dia, vi que a dignidade estava com aquele Deputado, que era Luís Eduardo Magalhães. Depois, como Presidente do PSDB, comecei a conviver com ele mais assiduamente, até que se foi cristalizando uma amizade e uma confiança mútua muito grande.

Ainda como Presidente do PSDB, tive oportunidade de discutir principalmente com ele, junto com outras Lideranças do PSDB e do PFL, todos os pontos que formaram a aliança entre PSDB e PFL e que levaram o Presidente Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República. Comecei, então, a reconhecer o porquê daquele gesto do Deputado Luís Eduardo Magalhães naquele dia histórico do **impeachment**.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, posso dizer, sem medo de estar exagerando e com a certeza de que todos aqueles que conheceram Luís Eduardo estão de acordo comigo, que tive a oportunidade de conhecer um dos políticos mais corretos, no sentido de ser coerente, de cumprir seus acordos. Mesmo estando em desvantagem, ele os cumpria com coragem e determinação.

Luís Eduardo seria hoje, com certeza, uma raridade. Quando assistimos aqui neste Congresso, principalmente na Câmara dos Deputados, a um verdadeiro espetáculo de fisiologismo, em que os interesses imediatos permanecem acima de qualquer sentimento partidário, programático, ideológico ou, até mesmo, de lealdade, o mínimo necessário entre as pessoas, entre amigos e entre parceiros, sentimos que Luís Eduardo seria uma raridade nos dias atuais. Mas seria uma referência que, com certeza, serviria de exemplo até para se contrapor ao que assistimos atualmente.

A confiabilidade, a credibilidade e o caráter são fundamentais na política. Não se pode fazer política – política com "pê" maiúsculo – e mesmo não poderiam existir Partidos Políticos sem o mínimo de lealdade, respeito e credibilidade entre os homens. Se tais valores forem varridos de nossa convivência, estaremos condenados a caminhar para uma anarquia, em que a organização política não prevalecerá, refletindo-se na organização da própria sociedade.

Neste dia em que amigos, companheiros ou simplesmente aqueles que conviveram com Luís Eduardo relembramos sua pessoa e falamos da saudade e da falta que faz, refiro-me principalmente à característica que é fundamental em todo ser humano, principal-

mente no político: a força do caráter, a lealdade e o compromisso com seus princípios, acima de qualquer interesse pessoal ou de momento.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, finalizo minhas palavras, lembrando, em Luís Eduardo, das características de que todos nós deveríamos ser portadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, SRA.s e Srs. Senadores, familiares de Luís Eduardo Magalhães, esta é uma sessão que bem podia não existir. Poderíamos ser poupadados de estar aqui nesta tarde, e o Brasil estaria ganhando muito se Luís Eduardo ainda estivesse entre nós. O destino, no entanto, traça planos para os homens. E aqui estamos, sete anos depois, para homenagear talvez a maior figura política surgida no País após a redemocratização.

Tive a felicidade e o privilégio de conviver com Luís Eduardo Magalhães desde a instalação da Assembléa Nacional Constituinte. Gozei de sua amizade e intimidade. E a melhor das imagens que guardo, Sr. Presidente Renan Calheiros, é que, durante todo esse período de estreita convivência, nunca o vi defender algo que não fosse o interesse público.

Ao ver aqui, até minutos atrás, o Senador Antonio Carlos Magalhães pratear sua ausência, como tem feito ao longo desse tempo, transporto-me para o último dia de vida de Luís Eduardo. Por volta de meia-noite e meia do dia 20 de abril, ele me liga, comunicando-me o falecimento do então Ministro Sérgio Motta, e recomenda que eu me desloque para São Paulo, a fim de acompanhar o enterro.

Encontramo-nos na capital paulista, e observei a tensão e o desconforto de Luís Eduardo por comparecer à despedida de um Ministro que com ele teve participação importantíssima na costura e na votação das reformas comandadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Recordo-me de que ele me chamou a um canto. E fui testemunha, Senador Marco Antônio Maciel, de um comentário dele a respeito de V. Ex^a. Luís Eduardo me chamou, juntamente com o pai e o Professor João Carlos Di Gênio, que estavam no cemitério, e disse: "Não se fazem mais no Brasil homens públicos como Marco Maciel". E nos contou uma aventura que o então Vice-Presidente da República tinha vivido para chegar até São Paulo. O avião da FAB que o transportaria so-

freu uma pane, e o hoje Senador, à época Vice-Presidente da República, deslocou-se usando um avião próprio para serviço de meteorologia, tendo de fazer escala em Salvador.

E me dizia Luís Eduardo Magalhães que, em Recife, há uma companhia de táxi aéreo, e a Presidência da República pode alugar um avião. Marco Maciel preferiu fazer uma viagem desconfortável, mas zelando pelo patrimônio da Nação.

À noite, Luís Eduardo seguiu para Brasília, e eu fiquei em São Paulo. E ele me telefonava, curioso em saber o que eu fazia na capital paulista. No dia seguinte, Sr Presidente, ainda nos falamos pela manhã, quando ele me disse que faria sua caminhada – rotineira, mas a última.

O choque, ao tomar conhecimento da internação, para mim foi brutal. Então, dirigi-me ao Hospital Santa Lúcia, chegando ali juntamente com seu pai. Horas depois, chega o hoje Senador e ex-Presidente da República José Sarney.

O Presidente Sarney me impressionou, naquele dia, pela intimidade com os procedimentos médicos que se realizavam naquele hospital. Lembro-me muito bem, Presidente Sarney, que estávamos juntos, V. Ex^a em uma cadeira e eu ao seu lado, quando ouvimos umas pancadas estranhas. E V. Ex^a me disse, carregado de emoção: "Estão tentando reviver o Luís Eduardo". Daí o Brasil todo sabe. O médico se aproximou de todos nós, e ouvimos o grito desesperado do pai.

A comoção tomou conta do Brasil. Poucas vezes vi o País atônico, perguntando por que se tirar tão precipitadamente do nosso convívio aquele homem que para muitos representava uma esperança.

Quis o destino que, pela ausência do Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, eu, como Vice-Presidente da Casa, assumisse as honras de comandar o processo de despedida e os procedimentos para o velório do grande amigo. Testemunhei a dor sofrida e até hoje não reparada, não recuperada do pai. Pai e filho, de temperamentos tão diferentes, se completavam, se respeitavam, sabiam de seus limites e tinham grande adoração um pelo outro!

Senador Arthur Virgílio, estou certo de que, se tivéssemos aqui o convívio de Luís Eduardo Magalhães, o Brasil seria um pouco diferente hoje. O crescimento e o entusiasmo, principalmente da juventude brasileira, com sua arrancada política, o respeito por sua determinação, eu, que o acompanhei em várias viagens pelo Brasil afora, posso dar o testemunho, a maneira como presidiu a Câmara dos Deputados. O pai, muito modestamente, Presidente Renan Calheiros, disse que Luís Eduardo Magalhães ajudou as reformas. De minha parte, entendo que ele foi a própria reforma. Sem

a paciência, sem a determinação, sem a ousadia, em alguns casos até a valentia, nós não teríamos avançado tanto nas reformas que o Brasil tanto pedia.

É a este brasileiro, pois, que hoje o Senado da República presta homenagem. Como brasileiro, mas também como amigo, eu me associo a ela, enviando aos familiares, enviando a Dona Arlete, a Michelle e aos filhos, na pessoa do Duquinho, que esteve aqui até há pouco, o meu abraço fraternal e acima de tudo o regozijo por terem tido o privilégio de conviver com esse brasileiro ilustre.

Deixo aqui o meu registro de admiração, de saudade e, acima de tudo, de certeza de que tudo aquilo que foi plantado por Luís Eduardo o Brasil começa a colher em parte, o Brasil começa a usufruir dos frutos da reforma daquele período, em que poucas vezes na história o Congresso esteve tão acreditado e o político brasileiro gozando de tanto prestígio.

Sr. Presidente Renan Calheiros, parabenizo V. Ex^a pelo gesto de comandar esta sessão de homenagem a Luís Eduardo Magalhães, que o Brasil, tão pobre de exemplos de homens públicos que nos deixaram, não podia perder, na plena juventude.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador.

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, hoje, 16 de março de 2005, a Câmara Federal prestou uma homenagem ao Deputado Luís Eduardo Magalhães, em sessão presidida pelo Deputado Severino Cavalcanti. E o Senado da República, nesta tarde, Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, da mesma forma, homenageia também o Presidente daquela Casa, que deixou na história do Brasil a sua marca de baiano, de brasileiro, filho de Arlete e Antonio Carlos Magalhães.

A contribuição deixada por ele atinge não só os jovens, mas também homens públicos experientes que alcançaram cargos importantes, como o Presidente da República, Senador José Sarney, que prestaram a ele homenagem em nome do povo brasileiro e, principalmente, de seus Estados.

Senador Renan Calheiros, faço o mesmo em nome do povo do meu Estado, o Pará, em nome da Bancada paraense, representada aqui no Senado pela Senadora Ana Júlia Carepa, pelo Senador Fernando Flexa Ribeiro; em nome do Governador do Estado, Simão Jatene, e do Prefeito de Belém, ex-Senador Du ciomar Costa. Em nome de todos ele, deixo registrado

nos Anais do Senado da República, a homenagem do Estado do Pará, do povo paraense, ao Deputado Luís Eduardo Magalhães, do PFL da Bahia, que muito honrou o seu Estado e o nosso País.

SRA.s e Srs. Senadores, com certeza é a demonstração da galhardia, da confiança, da determinação, do entusiasmo daqueles jovens que viram e têm, até hoje, a imagem do Deputado Luís Eduardo Magalhães como um vencedor, lutador, leal e amigo dos seus amigos. Por isso, nesta tarde, em nome do meu povo do Pará, faço o registro das nossas homenagens, do nosso respeito ao povo baiano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, todo homem público, todo cidadão de bem que se despede deste mundo, desta vida e vai para outra deixa, no seio da família, no seio da sociedade em que vive, um vazio impreenchível, notadamente quando se trata de uma pessoa admirada por todos, uma pessoa digna que respeitava os seus semelhantes.

Conheci pessoalmente o Deputado Luís Eduardo Magalhães e posso dar o meu testemunho de que se tratava de um homem afável, cordial, dedicado ao seu povo, especialmente ao povo da Bahia. Homem de conhecimento atualizado, sintonizado com a realidade do Brasil, que defendeu, como poucos, uma estrutura política, econômica e social capaz de resolver os magnos problemas com que nos defrontamos: a pobreza reinante em nosso País, a exclusão social, o fortalecimento da empresa, o respeito ao cidadão. Ele honrou, como poucos, o seu mandato de Deputado Federal e trouxe, com a sua participação no Congresso Nacional, o exemplo de como deve se comportar um Parlamentar no uso da tribuna, na articulação política e no trato com o adversário, com o correligionário e com o companheiro.

Luís Eduardo Magalhães tinha pelo adversário um respeito muito grande. Pude atestar isso, Sr. Presidente, quando reclamávamos – o que fizemos muitas vezes e ainda o fazemos hoje – da demora na liberação das verbas orçamentárias e da utilização do Orçamento como um instrumento de barganha e de pressão sobre o Deputado e o Senador. Procurei aquele Deputado baiano, Líder do Governo à época, em seu gabinete na Câmara dos Deputados, para dizer que não me conformava que o setor de saúde do meu Estado de Sergipe estivesse sendo prejudicado única e exclusivamente pela operação político-partidá-

ria desencadeada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso para não liberar as verbas parlamentares. S. Ex^a, do alto de sua autoridade, de sua solidariedade para com seu vizinho da Bahia, de imediato, de forma peremptória, rápida e eficiente, ligou para a Casa Civil e disse que não admitia de forma alguma esse tipo de represália, de perseguição e de discriminação contra um Parlamentar que usava seu mandato para defender os interesses do seu Estado. E não é, Sr. Presidente, que aquele problema foi resolvido?

Isso, possivelmente, nunca veio a público; pouca gente no Estado de Sergipe sabia disso. Sergipe inteiro agora fica sabendo que entre os amigos que conseguimos no Senado Federal e na Câmara dos Deputados está aquele que hoje nós homenageamos: Luís Eduardo Magalhães, que desapareceu tão cedo, mas que, apesar de jovem, transmitiu, com a sua personalidade marcante, com a sua inteligência, com a sua competência e com o seu equilíbrio na condução de todas as questões que lhe chegavam, esse exemplo; um padrão que deve ser seguido pelos mais jovens.

Por isso, Sr. Presidente, tenho a honra e o privilégio de dizer que fui amigo de Luís Eduardo Magalhães e continuo a admirá-lo. Quiçá os baianos que nascem todos os dias e que amanhã estarão dirigindo o destino daquele grande Estado e, quem sabe, da Nação possam seguir o seu exemplo, a sua trilha de trabalho e de honradez em defesa do povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa, último orador inscrito.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Inscreverei V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, parece que, quando a morte se abate sobre as pessoas mais velhas, ela é recebida e entendida como a consequência natural de uma vida inteira. É inevitável. A única coisa certa da vida é a morte. Mas quando ela vem extemporaneamente e leva um jovem, para nós todos ela chega de uma forma tão brutal, tão inconseqüente, tão inadmissível, tão inaceitável que os dias vão passando e se somando em meses, em anos, e não conseguimos esquecer aquele momento de tamanha dor.

É evidente que sentimos a dor pela perda das pessoas mais íntimas, das pessoas da família, mas também sentimos a perda das pessoas amigas e, sobretudo, daquelas que representam uma grande esperança. E foi exatamente o que sentimos, não só eu, mas também os contemporâneos, os companhei-

ros, os amigos, os admiradores, os seguidores de Luís Eduardo Magalhães, no instante em que houve uma série de notícias controvertidas sobre um possível infarto no jovem Deputado e, horas mais tarde, na confirmação da sua morte. Quarenta e três anos! No auge, no ponto mais bonito da sua vida, no momento em que desfrutava a sua vida, o seu prestígio político, a sua carreira de sucesso e quando todos já o colocávamos como uma grande esperança para este País pelas suas qualidades de homem público, pela sua capacidade administrativa provada na Presidência da Câmara dos Deputados, pela maneira cordial com que tratava os seus companheiros, os seus amigos, os seus colegas, pela simplicidade dos seus atos, pela objetividade das suas ações! Foi tudo isso que nos levou, a mim, aos Deputados, aos Senadores, aos que estavam ao lado de Luís Eduardo Magalhães no momento do seu passamento, a sentir um tamanho vazio com a sua partida.

Vejo que, sete anos depois, todos ainda temos esse sentimento de perda muito forte em cada um de nós, porque, na verdade, a juventude dinâmica de Luís Eduardo Magalhães, a esperança de sua qualidade de homem público, essa lacuna ficou, não só para a Bahia, mas para o Brasil inteiro.

Nós mineiros, que temos tanto carinho e afeto pelos baianos, que sabemos apreciar a história do povo baiano, que somos recebidos de forma tão carinhosa pela Bahia, sentimos muito a falta de Luís Eduardo. Para nós, fica a certeza de que a maneira como viveu e projetou a sua carreira e a forma como encaminhou as suas ações políticas em benefício de seu Estado e de todo o País servem de exemplo para todos nós – os mais novos e os mais velhos.

E serve de exemplo saber que entre nós esteve uma pessoa tão querida como ele e que faz uma falta enorme por se tratar de uma daquelas figuras ímpares, moldadas para a vida pública, certamente seguindo os passos do pai, seguindo uma tradição de liderança – e não é fácil ser líder. Liderança não se impõe; liderança não se coloca à frente de um povo. A liderança se faz naturalmente; ela surge quase que espontaneamente. De repente, as pessoas se vêem líderes. Líder não se faz, não se impõe. Ele acontece, porque vira o consenso de seus pares. E foi o que aconteceu com o nosso querido Luís Eduardo.

Por isso, Sr. Presidente, neste momento em que lembramos a data do aniversário de Luís Eduardo, quando completaria cinqüenta anos, tendo partido tão moço, tão jovem – aos quarenta e três anos, trinta e seis dias depois de ter cumprido o seu quadragésimo terceiro aniversário –, em nome do povo mineiro, que represento nesta Casa, quero deixar aqui o mais pro-

fundo pesar pelo passamento do nosso companheiro e ilustre Deputado e a lembrança do dia de seu aniversário como um dia que certamente vamos sempre lembrar, porque ele foi importante para a vida pública da Bahia e para a vida pública nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Moraes. Em seguida, darei a palavra aos Senadores Marco Maciel e Arthur Virgílio.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, 16 de março, se vivo hoje, o meu ex-Líder na Câmara dos Deputados, o meu ex-Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Luís Eduardo Magalhães, de quem tive a honra de ser companheiro naquela Casa como liderado, na condição de Vice-Líder que fui do PFL... Quando Luís Eduardo era Líder do nosso Partido naquela Casa, tive a honra de ser um de seus Vice-Líderes.

Construí, ao lado daquele jovem, uma amizade estreita. Foi alguém que aprendi a admirar, com quem aprendi a entender o que era a política do Parlamento. Quando cheguei ao Congresso Nacional, em 1991, no meu primeiro mandato, representando a minha querida Paraíba, eu me aproximei muito daquele que, sem dúvida, foi um grande mestre, pela sua palavra, a palavra que o Parlamento respeitava e em que acreditava. A palavra de um Líder, na época no governo, assumindo e cumprindo, marcou, Sr. Presidente, essas posições firmes, essas posições de que tanto precisa o Parlamento brasileiro: ter de volta a palavra do Líder que assume o compromisso com o Governo e com a Oposição, e a cumpre. Esta, sem dúvida, no meu entendimento, foi a maior posição que assumiu Luís Eduardo: a palavra assumida, o compromisso realizado.

Claro que todos nós, brasileiros, todos os jovens que haviam ingressado na vida pública, viam exatamente na pessoa de Luís Eduardo o futuro de uma geração, preparado, pronto, para assumir qualquer missão pública e política em nosso País.

Com menos de 40 anos de idade, Luís Eduardo Magalhães era Presidente da Câmara dos Deputados. Jovem, com muita vontade de servir ao seu País, e como aqui colocou muito bem o Senador Heráclito Fortes, que, sem dúvida, tinha uma aproximação bem maior com Luís Eduardo quando disse que ele não iniciou, não fez as reformas, Luís foi a própria reforma, porque todos nós, que acreditávamos na competência, na lealdade, na firmeza da palavra e do compromisso dele, o seguimos e ajudamos a mudar este País.

E veio, lamentavelmente, no dia 21 de abril de 1998, o prematuro falecimento desta liderança maior

do meu partido: o falecimento de Luís Eduardo Magalhães, que parou o País, que calou os brasileiros, porque, na pessoa e na juventude dele, na competência, na lealdade, na seriedade, existia a esperança de uma nova geração sob o comando de um jovem político que já estava maduro, preparado, pronto para inclusive governar o nosso País.

Era, não há a menor dúvida, pelo testemunho de todos nós, os homens públicos deste País, de sua e de outras gerações, o político mais jovem e promissor da nossa época para assumir missões maiores.

Mas, Sr. Presidente, resta-nos – a nós, companheiros que tivemos a alegria de conviver com ele – a esperança de ver o Brasil que pensou Luís Eduardo, um homem que amava o País e que se entregou às causas melhores deste.

Hoje, seriam 50 anos de vida de um jovem que se foi há sete anos e de quem todos guardamos, repito, uma grande e boa lembrança, mas, acima de tudo, a esperança. O Brasil sente a falta de Luís, o articulador, o Parlamentar e o homem público que sempre quis o melhor não só para a sua Bahia, mas para o Brasil, para todos os brasileiros. Que Deus o tenha em bom lugar!

Como eu, muitos outros companheiros, como os Senadores Heráclito Fortes e Eduardo Siqueira Campos, muitos outros Parlamentares que ainda se encontram no Congresso Nacional, além de companheiros e amigos, tiveram a felicidade de serem seus liderados. Acreditamos e temos esperança naquilo que Luís Eduardo desejava: um Brasil mais justo, uma sociedade mais justa.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui, nas palavras não do Senador Efraim Moraes ou de um representante da Paraíba, mas de um amigo, de um companheiro, o agradecimento pela ajuda na carreira política. Luís Eduardo, como Líder, ajudou-me, quando cheguei ao Congresso Nacional. De coração, digo: devo muito da minha carreira política ao Líder, ao Deputado, ao Presidente Luís Eduardo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, a Hora do Expediente da sessão de hoje, por proposta do ilustre Senador e ex-Governador César Borges, enseja que esta Casa tribute uma homenagem ao ex-Presidente da Câmara e colega de Partido Luís Eduardo Magalhães, no momento em que celebramos a passagem do sétimo an-

de sua morte e que, se vivo estivesse, completaria 50 anos de existência.

Luís Eduardo, político por hereditariedade, visto que filho de Antonio Carlos Magalhães, nosso colega no Congresso Nacional, que, como ninguém pode deixar de reconhecer, é um político na plena acepção do termo. Até aqueles que de S. Ex^a divergem reconhecem em Antonio Carlos grandes qualidades, não só como político e administrador, mas também como uma pessoa que tem o senso de nacionalidade. Luís Eduardo, portanto, nasceu vocacionado para a política. Conseguia aliar pensamento à ação, desassombro à serenidade; era, sobretudo, uma pessoa competente.

Ademais, sabia conviver na controvérsia, pois esta constitui o núcleo, a matéria-prima da própria ação política. E a marca que deixou nos sucessivos mandatos que exercitou, quer como Deputado Estadual, quer como Deputado Federal, foi a de um político capaz de dialogar, de construir soluções e de buscar sempre o melhor caminho para seu Estado e para o País.

Luís Eduardo era, por excelência, um liberal. O liberalismo – pode parecer ousado na minha opinião –, não é uma ideologia: talvez seja uma doutrina ou um ideário. O liberalismo que marcava Luís Eduardo Magalhães se caracterizava, sobretudo, por um conjunto de idéias que, executadas, seriam úteis ao País. Nesse sentido ele se empenhou de forma muito consistente e articulada, quer como Líder do Partido na Câmara dos Deputados, quer como seu Presidente, na luta pela aprovação das emendas constitucionais modernizadoras do Governo do ilustre Presidente Fernando Henrique Cardoso, de quem tive a honra de ser Vice-Presidente da República.

O êxito que tivemos na aprovação dessas proposições, de alguma forma, reflete o empenho de Luís Eduardo Magalhães. O liberalismo é também e sobretudo uma atitude de vida, isto é, a capacidade de ter convicções, mas, ao mesmo tempo, de conviver com as convicções alheias. O verdadeiro liberal não se considera dono da verdade; pelo contrário, entende que o melhor caminho haverá de surgir do amplo debate, ouvido todo o espectro político, doutrinário ou ideológico.

Não teria dificuldade em classificar Luís Eduardo como liberal, não apenas pelas convicções que esposava, mas por sua conduta, por seu estilo. O estilo define o homem.

Hoje estamos, com tristeza, registrando o 16 de março, data em que Luís Eduardo Magalhães completaria meio século de existência. E não podemos deixar, portanto, de registrar o seu passamento. Se ele morreu jovem não quer dizer que não deixou uma funda presença na história do Congresso Nacional, na

vida do seu Estado e, por que não dizer, na própria vida do nosso País.

A vida não se mede pela sua extensão, mas, sobretudo, pela sua densidade. Não se pode julgar alguém pela quantidade dos anos que efetivamente viveu, mas como viveu. Enfim, mais importante do que quanto tempo viveu uma pessoa é saber como essa pessoa viveu. Podemos facilmente concluir que Luís Eduardo Magalhães viveu no momento fértil da vida nacional e contribuiu – e muito – para que o País conhecesse novos tempos marcados pela consolidação da democracia, pela estabilidade econômica, pelo progresso no campo social e sobretudo pela inserção do País no mundo globalizado em que vivemos.

A verdade, Sr. Presidente, parece, muitas vezes, residir no paradoxo. É algo que se extraí consequentemente da contradição. Luís Eduardo era jovem e – trata-se de um paradoxo –, ao mesmo tempo, uma pessoa extremamente experiente. Parece-me algo paradoxal que alguém possa ser jovem e, ao mesmo tempo, experiente.

Há na Bíblia, no Antigo Testamento, o Livro de Daniel, que fala, em certo momento, diante de uma dificuldade, os anciãos procuram Daniel lhe dizem: “*Vem, assenta-te no meio de nós, e instrui-nos*: porque Deus te deu a *honra da velhice*”. Com isso, certamente, atribuía-se a Daniel, embora jovem, a habilidade para dilucidar problema de grande complexidade.

Poderia aplicar a Luís Eduardo Magalhães aquilo que consigo extraír da lição bíblica, que é possível um jovem experiente, um jovem que já tenha inserida na sua personalidade a componente da experiência, da ancianidade, traduzindo numa palavra mais concisa, a sabedoria.

Luís Eduardo Magalhães tinha esse dom da sabedoria. E não foi por outra razão que ele se alçou, jovem, a tão altas e significativas funções, quer no seu Estado, quer na República.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, a homenagem que hoje prestamos a Luís Eduardo Magalhães é aquela que a República deve a um dos seus mais ilustres e competentes filhos.

Sabemos que a morte não encerra a vida. Para nós, cristãos, a cidadania terrena se completa, como lembra São Paulo, com a cidadania celeste. Sabemos que Luís Eduardo vive hoje, portanto, uma nova vida. Mas, nós que aqui ficamos, não podemos deixar de registrar que, embora ausente do mundo, ele continua presente pelo exemplo que nos deixou.

Como prova do que afirmo será a realização, sexta-feira, em Fortaleza, do 7º Prêmio Luís Eduardo Magalhães. Esse prêmio, criado pelo Instituto Tancredo Neves, dirigido pelo Deputado Vilmar Rocha, tem

um objetivo, o de cultuar a memória de Luís Eduardo Magalhães; fazê-lo presente nos nossos dias. E, de alguma forma, por esse caminho, lembrar que o futuro se nutre daquilo que passou e que a contribuição de Luís Eduardo, consequentemente, continua a pervadir as nossas ações, a iluminar o futuro.

Apresentamos nossa solidariedade aos representantes da Bahia, o Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senador Rodolpho Tourinho, temporariamente licenciado, e o Senador César Borges, autor do requerimento, no momento em que reverenciamos o passamento de Luís Eduardo e tributamos o reconhecimento pelo que ele fez pelo País e pelas suas instituições.

A sensação, enfim, que temos é a de que, quanto mais longe vai ficando a sua morte, mais perto ele está de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes da fala do Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de comunicar à Casa que, logo após a homenagem ao saudoso Luís Eduardo Magalhães, a Comissão de Assuntos Sociais realizará mais uma reunião em caráter extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, conheci Luís Eduardo Magalhães quando era Deputado Estadual ele e Deputado Federal, eu. Ele presidia, com muito brilho e segurança, a Assembléia Legislativa da Bahia.

Estive lá em missão presidida por um dos maiores brasileiros que já conheci, o ex-Deputado Fernando Santana, baiano, como Luís Eduardo, e figura de imenso valor. Fomos à Assembléia e participamos de ato público pelas eleições diretas em 1984, logo no alvorecer da luta provocada pela apresentação da emenda Dante de Oliveira ao Congresso.

Luís Eduardo mostrou-me, naquele momento – e a partir daí isto não foi desmentido –, todo o brilho da sua perspectiva política, toda a determinação que o movia e toda a seriedade pública de que era dotado. A partir daí, ele passou a ser, para mim, uma bela referência. E não o encontrei com freqüência desde então, até o momento em que retornei ao Congresso Nacional, em

1995, eleito que fui em 1994. Tive a honra, portanto, de ser presidido por Luís Eduardo Magalhães.

Conheci o Líder vibrante do Partido da Frente Liberal — inteligente, bem articulado, competente, correto, corajoso. E conheci o Presidente enérgico, ao qual muito deve o Brasil quando tivermos de falar e historiar sobre reformas estruturais. Luís Eduardo traçava objetivos e buscava cumpri-los. Era um homem de metas, de sonhos, de realidade e de realizações.

No Parlamento, pude estabelecer com ele uma relação bastante fraternal, uma relação de confiança, até porque era alguém visivelmente merecedor de confiança. Tornei-me seu admirador. Ele se tornou meu amigo. Divergências, algumas poucas; convergências, muitas, quase todas.

Em minha cabeça pairava — não obstante toda a tendência de o PSDB brigar para lançar um candidato à sucessão do Presidente Fernando Henrique, em seu segundo mandato — a possibilidade de fornecermos o vice-presidente de uma chapa eventualmente encabeçada por Luís Eduardo Magalhães. Afinal, ele encarnava como ninguém o projeto de reformas estruturais; encarnava como poucos a idéia de um Brasil moderno e justo, de um Brasil avançado tecnologicamente e socialmente sensível, um Brasil com perspectivas de crescimento econômico e, ao mesmo tempo, de necessária distribuição da riqueza.

Não fosse sua morte tão prematura, cruel e injusta — se é que posso intrometer-me nos desígnios traçados pelo destino —, Luís Eduardo Magalhães poderia muito bem ser hoje Presidente da República. Seria um candidato muito forte, talvez o mais forte de todos, e quem sabe o Brasil pudesse estar singrando águas muito tranqüilas a partir do seu comando, do seu talento e da sua sensibilidade.

Eu estava no Rio de Janeiro quando, no aeroporto, Líder Ney Suassuna, disseram-me que Luís Eduardo tinha sofrido um enfarte de proporções graves. Quando cheguei ao aeroporto de Brasília e reliquei o telefone celular, falei com a jornalista Christiane Samarco, do jornal **O Estado de S. Paulo**, que me disse, bastante sentida, sem que eu perguntasse — ela sabia o que eu queria saber: “Não tem mais jeito, Arthur. Luís Eduardo faleceu”.

Corri para o hospital, participei da dor de sua família, velei seu corpo no Congresso Nacional, fui a Salvador e permaneci em meio àquela multidão imensa até o final de seus funerais, até o momento supremo de seus funerais, que foi seu sepultamento.

Luís Eduardo Magalhães, com 43 anos de idade, alguns mandatos, uma tradição de luta familiar muito grande, significativa, deixou uma herança. Hoje, na Bahia, comemora-se o cinqüentenário de Luís Edu-

ardo Magalhães. No Congresso, estamos também celebrando, sim, e não lamentando, o cinqüentenário desse grande brasileiro. Luís Eduardo ficou para sempre; imortalizou-se. Luís Eduardo passa a ser um patrimônio da nossa vida pública e do nosso exemplo de ética, de seriedade e de crença no Brasil.

SRA. Presidente, o ex-Presidente da Câmara dos Deputados, ex-Deputado Federal, ex-Deputado Estadual, ex-Presidente da Assembléia Legislativa da Bahia, ex-candidato a Governador da Bahia, que, pelas pesquisas, seria amplamente vitorioso, ex-possível candidato a Presidente da República, com amplíssimas chances de vitória, era um homem simples, um jovem de bem, que tinha apego a sua palavra. Se algo marcava na relação de Luís Eduardo com seus liderados, adversários e amigos, era precisamente o fato de que, se ele empenhava a palavra, ninguém tinha de se preocupar com o cumprimento dessa palavra empenhada, porque ele a cumpria.

Portanto, Luís Eduardo deixou muitas saudades. Na Bahia, eu senti a grandiosidade do alcance do seu nome. Percebi duas coisas, uma delas na própria pele. O carro que servia a mim e aos Parlamentares que estavam comigo desapareceu no meio da multidão. Nós ficamos perdidos e fomos quase pisoteados pela multidão.

Ao mesmo tempo, Luís Eduardo Magalhães, no seu último momento, no seu caixão, recebeu a visita de adversários figadais de seu pai, o bravo Senador Antonio Carlos Magalhães. Ele recebeu a visita de adversários e até de inimigos do Senador Antonio Carlos Magalhães — todos admiradores e nenhum inimigo de Luís Eduardo.

Já concedo um aparte ao Presidente do meu Partido, Senador Eduardo Azeredo.

Certa vez, o Senador Antonio Carlos Magalhães a mim me disse: “Arthur, o Luís Eduardo consegue ter todos os meus amigos e nenhum dos meus inimigos!” E acrescentei que o mais bonito nisso era ele conseguir ter nenhum de seus inimigos, todos os seus amigos e não ser nem um pouco desprovido de combatividade. Se havia alguém combativo, era o Luís Eduardo; se havia alguém corajoso, era o Luís Eduardo; se havia alguém opinioso, era o Luís Eduardo; se havia alguém que não recuava diante de ameaças, era o Luís Eduardo; se havia alguém que ia às lutas, assumindo a sua própria face, correndo seus próprios riscos com muita coragem, com muito destemor, era precisamente Luís Eduardo Magalhães.

Então, vejam que belo espécime de homem público perdeu o Brasil e que bela figura ganhou a nossa história! Ele conseguia ser combativo e opinioso. Conseguia entrar em todas as bolas divididas de uma

vida pública, que é cheia de homens que fazem falso sucesso, simplesmente não entrando em bola dividida alguma. Ele conseguia ter todos os amigos de seu pai, nenhum dos inimigos de seu pai e trafegar pela vida pública com o brilho que faz dele o alvo desta homenagem, que – percebo – vai durar pela vida inteira do nosso Parlamento. Tornou-se um dos nossos grandes vultos. Homenageamos o Barão do Rio Branco. Homenageamos Afonso Arinos. Homenageamos Carlos Lacerda. Homenageamos e homenagearemos Luís Eduardo Magalhães.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azedo, Presidente do PSDB.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a enumera muito bem as qualidades de Luís Eduardo Magalhães, ex-Deputado e ex-Presidente da Câmara. Como Líder do nosso Partido, o PSDB, V. Ex^a presta esta devida homenagem, à qual me somo. Luís Eduardo foi, sem dúvida alguma, um Parlamentar de grande talento. No período em que esteve dirigindo a Câmara, o fez com muito brilhantismo, e tinha exatamente esta característica da facilidade do diálogo — com seus opositores, companheiros e aliados. É o testemunho que posso trazer da convivência que tive com ele. Foi exatamente esse testemunho, de quem sempre esteve atento aos interesses maiores do País. Associo-me, portanto, à sua homenagem, a homenagem a que todos nós, do nosso Partido, prestamos à memória de Luís Eduardo Magalhães.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo. É precisamente esse o sentimento que tenho sobre Luís Eduardo.

Digo a V. Ex^a que – aliás, eu o faço repetindo passagem anterior desta fala – todas as vezes que me defrontei com a palavra dele empenhada em algum assunto, pura e simplesmente tirava da cabeça aquele assunto. Digo: isso vai ser cumprido de qualquer jeito. Era do seu caráter, era do seu senso de responsabilidade.

Alguém pode ter caráter e pode não ter senso de responsabilidade. Alguém pode ter senso de responsabilidade e não ter caráter.

Alguém poder ter senso de responsabilidade e caráter ao mesmo tempo. Isso faz do homem público uma figura quase ideal. Esse homem público passa a ser quase uma figura ideal.

Sempre cito uma passagem de São Tomás de Aquino, que serve muito bem para certas figuras da nossa vida pública e serve de alerta para quem nela entra. São Tomás de Aquino diz que certas qualidades, Senador Luiz Otávio, quando postas a serviço de vícios, tornam-se defeitos hiperbolizados. As qua-

lidades postas a serviço de virtudes tornam-se qualidades imbatíveis.

Cito exemplos corriqueiros. São Tomás de Aquino não desceu aos exemplos corriqueiros e prosaicos que aqui transmito aos meus Colegas.

Acordar cedo é uma grande qualidade. Acordar cedo para planejar um assalto a um banco é um defeito hiperbólico; trabalhar muito, trabalhar com afinco, em si, é um momento de qualidade, Senador Flexa Ribeiro, mas trabalhar muito para planejar assalto a cofre público é um defeito terrível; acordar cedo para espancar por mais tempo a mulher é um defeito horroso; acordar cedo para brigar nos bares é um defeito horroroso. Ou seja, a qualidade de acordar cedo deve ser posta a favor da virtude, a favor de se fazer coisas corretas em benefício do País, da nossa comunidade, das pessoas próximas de nós. Enfim, acordar cedo, trabalhar, perseverar, isso tudo, se posto a serviço de boas intenções, resume a qualidade verdadeira, Senadora Patrícia Saboya. A qualidade não deve ser posta a serviço de vícios.

Vejo Luís Eduardo como alguém, Presidente Sarney, que colocava a qualidade a serviço da virtude. Era honrado, íntegro, inteiro, honesto, efetivamente uma boa pessoa, efetivamente uma figura que tinha trânsito em todo o plenário da Câmara dos Deputados e era queridíssimo também pelos senadores do País.

Nem por isso, Luís Eduardo deixava, em cada momento, de pontuar com clareza a sua posição, ele não pecava por se omitir, ele expressava claramente a sua opinião, concordasse ou não com ela. Além disso, estava pronto para, na melhor dialética, aprender com as outras pessoas e chegar a conclusões. Ele não fazia o jogo do “simpaticão” profissional, o jogo do falso hábil, daquele que pensa ser hábil porque simplesmente concorda com todo mundo e termina desacreditado perante todos. Ele colocava claramente a sua opinião, e aqueles que dele discordavam o respeitavam, gostavam da figura humana, admiravam a figura pública que ele era.

Concedo um aparte ao Presidente José Sarney com muita honra.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador Arthur Virgílio, peço licença a V. Ex^a para inserir no seu discurso...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A honra é toda minha, Presidente.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – ...o meu testemunho sobre a grande perda que foi para o Brasil a morte de Luís Eduardo. O Senado faz muito bem em relembrá-lo hoje, quando ele completaria 50 anos. Luís Eduardo era um homem de princípios, um homem de convicções, um homem extremamente correto e uma

grande esperança – se já não uma certeza na política brasileira. Os romanos representavam a perda de jovens que tinham grande talento e que morriam em pleno brio com uma coluna partida. Quando me lembro de Luís Eduardo, lembro-me que ele foi essa coluna partida, que até hoje miramos sabendo que seria, sem dúvida, uma coluna das mais grandiosas da política brasileira. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Presidente José Sarney, é uma honra muito grande tê-lo neste modesto discurso que profiro em homenagem a Luís Eduardo Magalhães. Falando em Roma, chego a Grécia e vejo Aquiles em Luís Eduardo: morreu jovem e coberto de muita glória. O Brasil começa, finalmente, a aprender a cultuar os seus valores verdadeiros. Luís Eduardo paira hoje acima de partidos, de ideologias, ele simplesmente morreu e viveu respeitado por todas as correntes legítimas deste País.

Ontem o Líder Aloizio Mercadante me procurou, na tentativa habilidosa de Líder competente que é, de fazer um acordo com a oposição para que fosse votada hoje determinada medida provisória – medida que ainda não está madura para ser apreciada hoje. Eu dizia: “Aloizio, não percamos tempo com isso, porque a sessão de amanhã será sessão do Luís Eduardo Magalhães”. Ele, então, disse-me que uma parte da sessão apenas seria destinada à homenagem a Luís Eduardo Magalhães. Eu disse: “Não, Aloizio, só se a gente não conhecesse a admiração dos nossos colegas por Luís Eduardo Magalhães. Amanhã, quando o primeiro pedir a palavra, os outros senadores todos a pedirão”. Significa dizer que, se a sessão começar às 15h, não terminará antes de não sei que horas da tarde ou do início da noite, porque todos se animarão a dar a sua opinião a respeito de uma figura tão insigne, tão correta e tão preparada para vôos que o destino não lhe permitiu alçar.

Com muita honra e alegria, ouço essa figura pública notável que é o Senador Pedro Simon.

O Sr Pedro Simon (PMDB – RS) – Nada mais justo que V. Ex^a, como de resto toda a Casa, prestemos nossas homenagens à figura desse homem público que, ainda jovem, tornou-se figura singular na política brasileira. Era impressionante acompanhar o trabalho dele, a sua capacidade de agregar, de unir os extremos, a sua capacidade de fazer amigos. O seu notável pai tem muitas qualidades, mas o que não seria dele se tivesse também as qualidades do filho! Luís Eduardo era realmente aquele jovem que tinha tudo para crescer, menos a vaidade; tinha tudo para crescer, menos a ambição. O crescimento dele era algo natural. Confesso que tinha um profundo carinho e respeito pela sua figura dele, pela sua forma de ser, pela maneira

como tratava os desiguais, pela maneira como tratava o Deputado Valdir Pires – o Deputado Valdir Pires era fã incondicional de Luís Eduardo, tinha admiração por ele. Uma vez perguntei a ele: “Mas, vem cá, como é que ele e o teu pai são desse jeito e você não?” Ele me respondeu: “Meu pai é meu pai, mas eu gosto muito do Deputado Valdir”. Ele era assim. Infelizmente, nós o perdemos muito antes do que imaginávamos. Ele era um homem que, talvez, tivesse mudado os destinos de nossa história. Se o seu nome viesse crescendo e lá pelas tantas ele fosse o homem que unisse PSDB e PFL, talvez o Lula não estivesse aí. Mas Deus escreve o destino de cada um, e estamos nós aqui a prestar uma homenagem muito carinhosa a uma figura carismática como, aliás, é V. Ex^a, do mesmo estilo, da mesma capacidade e da mesma competência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Pedro Simon. Toca-me muito sua palavra tão sentida, tão amiga.

V. Ex^a tem razão. Ainda há pouco havia mencionado algo parecido. Talvez o Presidente da República hoje fosse Luís Eduardo Magalhães, por sua capacidade de agregar, por representar, sem dúvida alguma, a perspectiva da democracia e por ser alguém que transitava com muita facilidade pelos meios políticos, pelos formadores de opinião e que dificilmente não chegaria às camadas populares com chances de êxito.

Sobre filho e pai, a figura polêmica do Senador Antonio Carlos Magalhães, dura e doce; às vezes, ferina; às vezes, meiga. Surpreendi-me com Antonio Carlos algumas vezes. Fui à Bahia para o lançamento do Partido Comunista Brasileiro quando ele veio à legalidade; fui acompanhando os deputados Roberto Freire* e Alberto Goldman*, e lá fizemos um ato público que, na verdade, visava a homenagear Fernando Santana*.

Na época, eu julgava que Fernando Santana fosse um inimigo figadal de Antonio Carlos Magalhães, mas chega um telegrama de Antonio Carlos para Fernando Santana em que se dirige a um “querido amigo”, e Fernando Santana faz uma menção afetuosa a Antonio Carlos, naquele momento. Ou seja, Antonio Carlos, com os seus momentos de arrobo e com os seus momentos de ternura – a imprensa tanto fala dessa dicotomia –, desaguava em Luís Eduardo, que conseguia ter muita dureza quando combatia alguém, mas não tinha inimigo nas hostes dos que ele combatia. Ele agregava o Fernando Santana, que era amigo do seu pai; ele agregava o Valdir Pires, que era inimigo do seu pai; ele agregava figuras como, por exemplo, Domingos Leonelli, que dizia assim: “Sou adversário irretratável do Senador Antonio Carlos Magalhães, mas sou amigo pessoal do Luís Eduardo” – entendiam-se

muito bem, e Luís Eduardo tinha nele um bom interlocutor dentro da esquerda do Parlamento. Isso fazia dele alguém que marcava pela facilidade de transitar no meio político. A diferença era essa, ou seja, alguém com tanto trânsito, e esse trânsito nascia precisamente da tolerância, do carisma a que se refere V. Ex^a, do seu preparo e da sua generosidade, da sua figura de ser humano.

Senador Pedro Simon, é uma boa hora para dizer que, na medida em que vejo o Senado de dentro, sendo Senador há dois anos, passo a ter algumas referências aqui, e V. Ex^a é alguém que me marca, por algumas definições básicas. Por exemplo: se a questão for ideológica, não sei se votarei automaticamente com V. Ex^a; mas se a questão for de justiça e de ética, de olhos fechados, se eu chegar atrasado, pergunto a V. Ex^a se é sim ou não e me arrisco a errar ou acertar com V. Ex^a, porque tenho absoluta confiança na sua boa-fé. A sua figura me entremece muito, e essa convivência nos aproxima, porque a vida pública é feita de momentos e de pessoas que não podem ser desperdiçadas. Se há pessoas que não quero mais desperdiçar, daqui para frente, na minha vida, uma delas é V. Ex^a. Da mesma forma gostaria muito de ter Luiz Eduardo ao nosso lado, com a sua capacidade imensa de agregar, com a sua capacidade supina e suprema de formar consenso.

Em outras palavras, é difícil admitirmos que não seja perda não termos Luiz Eduardo conosco. É forçoso reconhecermos, porém, que o Brasil ganha um vulto para sua história, e não meramente para constar dos livros escolares; alguém para servir de exemplo, mostrar que a renovação correta e saudável é possível, que pragmatismo pode se casar com ética, que espírito prático pode se casar com decência, que decência não significa necessariamente imobilismo, que não existe essa coisa do rouba mas faz. É fundamental não roubar e se fazer, ter o sentido da ética, da decência e da competência. E eu via essas qualidades todas presentes numa figura só, no Deputado Luís Eduardo Magalhães. Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Concedo um aparte, com muita alegria e com muita honra, à Senadora Patrícia Saboya.

A Sra. Patrícia Gomes (Bloco/PPS – CE)

– Senador Arthur Virgílio, da mesma forma, peço licença para apartear o pronunciamento de V. Ex^a, feito de forma tão emocionada e certamente com uma saudade muito grande daqueles que foram colegas. Não tive o privilégio e a honra de conviver com Luís Eduardo, mas tive o privilégio, como tantos brasileiros, de admirá-lo por ter a certeza de que aquele homem possuía tantas qualidades. Como V. Ex^a acabou de citar, ele conseguiu unir em uma só pessoa a determinação, a

paixão pela política, a habilidade de conviver com o contraditório e de agregar pessoas com opiniões diferentes. Ele conseguiu, com a sua alegria, unificar os projetos principais, a nossa vontade, os sonhos dos brasileiros de ver um político com tantas qualidades reunidas numa só pessoa. Portanto, quero também unir a minha palavra a de tantos outros que o conheceram nesta Casa, que tiveram a oportunidade, a honra e o privilégio de conviver com uma pessoa tão querida por todos os brasileiros. V. Ex^a faz do seu pronunciamento a voz de tantos homens e mulheres que depositaram nele suas esperanças e que certamente lamentaram a perda de um político que conseguia se destacar de tantos outros pela forma de ser e pela determinação. Aproveito a oportunidade para mandar um abraço muito carinhoso ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pois, assim como todos os brasileiros, presenciei a sua dor e o seu desespero por ter perdido um filho tão querido, que tanto o orgulhava e orgulhava a todos nós, brasileiros. Portanto, parabéns a V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Certamente, onde quer que esteja, Luís Eduardo está vendo as nossas homenagens e a saudade que todos os brasileiros sentem dele.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senadora Patrícia Saboya, V. Ex^a não é de calibre diferente do de Luís Eduardo. V. Ex^a chegou a Casa e a todos encantou, sobretudo pelo que tem de beleza interior, pela forma correta de lidar com os problemas e com os seus companheiros. Luís Eduardo perdeu também por não a ter conhecido pessoalmente. Digo ainda que V. Ex^a, ao se colocar na vida pública como se coloca, é precisamente a renovação dessa esperança que ele tanto significava para todos nós. V. Ex^a é uma figura leal como adversária, absolutamente perfeita como amiga pessoal, uma Parlamentar que marca, pela sua sensibilidade de mulher, de mãe, de brasileira, de cidadã, um dos mandatos mais notáveis que possam estar sendo arrolados pela análise do povo nesta Casa. Agradeço muito a V. Ex^a pelo aparte.

É com emoção que me refiro a uma figura tão querida e, ao mesmo tempo, tão relevante para os destinos do País, que não pôde cumprir o inteiro de sua destinação, mas, no que pôde, cumpriu uma destinação muito bonita.

Ôuço o aparte do Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, o do Senador Eduardo Suplicy, para encerrar meu pronunciamento.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, nosso Líder, o pronunciamento de V. Ex^a é vibrante, como todos os demais. Como disse a Senadora Patrícia Saboya, não tive a honra de conviver com o Deputado Luís Eduardo Magalhães, mas, devido a minha militância sindical, partilhamos alguns mo-

mentos juntos, nos quais pude comprovar tudo aquilo que o nobre Senador expôs aqui: sua competência, sua forma de fazer política com honradez, obstinação e determinação. Tenho absoluta certeza de que o destino reservava um lugar bastante destacado à vida política do Deputado Luís Eduardo Magalhães. Não tenho dúvida de que ele seria o futuro Presidente da República, de que ele participaria, como disse V. Ex^a, de uma chapa em aliança com o PSDB. Quero fazer minhas as palavras elogiosas de V. Ex^a ao Deputado Luís Eduardo Magalhães e lamentar a perda prematura de um líder daquela envergadura. Como disse o ex-Presidente José Sarney, é realmente uma pilastra partida que a política brasileira tem a lamentar. Deixo um abraço fraterno ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Onde quer que esteja, o Deputado Luís Eduardo estará sempre junto a nós, orientando-nos para que todos nós, Congressistas, possamos fazer o melhor para o nosso País, para que os brasileiros tenham dias melhores pela frente, para que a sociedade brasileira tenha condições de ter uma vida mais justa e mais digna. E a sua liderança, Senador Arthur Virgílio, engrandece-nos. Que o seu discurso vibrante em homenagem ao Deputado Luís Eduardo Magalhães seja aceito como de todos do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Lembro-me também do bom humor com que Luís Eduardo encarava a vida. Acabava a jornada de trabalho dura, ele se reunia com os amigos e vivia a sua juventude, a sua alegria, que era imensa.

E na Presidência da Câmara, tinha passagens absolutamente monumentais do ponto de vista do bom humor. Por exemplo, o bravo e respeitado Deputado do Partido Verde, Fernando Gabeira, que foi para o PT e depois retornou para o Partido Verde, diante de uma confusão danada, em que se estava votando uma das reformas, os líderes orientando a sua Bancada – e o Gabeira era líder dele próprio, um brilhante líder de um partido que só tinha infelizmente um Deputado, que era ele e que já valia, pela sua competência, por uma Bancada inteira –, e o Luís Eduardo então perguntou: Deputado Michel Temer, como vota o PMDB? Deputado fulano de tal, como vota o PSDB? Deputado tal, como vota o PFL? Deputado Fernando Gabeira, V. Ex^a está pronto para dar orientação a sua Bancada?" E a Bancada era apenas o Gabeira. Era um bom humor muito grande. Depois ele me dizia assim: "Olha, Arthur, o Gabeira sozinho vale uma Bancada. Ou seja, eu estava brincando, mas estava também homenageando uma figura que tem valor e respeitabilidade pública."

Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

E, agora, Senador Eduardo Suplicy, com muita honra, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, quero também, em nome do Partido dos Trabalhadores, juntar-me à homenagem que V. Ex^a e muitos Senadores prestam hoje ao Deputado Luís Eduardo Magalhães, que foi Presidente da Câmara dos Deputados. Registro aqui o respeito com que ele sempre dialogou com pessoas de todos os Partidos. Inclusive, nós, da Oposição, tínhamos com ele uma relação de respeito e amizade. Algumas vezes, visitei-o em seu gabinete. E ele também esteve aqui. Lembro-me de termos dialogado sobre proposições como a de autoria de seu pai, do Fundo de Combate à Pobreza. Naquela ocasião, por volta do ano 2000, funcionava a Comissão de Combate à Pobreza, que era presidida pelo Senador Maguito Vilela e cuja Relatora era a então Senadora Marina Silva. Tive oportunidade de trocar idéias com ele sobre as proposições, quando, inclusive, deu-me muito força para que eu pudesse levar adiante o que depois o Congresso Nacional veio a aprovar. O depoimento que V. Ex^a dá, sobre a história de Luís Eduardo, é bastante significativo. A minha homenagem é dirigida também ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que soube, com tanta altivez, até hoje, usar de toda a energia para mostrar o exemplo de dedicação à vida pública que foi a de Luís Eduardo Magalhães. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Não tenho nenhuma dúvida de que Luís Eduardo deveria admirar

V. Ex^a, porque V. Ex^a é de fato um homem público admirável, com a sua seriedade, a sua persistência, o seu vigor cívico, a sua boa-fé, a sua integridade pessoal. Tudo isso faz de V. Ex^a um homem público de escol, de estirpe a melhor possível.

E a marca de Luís Eduardo era precisamente esta: S. Ex^a dialogava com o Partido dos Trabalhadores, quando era empedernida Oposição; e dialogava de maneira construtiva e lograva êxitos fantásticos, porque era pura e simplesmente alguém capaz de fazer avançar em pontos de divergência. S. Ex^a sabia buscar os pontos de convergência, deixando para depois aqueles que eram de divergência mais aguda, e ainda assim estes eram reduzidas ao mínimo que fosse intransponível.

Era esta a sua marca: cheio de amigos por todos os quadrantes, cheio de amigos por todos os lugares, cheio de amigos por todos os Estados, cheios de amigos em todas as Bancadas.

Agradeço a V. Ex^a pelo aparte. É uma honra muito grande para mim tê-lo nesse discurso.

Concedo um aparte ao Senador João Ribeiro.

O Sr. João Ribeiro (PFL – TO) – Senador Arthur Virgílio, cumprimento V. Ex^a pela brilhante homenagem que presta a um dos melhores homens públicos da nossa história. Pessoalmente, tive um excelente relacionamento com o Deputado Luís Eduardo Magalhães. Tinha-o como uma figura de homem sério, do político que cumpria a palavra dada, daquele homem da época do “fio de bigode”, como se costumava dizer. Toda vez em que procurava Luís Eduardo Magalhães e fazíamos um trato, comigo ou com a nossa Bancada, S. Ex^a sempre o honrava. Sempre retornava as ligações telefônicas. Não bastasse isso, o meu Estado, o Tocantins, prestou a ele uma homenagem, colocando seu nome em uma usina hidrelétrica, depois do seu falecimento. Essa foi uma homenagem que prestamos ao Brasil. Realmente, Luís Eduardo Magalhães, como foi aqui dito por todos os oradores e por V. Ex^a, tinha trânsito em todos os Partidos políticos, na Esquerda, na Direita, no Centro. Era, enfim, um homem de qualidades invejáveis. Portanto, sem querer tomar muito o seu tempo, cumprimento V. Ex^a, deixando registrado que eu tinha muito carinho, respeito e admiração pelo nosso querido Luís Eduardo Magalhães, que estaria completando hoje 50 anos de idade. Que Deus o tenha num bom lugar! Parabéns pelo discurso.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senador João Ribeiro, pelo aparte e digo-lhe da honra que tive em acompanhar o Presidente Fernando Henrique e o Governador Siqueira Campos em inspeção de obras da usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães – homenagem mais do que justa e uma obra pujante, que muda a face econômica no futuro de médio prazo do Estado portentosamente viável do Tocantins.

Tive ocasião de ver isso de perto e lembro-me de tempos de trabalho, de construção, de muita dedicação e, portanto, mais essa lembrança que V. Ex^a me traz só acrescenta neste discurso.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma, com muita alegria.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, já fiz hoje um aparte a um membro do meu Partido, Senador José Jorge, para participar desta homenagem. Mas quero também cumprimentar V. Ex^a. A suavidade com que, hoje, V. Ex^a se manifesta dessa tribuna – e concentrou praticamente a manifestação da grande maioria deste Plenário – dá-nos uma impressão espiritual diferente de V. Ex^a. Quando está na tribuna em momentos de discussão, de agressividade nos debates, V. Ex^a se exalta, cresce na sua fala. Hoje, a suavidade e o equilíbrio são permanentes. Então, essa espiritualidade que toma conta de V. Ex^a me faz sentir que o espírito de Luís Eduardo está entre nós. Gostaria que V. Ex^a sentisse de perto todo esse carinho

e essa expectativa, porque não sairei daqui enquanto V. Ex^a não deixar a tribuna.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, querido e antigo amigo, com serviços de enorme monta prestados a este País. E dou uma explicação, do amigo e do companheiro: alguns momentos sugerem mesmo a exaltação, a indignação, pois é impossível se perceber o malbaratamento de recursos públicos e não ficar indignado. Ao mesmo tempo, não caberia abordar este tema, que é tão tocante a todos nós, tão lamentável pela perda e tão grandioso pelo exemplo, pela figura histórica que se firma, no mesmo tom. Talvez tivesse que ser mesmo este.

Fico feliz de saber da sua ternura por ele e por mim – aliás, por mim já demonstrada em momento duro em uma determinada época da minha vida pública, quando V. Ex^a pôde mostrar a mim toda a sua coragem e determinação.

Agradeço a V. Ex^a pelo aparte e digo que é com muita ternura que me refiro ao falecido e saudoso Luiz Eduardo Magalhães.

Sr. Presidente, encerro, referindo-me a Castro Alves, que morreu aos 24 anos de idade e que fez da sua poesia um exemplo eletrizante e sofrido de uma vida que ia do brilhante ao trágico e do trágico ao brilhante, com uma separação muito tênue entre uns momentos e outros.

Luiz Eduardo também fez da sua curta existência – deixou-nos aos 43 anos de idade – um exemplo de poesia, sim, porque ali temos o romântico, a figura do jovem abrindo caminhos em busca de um País mais justo; temos o drama, a tragédia, a morte prematura de alguém tão saudável, alguém com expectativa de ir tão longe na sua carreira tão vitoriosa; temos, sem dúvida alguma, na poesia, as horas de júbilo, as horas em que sua vida colecionava vitórias.

Mas me dá a impressão muito clara de que, se um viveu uma tragédia, o outro também viveu uma tragédia; se um viveu pouco tempo, mas com muita intensidade, o outro viveu pouco tempo, mas com muita intensidade; se um fez da sua poesia um caminho para uma vida entre trágica e bonita, o outro fez da sua vida pública uma poesia igualmente trágica no fim, mas bonita e brilhante pelos exemplos que nos deixou.

Portanto, é com muito sentimento que, em nome do meu Partido, o PSDB – depois de ouvirmos o Senador Tasso Jereissati, antes de ouvirmos o Senador Sérgio Guerra, antes de ouvirmos tantos Senadores nossos; depois dos apartes do Senador Flecha Ribeiro e do Senador Eduardo Azeredo –, e falando oficialmente como Líder do Partido, digo que, sem dúvida alguma, temos saudade por um lado e, por outro, o dever de acompanhar e seguir exemplos como o de Luís Eduardo Magalhães, que não passou por esta

vida em vão. Ele passou por esta vida para que nós, na esteira do seu sonho, aprendêssemos também construir a realidade de um País justo socialmente, pujante economicamente, avançado tecnologicamente e sensível, como sensível era a alma bonita daquele baiano tão querido, Deputado e Presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Maria do Carmo Alves.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, a Sra. Maria do Carmo Alves, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Guerra.

Em seguida, falarão a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Mão Santa, último orador inscrito.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, este é um dia importante para o Senado, em virtude da homenagem a Luís Eduardo Magalhães. Não falarei muito, porque muito já foi dito hoje sobre Luís Eduardo.

Eu o conheci ainda quase menino. No meu primeiro mandato como Líder do PMDB na Assembléia Legislativa de Pernambuco, reencontrei-o como Deputado Estadual da Assembléia Legislativa da Bahia, da qual, depois, foi Presidente. Ao longo da minha vida, encontrei-o várias vezes, pois tínhamos alguns bons amigos em comum. Finalmente, eleger-me Deputado Federal e estabeleci, logo de início, uma relação mais próxima com a pessoa que, durante o meu mandato como Deputado Estadual e como Secretário de Governo, em Pernambuco, aprendi a respeitar como político, como homem público.

Luís Eduardo era uma pessoa especial. Extremamente lúcido, tinha uma grande capacidade de discernimento e era dono de uma rara habilidade: a capacidade de conviver com os contrários. Era um político muito especial.

A seu favor, de maneira bastante forte, a força política que ele representava no grupo liderado por seu pai. Mas não é fácil ser filho de um político da importância de Antonio Carlos Magalhães e ganhar identidade, expressão, força e personalidade. E Luís Eduardo, sem deixar de ser absolutamente solidário com seu pai, era um político diferente dele. A sua atitude e a sua forma de conviver politicamente eram próprias.

Eu estava no PSB, Partido do Governador Miguel Arraes, quando Luís foi indicado para Presidente da

Câmara dos Deputados. Fui um dos primeiros a apoiá-lo no campo da oposição, da esquerda. Disse-lhe, na oportunidade, que meu apoio não tinha relação com a proporcionalidade, com nenhuma das regras que eram consideradas relevantes para se apoiar um candidato, mas com o fato de considerá-lo, naquele momento, a pessoa mais indicada para presidir a Câmara dos Deputados. Participei de uma reunião da nossa Bancada, o PSB, na qual se discutiu o apoio a ele. Alguns o apoiaram com o argumento do respeito à proporcionalidade; eu o apoiei com o argumento do mérito. Eu votaria nele para Presidente e defendi o apoio do meu Partido à sua candidatura por entender que ninguém mais, naquele momento, estava qualificado para ser Presidente da Câmara.

Fiz a sua campanha, e ele ganhou. Foi um Presidente notável. Estabeleceu logo um padrão de imagem extremamente positivo para a Câmara. Tinha grande capacidade de relacionamento com a imprensa. Era capaz de afirmar seus pontos de vista sempre de forma positiva. Nunca foi discípulo do litígio, do confronto, embora, como já disse o Senador Arthur Virgílio, fosse pessoa de personalidade forte e bastante incisivo. Foi um Deputado Federal e um Presidente da Câmara dos melhores que a Casa conheceu.

A lembrança de Luís Eduardo agora é conveniente. Primeiro, porque foi sempre partidário, sempre leal, sempre correto. Nunca vacilou, nunca participou dessa leviana troca de partidos, dessa freqüente transposição ideológica, que é muito visível nos últimos anos. Gente que pensava de um jeito e se comprometia com certas idéias passa a adotar novas idéias e a se comprometer com outros programas. Luís Eduardo, não. Era firme, incisivo. Estava longe de ser um político conservador, mas era um político comprometido com a idéia liberal. Moderno na atitude, na forma de convivência, foi um dos bons políticos que o Brasil produziu nesses últimos trinta anos.

Penso que a sua atitude e a sua forma de atuar são instrutivas neste momento da vida parlamentar, em especial, em que partidos se desagregam, lideranças não são efetivas, compromissos não se cumprem e a palavra vale cada vez menos. Há situações em que já parece visível uma certa desagregação. Não se tem mais confiança no resultado das votações, não porque as votações não são livres, mas porque as votações não têm mais lógica; e não têm mais lógica porque os partidos não estão valendo; e os partidos não estão valendo porque houve uma ação deliberada para se desestruturarem os partidos, o que terminou se voltando contra o Governo atual, que a produziu de maneira sistemática. O reflexo dessa desagregação e dessa desautorização foi, de maneira bastante visível, o resultado da última eleição na Câmara dos Deputados.

Hoje é dia de homenagem a Luís, não é um dia para se fazerem críticas. Mas, na hora em que falamos de homens como Luís Eduardo, de certa maneira, deixamos muito clara a nossa crítica a outros personagens da vida pública brasileira que não estão colaborando com a democracia que o povo espera que o Brasil organize e faça funcionar.

Fui seu amigo, embora não convivesse muito com ele. Certa vez, fui citado numa comissão parlamentar de inquérito. Fiz a minha defesa, justifiquei-me e fui afastado da investigação por falta de prova ou de evidências de prova. Um ano e meio depois, o Congresso precisava reestruturar seu sistema de Orçamento, e Luís Eduardo Magalhães me chamou e disse: "Você vai ser o Relator de uma Comissão que vai mudar o sistema de Orçamento". Eu lhe respondi que não desejava essa tarefa, que queria outra, em uma Comissão que estava sendo formada para o Mercosul. A sua resposta foi: "Você seria bom no Mercosul, mas será melhor nessa Comissão." Eu disse: "Mas o meu Partido tem uma dezena de Deputados, há a tem a questão da proporcionalidade". Ele disse: "Desconheceria essa questão. Você vai relatar essa matéria porque tem condições de fazê-lo e porque é preciso que você se afirme nisso". Foi uma demonstração de solidariedade, amizade e espírito público que jamais esquecerei.

Certa vez, neguei-lhe um voto importante. Eu era de um Partido de Oposição. Num primeiro momento, ele não gostou. Não sei se Luís Eduardo gostava das discordâncias. Talvez não gostasse muito delas. Ele estranhou a minha negativa ao voto que me pediu. Não lhe dei o voto e, durante três ou quatro meses, ele não foi comigo tão afetivo como era antes, mas, cinco ou seis meses depois, conversamos outra vez e lhe expliquei porque eu não podia ter votado como me pedira que fizesse. Ele me disse que eu fiz muito bem em não ter votado.

Luís era uma pessoa positiva, de coragem, um político coerente.

Foi muito ruim para o Brasil ele ter indo embora, não ter ficado entre nós. Ele fez e faz muita falta à democracia brasileira. Fez falta ao Presidente Fernando Henrique e ao seu Governo.

E bom que hoje, mais uma vez, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, lhe prestemos homenagem, porque, fazendo isso, prestamos homenagem ao melhor da vida pública e da democracia entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, ao fazer esta singela homenagem a Luís Eduardo Magalhães, eu não po-

deria deixar de transmitir a emoção que senti ao ouvir o seu pai hoje, nesta tribuna, Senador Antonio Carlos Magalhães, expressar toda a dor e até mesmo o desespero diante da sua morte prematura. Como mãe, pude sentir e me colocar no seu lugar ao perder aquele que era o filho, o amigo, o companheiro, o conselheiro e, acima de tudo, o jovem promissor político que, sem dúvida nenhuma, acompanharia e projetaria no futuro político deste País.

Ao redigir esta breve homenagem, buscando encontrar as palavras certas para registrar esta data, veio-me à lembrança o jovem parlamentar constituinte, de quem fui colega na Câmara dos Deputados.

Firme, justo, solidário e cumpridor da palavra, muito cedo revelou-se um hábil negociador. Sua atuação foi marcada pela facilidade com que transitava junto aos parlamentares de todos os Partidos, buscando o consenso e sendo capaz de aceitar as diferenças de opinião.

Nosso Líder Arthur Virgílio disse, com muita propriedade, que ele era o homem do consenso, mas também o homem combativo, vigoroso ao defender suas idéias e seus amigos, tendo a lealdade, sem dúvida nenhuma, como uma das mais importantes características da sua personalidade.

Foi uma revelação na Bahia, elegendo-se como o Deputado Federal mais votado em 1987. Isso se repetiu por mais dois mandatos, tendo ele assumido a Presidência da Câmara aos 39 anos.

Sob sua Presidência, a Câmara viveu um dos momentos mais ricos da sua história. Sob a sua liderança, houve a reforma administrativa, as mudanças da Previdência, enfim, grandes mudanças que propiciaram ao Presidente Fernando Henrique uma gestão moderna e muito ativa junto aos seus companheiros, com a colaboração, principalmente, da Câmara dos Deputados.

Fui testemunha da admiração que o ex-presidente Fernando Henrique dedicava ao jovem parlamentar, revelando, sempre que se referia a ele, a sua gratidão por tudo que tinha feito naquele Parlamento para desembaraçar o que era necessário para o bom andamento do Governo.

Luís Eduardo era também um apaixonado pela vida parlamentar. Seguia os passos do pai, a quem aprendeu a admirar ainda menino e de quem herdou a mesma vocação para a atividade política.

Foi sempre um intransigente defensor da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, e várias vezes assumiu com veemência a defesa deste Parlamento.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, hoje, Luís Eduardo completaria 50 anos de idade.

O Brasil perdeu um de seus brasileiros mais ilustres. Relembra, ainda que de forma tão singela, a importância que ele teve para dignificar a Bahia, o

Congresso Nacional e o nosso País é a maneira que temos para registrar nosso sentimento em relação à sua ausência.

Ao Senador Antonio Carlos Magalhães eu gostaria de deixar a minha sincera homenagem: seu filho, Senador, pertence a essa galeria de políticos que se destacam pelo inegável espírito público, a grande habilidade política e o fácil relacionamento, qualidades que o tornaram um dos mais brilhantes parlamentares de sua geração.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pois não, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Querida amiga, Senadora Lúcia Vânia, primeiramente, quero cumprimentá-la pelo seu pronunciamento e fazer minhas as suas palavras. Fui Deputado Federal por dois anos, saí daquela Casa por ter sido eleito Prefeito de Balneário Camboriú. Nos dois anos em que permaneci na Câmara Federal, sempre recebi o carinho e a atenção de Luís Eduardo Magalhães. Fazíamos algumas caminhadas juntos, pela manhã, quando ele me dava muitos conselhos, porque tinha um conhecimento maior a respeito de Brasília e mostrava-me alguns caminhos que devíamos seguir. A sua forma transparente de atuar na vida pública, o seu dinamismo e a sua coerência serviram de exemplo também em minha caminhada política. Luís Eduardo Magalhães não era apenas um Deputado da Bahia, do Nordeste, mas de todos os brasileiros. O Sul o admirava muito e, na época, lá se falava numa possível candidatura de Luís Eduardo Magalhães para Presidente ou Vice-Presidente. Ele era um jovem aguerrido, exemplo para todos os homens públicos. Trago a homenagem do PSDB de Santa Catarina a esse homem que fez muito pelo nosso País e de quem o País sente falta hoje, com toda certeza. Também deixo registrado no pronunciamento de V. Ex^a o carinho que tínhamos por esse grande homem e a saudade que dele estamos sentindo. Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço-lhe, Senador Leonel Pavan. As palavras de V. Ex^a enriquecem o pronunciamento que faço nessa tarde. Tenho a certeza de que o exemplo deixado por Luís Eduardo serviu de referência não só para V. Ex^a como para todos nós. V. Ex^a é o exemplo dignificante dessa trajetória, principalmente defendendo com ardor, com lealdade, com companheirismo o seu Estado, Santa Catarina. É orgulho para todos nós tê-lo como companheiro. Tenho a certeza de que essa referência, expressada por V. Ex^a a respeito de Luís Eduardo, serve também de exemplo para toda a Casa.

Muito obrigada.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Concedo o aparte ao Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT)

– Farei um rapidíssimo aparte, porque – creio – não conseguirei falar mais do que já foi dito sobre Luís Eduardo. Apenas darei um testemunho. Fui Constituinte juntamente com ele e participei de um grupo denominado Movimento de Unidade Progressista – MUP. Fizemos várias negociações com Luís Eduardo. E o fato que mais me impressionou na vida política do Luís Eduardo é que, mesmo discordando, se havia feito o entendimento, se havia feito o acordo, ele o honrava integralmente, honrava a sua palavra. Isso fez com que ele realmente fosse o líder respeitado que foi no Congresso Nacional. Evidentemente fica difícil falar do sentimento do Senador Antonio Carlos Magalhães porque, claro, não é a trajetória natural da vida o filho ir antes do pai. Mas Luís Eduardo se foi e deixou, sem dúvida, o importante exemplo de que é preciso fazer política honrando os compromissos; de que é possível estabelecer no Parlamento uma convivência em que a palavra empenhada não precisa de absolutamente mais nada para ser, na seqüência, cumprida. Congratulo-me com o pronunciamento de V. Ex^a. O Congresso Nacional faz com justiça – a Câmara já fez hoje, o Senado faz agora – uma homenagem, e das mais justas, a um dos seus mais brilhantes parlamentares dessa nossa geração. Era o que tinha a dizer.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço o Senador Antero Paes de Barros pelas palavras. Senador Antero, V. Ex^a se referiu a um traço da personalidade do Deputado Luís Eduardo muito importante, que é o cumprimento da palavra. E V. Ex^a é o exemplo disso. Eu o admiro e tenho um profundo respeito por V. Ex^a, porque, na curta convivência nesta Casa, pude sentir o quanto V. Ex^a é amigo, companheiro, leal e, acima de tudo, cumpridor da palavra. É claro que as pessoas que têm como característica a lealdade e o cumprimento da palavra evidenciam na personalidade do outro aquilo que mais admira. E V. Ex^a o fez com muita propriedade nesta tarde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Senadoras e Senadores presentes; brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem por meio do Sistema de Comunicação do Senado Federal.

Senador Renan Calheiros, muito já foi dito e tudo verdade.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a pode ouvir Roberto Carlos em uma de suas musicas dizer “meu irmão

camarada". Heráclito foi "irmão camarada" de Luís Eduardo. Várias vezes nos encontramos. Mas, o que me chama a atenção e a do Brasil, atentai bem, Senador Pedro Simon, é a história. Pedro Simon, cristão; Cristo, a Última Ceia, o Sermão da Montanha, deserto, transformação do vinho para alegrar as bodas, casamento, felicidade. Mas, na hora do pega, Senadora Maria do Carmo, todos negaram, todos falharam, principalmente nós, homens! Anás, Caifás, Pedro, o pai dele, José, os Apóstolos, todos, todos os homens. As mulheres ainda...A mulherzinha de Pilatos, Verônica, as três Marias...Mas os homens, lá na cruz, aquele negócio de ladrão, bom ladrão... Os homens, só um: Pilatos, que nos orgulha.

Senador Luiz Otávio, esse é o quadro que quero buscar de Luís Eduardo. Senador Francisco Pereira, Napoleão, o francês – Senador Eduardo Suplicy –, o general, na ilha, no final de sua vida, já chegada a morte, dizia: "Eu não fui bom; eu não fui bom; mas fui firme, fui firme, fui firme". E aí está a história do general, o francês, que deixou o primeiro código civil da Europa na França. E quero lhe dizer que essa é a característica: firmeza, solidariedade na dificuldade. Cirineu e a firmeza do estadista Napoleão Bonaparte. Atentai bem, Senador Luiz Otávio, 30 de setembro de 1992! Que data é esta? O que é isso para o Congresso? O que é isso para a Câmara? Senador Heráclito, éramos prefeitos. Eu gosto de política. Ela nos atrai. Eu acho que a política é para buscar o poder, mas o poder – como disse Cristo, não o poder pelo poder, que não nos encanta – para ser um instrumento de servir. Disse Cristo: "Vim ao mundo – aprenda Lula! – para servir, e não para ser servido."

Trinta de setembro de 1992. Cassação do Presidente Collor. Atentai bem! Eu não sei onde V. Ex^{as}s estavam. Eu sei, Senador Francisco Pereira, que eu era prefeitinho de Parnaíba. E, atraído por aquele fato histórico, Senador Pedro Simon, eu não saí de casa. Disse: "Vou ficar aqui, no quarto." E não saí. Coloquei no chão umas almofadas e assisti a toda a sessão. Estamos aqui; mas, às vezes, não estamos. Nos distraímos, vamos ao café. Naquela, não. Eu a assisti, Senador Pedro Simon! Ontem, por exemplo, houve dezenas de discursos. Eu assisti ao de V. Ex^a integralmente. Aquela sessão do Collor – o Senador Heráclito era Prefeito de Teresina – eu a assisti toda, como se assiste a uma novela, a um teatro, e atento. Dentre os 503 Parlamentares, um mereceu respeito e dignidade, por ser firme e solidário. É essa a grandeza!

Tivemos muitos momentos de felicidades, até em mesas de bares, com o Senador Heráclito, tomando vinho do Porto, porque ele era alegre. Mas eu fiquei. E passaram todos, uns envergonhados. A imprensa dizia que tinham ido ao Alvorada, onde hoje está o Lula, tirar retratos, e na hora negaram. Choraram: "Presidente, é

injusto..." Quantos? Atentai bem, Senador Pedro Simon. Eu gravei. Um Deputado de Itumbiara, lá em Goiás, não conheço, mas a gente grava. Eu, povo do Brasil – era prefeito, mas povo –, atento. Um Deputado de Goiás, José Gomes, na hora de votar – e um filho de Itumbiara jamais trai um amigo –, votou contra o *impeachment*. Senador Pedro Simon, atentai bem, quando ele chegou, toda Itumbiara foi recebê-lo, pela coerência, pela firmeza, pela solidariedade e pela amizade na dificuldade. Ainda hoje ele é Deputado Federal.

A cada ataque que votava, a cada um, Luís Eduardo se levantava e, como Líder, tombou ali ao lado, como é comum, Senador Pedro Simon, prestar homenagem ao sol que nasce. Ele estava ali, com solidariedade e firmeza, no cumprimento de sua missão, advertindo-os. Ele se tornou ali o meu herói, Senadora Maria do Carmo. E o espetáculo foi longo. Foram cerca de seis horas de espetáculo.

Foi isso que ele passou. Não foi por ser filho do nosso amigo, o homem que fez da Bahia um país, o Senador Antonio Carlos Magalhães. A minha admiração se deu naquele momento de dificuldade. Esse é o exemplo. Quero, então, dizer o seguinte: atentai bem: cinqüenta anos faria hoje. Isso que relato aconteceu há treze anos. Tenho a imagem daquela época. E é isto que tem o povo: o respeito àquele democrata, que cumpriu o seu papel de líder nas horas de maior dificuldade, que, com solidariedade e firmeza somados, mostra a dignidade que se deve ter neste Congresso.

Quero dizer, Sr. Presidente, que está aqui um baiano, Rui Barbosa, trinta e um anos neste Senado. Também ele não chegou à Presidência, como não chegou o nosso Luís Eduardo. O retrato de Rui Barbosa está ali debaixo do de Cristo, que também mostrou a fraqueza dos homens que o abandonaram. Ele foi um dos que mostrou solidariedade e firmeza; o baiano que está aqui: Rui Barbosa.

O Senador Heráclito Fortes deu o maior presente ao Senador Antonio Carlos: um busto de Luís Eduardo, pelas mãos artísticas do Piauí. Então, por que não nasce aqui a idéia de se colocar um busto de Luís Eduardo lá, no plenário da Câmara, onde serviu com grandeza, fazendo nascer leis boas e justas, dando o maior exemplo de solidariedade, firmeza e dignidade, outro baiano que se igualou em dignidade a Rui Barbosa? Estas são as nossas palavras.

Senador Heráclito Fortes, busque o mesmo artista plástico piauiense que confeccionou o busto de Luís Eduardo com que V. Ex^a presenteou o Senador Antonio Carlos Magalhães, para que confeccione um busto e, assim, lá no plenário da Câmara seja colocado o busto de mais um baiano ilustre.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte só para esclarecer?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Daqui a pouco, porque, em primeiro lugar, vou conceder o aparte ao nosso Líder maior do PMDB do Nordeste, talvez do Brasil, Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Mão Santa, estou ouvindo o depoimento de V. Ex^a, como hoje ouvi vários testemunhos. Na verdade, não tive a oportunidade de conviver com o Deputado Luís Eduardo Magalhães porque não passei pela Câmara dos Deputados, não fui Deputado Federal. Mas, por meio desses depoimentos, estamos sentindo a imensa perda que todo o Brasil teve com o desaparecimento do Deputado Luís Eduardo, que era um homem com vocação para o Parlamento. Mas, quem sabe, aqueles que são vocacionados para o Parlamento terminam sendo convocados para o Executivo, e já se falava de um vôo mais alto que o Deputado Luís Eduardo poderia empreender. Ele, sabemos, tinha todas as qualidades do seu pai, o Senador Antonio Carlos Magalhães, a par de ser um político moderno, novo. Então, quero apresentar também a minha solidariedade, a minha participação diante dessa homenagem – a ele que estaria completando cinqüenta anos de vida se fosse vivo hoje – e dizer que realmente foi uma pena que ele desaparecesse tão cedo. Contudo, ficou o seu legado, a sua memória, o seu exemplo, os seus ideais. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a participação do Senador Garibaldi Alves Filho e peço que seja incorporada ao meu pronunciamento.

Concedo o aparte ao Senador do nosso Piauí, irmão camarada de Luís Eduardo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mão Santa, agradeço as palavras generosas de V. Ex^a. Quero apenas fazer um registro. O busto do Luís Eduardo já foi confeccionado pelo mesmo artesão que fez esse busto a que V. Ex^a se refere, e já se encontra na Ala Luís Eduardo Magalhães, em frente à Biblioteca da Câmara dos Deputados. Houve uma solenidade muito bonita, em que foi inaugurado com a presença de toda a família.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a participação de V. Ex^a, mas reafirmo a solicitação, ou seja, para que V. Ex^a consiga outro busto confeccionado pelo artista piauiense e o entregue ao Presidente Severino Cavalcanti, do Nordeste, para que S. Ex^a promova ações para colocar o nordestino num patamar tão alto, no plenário da Câmara, como está, aqui no Senado, outro baiano: Rui Barbosa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Plenário da Câmara dos Deputados se chama Plenário Deputado Ulysses Guimarães, que é uma homenagem que aquela Casa presta a outro grande brasileiro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ulysses Guimarães, encantado no fundo do mar, lá está agora

postado. Então, ao seu lado, figuraria o nordestino, o baiano, Luís Eduardo Magalhães.

Nossas últimas palavras aos céus, a Deus, simbolizado por Cristo, por Pedro Simon, cristão franciscano: que, com a ajuda de Deus, com o exemplo de Luís Eduardo Magalhães e a nossa vontade de acertar, possamos juntos fazer leis boas e justas para beneficiar o povo brasileiro, que ainda sofre muito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

SRA.s e Srs. Senadores, Victor Hugo afirmou, certa vez, existir “um espetáculo mais grandioso que o mar e o céu, que é o interior da alma”. O Senador Arthur Virgílio, há pouco, em brilhante pronunciamento, fez esse mesmíssimo raciocínio.

Somente quando conhecemos personalidade como a do saudoso Deputado Luís Eduardo Magalhães, que nos deixou, prematuramente, em 21 de abril de 1998, aos 43 anos de idade, é que podemos avaliar a dimensão exata do significado dessa frase.

Luís Eduardo era a pessoa que todos gostariam de ter sempre ao lado; alguém que, ainda na primeira hora, qualquer que fosse a dificuldade, chegaria disposto a ajudar.

Liderança respeitada, teve influência na formação de outros Líderes, tanto em seu Estado, a Bahia, quanto no País.

De personalidade compreensiva, dava orgulho, como disse, tê-lo por perto. Sabedoria política o levou naturalmente a exercer importantes cargos na vida pública.

Luís Eduardo Magalhães nasceu em 16 de março de 1955, em Salvador, e hoje completaria 50 anos. Iniciou a carreira política como Deputado Estadual. Logo cedo, deixou clara sua vocação para a atividade política.

Com o tempo, mostrou-se um especialista em ouvir a todos com atenção, relacionar-se bem mesmo com os adversários, sempre com posições firmes, bom humor e presença de espírito. Essas foram as suas marcas na política brasileira.

Em 1986, elegeu-se Deputado Federal, com 138 mil votos, a maior votação da Bahia naquele pleito. Foi o primeiro de três mandatos de Luís Eduardo na Câmara dos Deputados, onde se sobressaiu como personagem do primeiro plano da política nacional.

Em fevereiro de 1995, assumia a Presidência da Câmara dos Deputados aos 39 anos de idade. Desejava contribuir – e efetivamente contribuiu muito – para o desafio de transformar o Brasil.

O Deputado Luís Eduardo Magalhães nos deixou no momento mais importante da sua carreira política, quando iniciava a campanha para o Governo da Bahia e era considerado um nome muito forte para a sucessão presidencial.

Seu prematuro desaparecimento comoveu o País e deixou mais pobre a vida política brasileira. Ficou o exemplo de espírito público, de pessoa afável e de fácil relacionamento, de um político hábil, honesto e competente.

Infelizmente, a vida também nos submete a muitas tristezas. E já o disse aqui com todas as letras e lágrimas o Senador Antonio Carlos Magalhães. E, por isso, estamos aqui hoje para celebrar a memória de um grande brasileiro, por seu notável saber e sua consciência de homem lúcido, hábil e tolerante.

Seja onde estiver, Senador Luís Eduardo Magalhães, aceite nossas sinceras homenagens, as sinceras homenagens. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valdir Raupp.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 160, de 2005

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar os fatos que arrola no que diz respeito à corrupção de agente público lotado na Casa Civil da Presidência da República.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de comissão parlamentar de inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos:

1º) o envolvimento do Subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz da Silva, em esquema de corrupção relacionado com jogos clandestinos;

2º) a extensão do envolvimento do Subchefe da Casa Civil para Assuntos Parlamentares em fatos relacionados com tráfico de influência e corrupção ativa no uso de seu cargo público, com o possível envolvimento de outras pessoas.

As despesas dos trabalhos da presente comissão parlamentar de inquérito ficam orçadas em R\$150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais).

Justificação

A imprensa brasileira tem estampado insistente mente desde junho do ano de 2003, o envolvimento do Subchefe da Casa Civil, Waldomiro Diniz da Silva, em esquema de corrupção ativa e tráfico de influência relacionada à defesa do jogo clandestino no Brasil, principalmente as chamadas máquinas caça-níqueis. Agora, ficou demonstrado que realmente o supracitado servidor participou intensamente de um esquema

para beneficiar o jogo clandestino, tradicional aliado do crime organizado no Brasil.

A gravidade dos fatos é chocante. Desde a CPI do PC Farias não ocorria um fato político de tamanha relevância. Dado o envolvimento direto de funcionário da Presidência da República, somente uma CPI terá capacidade de investigar a fundo o esquema de corrupção. Além do mais, para a própria preservação das instituições, o Congresso Nacional, mais especificamente o Senado Federal não poderá furtar-se a sua missão institucional de preservação das instituições republicanas. As denúncias, agora comprovadas, apontam para o desvio de milhões de reais, elencando uma diversidade de crimes como: fraude a licitação, tráfico de influência, improbidade administrativa, corrupção ativa, advocacia administrativa. Muitos outros tipos legais deverão surgir no decorrer das investigações.

Dada a complexidade da ação do servidor Waldomiro Diniz, com certeza, novos personagens serão adicionados ao processo na medida em que a CPI desenvolva os seus trabalhos.

A imprensa já tinha apresentado a interferência que o supracitado servidor buscava ter em várias áreas do Governo Federal:

A renovação do contrato de US\$130 milhões entre a Caixa e a **Gtech**, multinacional que controla as loterias, teria sido acertada na reunião secreta de 13 de fevereiro, no Hotel Blue Tree Park, em Brasília, entre o presidente da empresa, Marcelo Roval e, Waldomiro Diniz, homem de confiança do Ministro José Dirceu. As relações entre Diniz e a **Gtech** ganharam dimensão de escândalo.

Destaca-se também o forte relacionamento entre Waldomiro Diniz e o Chefe da Casa Civil:

O Ministro-Chefe da Casa Civil José Dirceu, negou envolvimento de seu assessor parlamentar, Waldomiro Diniz, em denúncias de desvio de recursos da Loterj e envolvimento com a máfia do jogo clandestino, segundo reportagem publicada pela revista **Isto É** em edição do início do ano passado.

“Da nossa parte do Governo, nós somos os motores interessados na investigação, porque na matéria não há nada que comprove nenhuma irregularidade, nenhum ilícito. São acusações afirmou Dirceu, acrescentando já ter conversado com o Ministro da Justiça, Mário Thomaz Bastos, sobre o assunto.

Por tudo isto, torna-se indispensável à instalação imediata de uma CPI.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Arthur Virgílio.**

2.
 3.
 4.
 5.
 6.
 7.
 8.
 9.
 10.

11.
 12.
 13.
 14.
 15.
 16.
 17.
 18.
 19.
 20.
 21.
 22.

SEN. SERGIO GUIZÉ
 SEN. PRISCILLA LINS
 SEN. JEFFERSON PERES
 SEN. ALVARO DIAS
 SEN. ROBERTO REQUIÃO
 SEN. JOSÉ AGRIPINO
 SEN. JOSÉ SARNEY
 SEN. JORGOG BRAGA
 SEN. CELSO BORGES

SEN. LEONEL PAUTZ
 SEN. ANTONIO L. BARROS
 SEN. GIVANILDO ALVES
 SEN. TASSO JEREISSAT
 SEN. REGINALDO DEANE
 SEN. FERNANDO PIMENTEL
 SEN. LEONEL PAUTZ
 SEN. DEMOSTENES TESDECO
 SEN. GLEISON J. MELLO
 SEN. TEOTONIO VILELA
 SEN. SÉRGIO CABRAL
 SEN. GERALDO MELQUITA JR.
 SEN. OSMAR DIAS
 SEN. JEWKO D. BORGES
 SEN. AUGUSTO P. DE LIMA
 SEN. HERCÍLIO
 SEN. EDUARDO SIMEÃO
 B. S. C.
 SEN. ROMEO TUMA

REQUERIMENTO Nº 161, DE 2005

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de investigar todas as privatizações realizadas no Brasil, no Período de 1990 a 2004, instituído pelo Programa Nacional de Desestatização – PND (MP nº 115 e Lei nº 8.031/90) e os critérios adotados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para concessões de empréstimos nos processos de privatização.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 145, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) senadores titulares e 6 (seis) suplentes, para investigar, no prazo de 180 dias, a questão das privatizações realizadas no Brasil, no período de 1990 a 2004, e os critérios adotados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para concessões de empréstimos nos processos de privatização.

As despesas relativas ao funcionamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito ficam orçadas em R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Justificação

Em discurso proferido no dia 24 de fevereiro do corrente, em Jaguaré, no Espírito Santo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que omitiu informações

sobre suposta ocorrência de corrupção em alguns processos de privatização. Segundo dados divulgados pela imprensa, as informações sobre a corrupção teriam sido passadas pelo ex-presidente do BNDES, Carlos Lessa, que também não poupou críticas ao modelo adotado de privatizações. Desde então, integrantes do Governo Lula têm divulgado amplamente acusações e críticas dirigidas aos responsáveis pelas privatizações.

A bem da verdade, desde a época das privatizações os deputados federais do PT, agora integrantes do alto escalão do atual Governo, teciam acusações diversas, pedindo, inclusive, a instalação de uma CPI, encabeçada pelo então Deputado José Dirceu, para investigar os procedimentos do BNDES no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (Conforme o Requerimento de CPI nº 22/2000).

Alguns processos de privatização, por serem freqüentemente citados, merecem uma apuração mais detalhada, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Vale do Rio Doce, o Sistema de Telecomunicações Brasileiro e a privatização do setor elétrico.

Entende-se, portanto, que há muito tempo estas acusações são proferidas sem que houvesse uma apuração dos verdadeiros fatos. Isto confunde a população, que não pode ter dúvidas sobre a correta utilização dos recursos públicos e sobre a manutenção da moralidade administrativa. Impõe-se, assim, que o Senado Federal promova uma completa investigação dos fatos que por si só justificam a criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – Arthur Virgílio.

1. Arthur Virgílio
2. Alvaro Dias
3. Amílcar Pinto
4. Jefferson Peres
5. José Dirceu
6. José Serra
7. José Viana
8. José Velloso
9. Júlio Lôbo
10. Júlio Magalhães
11. Júnior Boaventura

SEN. ARTHUR VIRGÍLIO
SEN. ALVARO DIAS
SEN. AMÍLCAR PINTO
SEN. JEFFERSON PERES
SEN. ALVARO DIAS
SEN. JOSÉ SERRA
SEN. JOSÉ VIANA
SEN. JOSÉ VELLOSO
SEN. JÚLIO LÔBO
SEN. JÚLIO MAGALHÃES
SEN. JÚNIOR BOAVENTURA

12. *Alcides*
 13. *Ernesto*
 14. *José Gomes*
 15. *João Pedro Viana*
 16. *Magreça*
 17. *Paulo Paim*
 18. *Tomás*
 19. *Frank*
 20. *...*
 21. *Tomaz Silveira*
 22. *Isac (apls)*
 23. *...*
 24. *Renan Calheiros*
 25. *...*
 26. *...*
 27. *Malvino Melo*
 28. *...*
 29. *...*
 30. *Power Center*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos lidos contêm subscritores em número suficiente para constituir as Comissões Parlamentares de Inquérito, nos termos do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal.

Serão publicados, para que produzam os devidos efeitos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valdir Raupp.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 162, DE 2005

Requeiro seja aplicado o disposto no art. 412, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, para declarar a nulidade da decisão que resultou no arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1996, em razão de

GEN. ALFREDO P. ESTREL
 EDUARDO RERODS
 TASSO JERÉS STF
 Fernando Pinto Ribeiro
 Rogério Lins Duarte
 Júlio Lamas
 Renato Neves (o) Dantas
 GEN. EFÉGIO WY
 ...
 TEOTONIO VIEIRA
 SÉRGIO MABRA
 GERALDO MEQUITA JR
 OSMAK DIAS
 Valdir Raupp (apls)
 Augusto Botelho
 Henoá
 PC.D.D. Simeoni
 E.S.C.
 GEN. RONALD GOMES

não se aplicar, ao caso, o disposto no § 1º do art. 332 do mesmo regimento, tendo em vista que:

a) o PLC nº 91, de 1996, cuja tramitação se iniciou no Senado em 1996, durante a 50ª Legislatura, só poderia ser arquivado após o término da 52ª Legislatura, ou seja, a partir do dia 1º de fevereiro de 2007, data prevista para o início da 53ª Legislatura com a posse dos eleitos em outubro do ano anterior, pois na contagem das legislaturas seria excluída a inicial ou do começo – a 50ª (1995/1999) –, e contar-se-ia a 51ª (1999/2003), como a primeira Legislatura de tramitação, e a 52ª (2003/2007), como a segunda;

b) o Ato do Presidente nº 97, de 2002, que aprova as instruções da Secretaria-Geral da Mesa com vistas à aplicação da mencio-

nada Resolução nº 17, de 2002, que altera o RISF no que se refere ao arquivamento de proposições, dispõe, em seu anexo:

CONTINUARÃO TRAMITANDO:

3. (Art. 332, IV) a proposição que, mesmo tendo sido enviada a mais de uma comissão, tiver, na presente legislatura, o parecer de pelo menos uma delas, mesmo que não seja de mérito o pronunciamento. Ou seja, por uma questão de economia processual, interpretar-se-á que o exame por pelo menos uma comissão será suficiente para que a proposição continue tramitando.

c) o PLC nº 91, de 1996, já dispunha – na 51ª Legislatura, quando foi arquivado –, dos pareceres de duas Comissões (CCJ e CAE), o que atendia ao disposto no item 3 do citado Anexo ao Ato do Presidente nº 97, de 2002.

Justificação

O Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1996 (nº 4.652, de 1994, na Câmara dos Deputados), começou a tramitar nesta Casa em 6 de dezembro de 1996. Foi despachado, inicialmente, às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE). Posteriormente, mediante os Requerimentos nº 252 e 316, ambos de 1998, foi também despachado ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Em 4 de março de 1998 a matéria, relatada pelo Senador Edison Lobão, foi aprovada na CCJ na sua forma original, não obstante terem sido oferecidas vinte e quatro emendas ao projeto.

Em 5 de maio de 1998 foi aprovado na CAE o Voto em Separado sobre a matéria, de autoria do então Senador Gilberto Miranda, que passou a constituir parecer da referida comissão.

Em seguida, a matéria foi à CAS, mas não chegou a ser apreciada a minuta de parecer apresentada em 18 de dezembro de 2002 pelo Relator Senador Romero Jucá que concluía pela aprovação do projeto.

Finalmente, em 16 de janeiro de 2003, a Presidência da Casa comunicou ao Plenário e, posteriormente, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, o arquivamento da matéria, à vista do disposto no § 1º do art. 322 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, e conforme instruções constantes do Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal, publicado no DSF de 21 de dezembro de 2002.

Mas, em 12 de dezembro de 2003 o processo relativo ao PLC nº 91, de 1996, foi emprestado à Conleg desta Casa e devolvido em 22 de janeiro.

Recentemente, em 11 de novembro do corrente ano, retornou o processo à Conleg, acompanhado de cópia do Requerimento s/nº, cujo objetivo é o desarquivamento da proposição em exame, em que constam as assinaturas de vinte e cinco senhores senadores, com data de recebimento do dia 10 do referido mês, mas sem identificação de quem o recebeu.

O RISF trata do arquivamento de proposições no art. 332, que constitui o Capítulo XVII – Das Proposições de Legislaturas Anteriores –, o qual integra o seu Título VII – Das Sessões. Já o arquivamento do PLC nº 91, de 1996, está fundamentado especificamente no § 1º do referido art. 332, **verbis**:

Art. 332. Ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, exceto:

.....
§ 1º Em qualquer das hipóteses dos incisos do **caput**, será automaticamente arquivada a proposição que se encontre em tramitação há duas legislaturas, salvo se requerida a continuidade de sua tramitação por 1/3 (um terço) dos senadores, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da legislatura seguinte ao arquivamento, e aprovado o seu desarquivamento pelo Plenário do Senado.

Já o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) trata o mesmo assunto de modo semelhante, conforme dispõe o seu art. 105, parágrafo único, **verbis**:

Art. 105. Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles salvo as:

.....
Parágrafo único. A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do autor, ou autores, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava.

No entanto, tendo em vista o disposto no art. 412, VI, do RISF, pode-se arguir que o arquivamento auto-

mático de proposição que se encontre em tramitação há duas legislaturas, a que se refere o retrocitado § 1º do art. 332 da RISF, deve observar a contagem de prazo prevista no **caput** do art. 182 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 5.925, de 10 de outubro de 1973, que retifica dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que instituiu o Código de Processo Civil, **verbis**:

Art. 184. Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

No mesmo sentido, pode-se adotar, por analogia, o disposto no art. 280, § 1º e 2º do RICD, **verbis**:

Art. 280. Salvo disposição em contrário, os prazos assinalados em dias ou sessões neste regimento computar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por sessões ordinárias da Câmara efetivamente realizadas; os prazos fixados por mês contam-se de data a data.

§ 1º Exclui-se do cômputo o dia ou sessão inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 2º Considera-se sessão inicial a do dia em que ocorrer o fato ou se praticar o ato.

Desse modo, não se aplicaria ao PLC nº 91, de 1996, o disposto no § 1º do art. 332 do RISF, tendo em vista que o projeto, cuja tramitação se iniciou no Senado em 1996, durante a 50ª Legislatura, só poderia ser arquivado avós o término da 52ª Legislatura, ou seja, a partir do dia 1º de fevereiro de 2007, data prevista para o início da 53ª Legislatura com a posse dos eleitos em outubro do ano anterior, pois na contagem das legislaturas seria excluída a inicial ou do começo – a 50ª (1995/1999) –, e contar-se-ia a 51ª (1999/2003), como a primeira Legislatura de tramitação, e a 52ª (2003/2007), como a segunda.

Todavia, a Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal (SGM), que orienta a Presidência quanto à aplicação das normas regimentais, não tem adotado esse entendimento, tendo em vista considerar a Legislatura em que se inicia a tramitação da proposição como sendo a primeira das duas mencionadas no § 1º do art. 332 do RISF.

De outro lado, o Ato do Presidente nº 97, de 2002, que aprova as instruções da Secretaria-Geral da Mesa com vistas à aplicação da mencionada Resolução nº 17, de 2002, ao dispor, em seu anexo:

CONTINUARÃO TRAMITANDO:

3. (Art. 332, IV) a proposição que, mesmo tendo sido enviada a mais de uma comissão, tiver, na presente legislatura, o **parecer de pelo menos uma delas, mesmo que não seja de mérito o pronunciamento**. Ou seja, por uma questão de economia processual, interpretar-se-á que o exame por pelo menos uma comissão será suficiente para que a proposição continue tramitando.

.....(negritos originais)

Ademais, o referido Anexo ainda acrescenta:

Quanto à aplicação do § 1º do art. 332, que determinam o arquivamento das proposições que tramitam há duas legislaturas (no Senado Federal), merecem atenção – antes do puro e simples arquivamento – as peculiaridades abaixo descritas.

(...)

Também quanto às propostas de emenda à Constituição e aos projetos de lei da Câmara que já estejam em segundo legislatura, poder-se-ia estabelecer um critério para a continuidade: salvo melhor juízo, **deveriam continuar tramitando se, nesta legislatura, tiverem recebido parecer de alguma Comissão do Senado**. (negritos originais)

À vista do que foi transrito, verifica-se que o PLC nº 91, de 1996, já dispunha – na 51ª Legislatura, quando foi arquivado –, dos pareceres de duas Comissões (CCJ e CAE), o que atendia ao disposto no item 3 do citado Anexo ao Ato do Presidente nº 97, de 2002.

Também aplica-se ao PLC nº 91, de 1996, a regra que consta da parte final do mesmo anexo, acima reproduzida, em razão de o referido projeto – que estava em segunda legislatura, conforme entende a SGM –, ter recebido parecer de Comissão do Senado.

Esperamos, desse modo, restaurar a tramitação do PLC nº 91, de 1996, que foi interrompida, mediante arquivamento cuja fundamentação não observou a norma regimental, em especial o Ato do Presidente nº 97, de 2002, que aprova as instruções da Secretaria-Geral da Mesa com vistas à aplicação da mencionada Resolução nº 17, de 2002, que altera o RISF no que se refere ao arquivamento de proposições.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Edison Lobão**

1. Edmundo S

2. João G. G. P. M. P. S.

3. Antônio G. M. P. S.

4. Ricardo Vilela

5. Paulo Pimenta

6. Alvaro

7. Sócrates

8. Adalberto

Sérgio Cabral

9. Romário

10. Renan

11. Renan

12. Renan

Renan

13. Renan

Renan

14. Renan

Renan

15. Renan

Renan

16. Renan

Renan

17. Renan

Renan

18. Renan

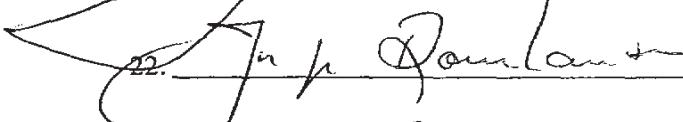
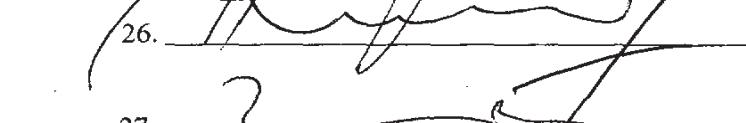
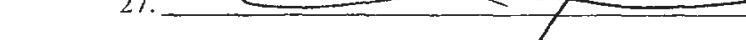
Renan

19. Renan

Renan

20. Renan

Renan

21.  JONAS PINHEIRO
 22.  JORGE BONFIM
 23.  REINALDO AZAMBUXA
 24.  ALVARO DIAS
 25.  JOSÉ ALENCAR
 26.  ROMERO JUCÁ
 27.  WEVERTON

DESPACHO

No final da legislatura anterior, a Presidência do Senado, então exercida pela nobre Senadora Ramez Tebet, determinou o arquivamento, dentre outros tantos, do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1996 (nº 4.652, de 1994, na origem), que dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar e dá outras providências, com base no § 1º do art. 332 do Regimento Interno, dispositivo esse que determina o arquivamento quando a proposição já se encontrar em tramitação há duas legislaturas.

Prevê ainda o mencionado dispositivo (§ 1º do art. 332) que a proposição arquivada poderá continuar sua tramitação se houver, nesse sentido, requerimento subscrito por 1/3 (um terço) dos Senadores, nos primeiros 60 (sessenta) dias da primeira sessão legislativa da legislatura seguinte ao arquivamento, desde que aprovado o requerimento pelo Plenário do Senado.

No dia 10 de novembro do ano passado, foi encaminhado à Mesa requerimento subscrito por um terço da composição do Senado Federal, primeiro signatário o nobre Senador Edison Lobão, solicitando o desarquivamento do referido PLC nº 91, de 1996.

Na justificação do requerimento, o principal argumento diz respeito ao entendimento da Mesa para a contagem das duas legislaturas estabelecidas no Regimento.

Argumenta-se, em tese, que, na contagem, não deveria ser computada a legislatura inicial, utilizando-

se, portanto, a mesma lógica de contagem de prazos estabelecida no Código de Processo Civil.

A Presidência entende que os procedimentos que culminaram com o arquivamento das proposições ao final da legislatura seguiram rigorosamente o disposto no art. 332 do Regimento Interno e o Ato do Presidente do Senado nº 97, de 2002, e que, de acordo com a regra regimental mencionada, os requerimentos desta natureza devem ser apresentados nos primeiros sessenta dias da primeira sessão legislativa da legislatura seguinte ao arquivamento. Ou seja, neste caso concreto, o prazo final para a apresentação do requerimento foi o dia 15 de abril de 2003.

Todavia, como o requerimento contém um questionamento relevante sobre a contagem de prazos, esta Presidência, com base na prerrogativa que lhe facilita o inciso I do art. 101 do Regimento Interno, submeterá o requerimento ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(À Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será submetido ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Em atendimento à solicitação dos Srs. Líderes, o Item 1 da pauta da presente sessão fica transferido para Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã.

É o seguinte o item transferido para a sessão deliberativa ordinária de amanhã:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2005 (Proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004)

*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004), que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.

Relatora Revisora: Senadora Ideli Salvatti

Está encerrada a Ordem do Dia. Nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, ficam sobrepostas as demais deliberações legislativas.

São as seguintes as matérias cuja apreciação é sobreposta:

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2004

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal. (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município).

Parecer favorável, sob nº 462, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Bornhausen.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade.

Parecer favorável, sob nº 1.696, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas.

Parecer favorável, sob nº 1.320, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2003***(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 73, DE 1999**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças, tendo

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

9**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação, tendo

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

10**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2001 (nº 6.387/2002, naquela Casa), que altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade.

Parecer favorável, sob nº 22, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Jorge.

11**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2002 (nº 3.881/2000, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Pareceres sob nºs 431, de 2003, e 23, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário): favorável, parcialmente, às emendas, nos termos de subemenda, que apresenta.

12**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2003 (nº 6.425/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao caput e ao § 3º do art. 304 do Decreto-Lei nº

3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

Parecer favorável sob nº 4, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2004 (nº 3.3371/97, na Casa de origem), que *altera o art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.*

Parecer sob nº 5, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2004 (nº 818/2003, na Casa de origem), que *altera o artigo 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores.*

Parecer favorável sob nº 6, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 645, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 13 e 14, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002 (nº 2.089/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.*

Pareceres sob nºs 624 e 624-A, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jefferson Péres: 1º pronunciamento, pelo sobremento do projeto; 2º pronunciamento, favorável.

16
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.971, de 2004, Relator: Senador Eduardo Suplicy), que *autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família.*

17
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

18
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 22, de 2005, do Senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 176 e 340, de 2004, por regularem a mesma matéria.

19
REQUERIMENTO Nº 44, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 44, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 182, de 2003, e 352, de 2004, por regularem a mesma matéria.

20
REQUERIMENTO Nº 55, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 55, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 334 e 348, de 2004, por regularem a mesma matéria.

21

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano.

22

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 61, de 2005, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 283 e 313, de 2004, por regularem a mesma matéria.

23

REQUERIMENTO Nº 91, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 91, de 2005, do Senador Tião Viana, solicitando a criação de Comissão, composta de cinco membros, para, no prazo de sessenta dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito para uma comunicação inadiável, mas também gostaria de torná-la uma questão de ordem.

No dia 7 de março, *a imprensa noticiou que o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Vidigal, solicitou a V. Ex^a, Presidente Renan Calheiros, pressa na aprovação dos nomes que irão integrar o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, órgão que, de acordo com a Emenda à Constituição nº 45, que trata da reforma do Poder Judiciário, deverá realizar o controle externo do Judiciário.

Cabe ao Superior Tribunal de Justiça indicar três magistrados para compor o colegiado de 15 membros. O Ministro Edson Vidigal informou que, desde o ano

passado, os membros do Tribunal indicaram os magistrados que devem ser sabatinados pelo Senado.

O apelo do Ministro prende-se ao fato de que, se, até o dia 8 de maio, os membros do Conselho Nacional de Justiça não forem indicados, caberá ao Presidente do Supremo Tribunal Federal fazê-lo. O Supremo Tribunal Federal, que também deve indicar três nomes, até o momento, só indicou o nome do Ministro Nelson Jobim.

O Ministro Edson Vidigal disse o seguinte:

(...) Nós queremos deixar um registro público, para que o país inteiro fique sabendo que o Superior Tribunal de Justiça já indicou os magistrados e defende que eles sejam sabatinados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e os nomes aprovados sejam encaminhados ao Presidente da República.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que nos dê um esclarecimento sobre os esforços que, como Presidente, está realizando, para que o Senado cumpra suas funções constitucionais, como a de sabatinar os indicados, e para que façamos as indicações que nos são devidas. Entendo que há indicações a serem feitas pelo próprio Supremo Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Senado.

Informou-me hoje o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães, ter solicitado ao Relator da matéria, Senador Jefferson Péres, que apressasse a elaboração dos critérios para a designação dos que serão indicados.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deverá tomar as providências necessárias, para que, em tempo hábil, possamos cumprir nosso dever constitucional de sabatinar os indicados, bem como o objetivo do Senado, ao aprovar uma reforma tão significativa e importante. Falta, ainda, a indicação dos próprios Senadores, que precisa ser feita no tempo adequado.

Finalmente, Sr. Presidente, quero concluir com uma observação que sei que é do interesse de V. Ex^a. Hoje, o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, afirmou que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Fernando Henrique Cardoso, seu antecessor, irão se unir na campanha pelo desarmamento, pedindo à população que vote pela proibição da comercialização das armas de fogo no referendo marcado para o dia 2 de outubro, o que tem muito a ver com os esforços de V. Ex^a. Trata-se de uma iniciativa positiva de ambos os Presidentes, o atual e o que o precedeu.

Mas lhe agradeço se V. Ex^a esclarecer a respeito de sua resposta quanto ao apelo do Ministro Presidente do STJ, Edson Vidigal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para falar sobre o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, como o Senador Antonio Carlos Magalhães não está presente, eu gostaria de ajudar a esclarecer o que foi exposto pelo Senador Eduardo Suplicy.

Na realidade, desde a semana passada, estamos discutindo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma decisão daquela Comissão, para exatamente definir as regras de como serão feitas todas as indicações, tanto as dos Tribunais Superiores quanto as do próprio Senado.

O Senador Antonio Carlos, na semana passada, pediu para que examinássemos a decisão – não me lembro muito bem se seria uma portaria –, para, a partir de hoje, discutirmos novamente. O Senador Antonio Carlos Magalhães decidiu criar uma subcomissão formada pelo Senador Jefferson Péres, por mim e por outro Senador, que não me lembro agora quem é. Então, nós três vamos nos reunir e apresentar até a próxima quarta-feira, na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, essa decisão, para que efetivamente possa ser aprovada. Com isso, esperamos atender o Senador Eduardo Suplicy, não só aprovando os nomes já indicados pelo Superior Tribunal de Justiça, como também os demais nomes, inclusive aqueles que serão indicados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Sr. Presidente, esse era o esclarecimento que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esclareço ao Senador Eduardo Suplicy que o art. 5º da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, determina que o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público serão instalados no prazo de 180 dias a contar da promulgação dessa emenda, devendo a indicação ou a escolha de seus membros ser efetuada até trinta dias antes do termo final. Portanto, o termo final para a instalação do Conselho será o dia 6 de junho próximo, e as indicações e escolhas deverão ser efetuadas até o dia 7 de maio. Caso, nesse prazo, não sejam realizadas as indicações e escolhas, caberá ao Supremo Tribunal Federal fazê-las.

Informo ainda a V. Ex^a que já foram protocoladas na Secretaria-Geral da Mesa as indicações do Superior Tribunal de Justiça.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Portanto, Sr. Presidente, é importante que nos possamos empenhar para, até o dia 7 de maio, definirmos os critérios de como serão feitas as indicações, que serão analisados pela comissão formada pelo Senador José Jorge, pelo Senador Jefferson Péres e por outro Senador. São critérios que, por exemplo, vedarão a possibilidade de nós, Senadores, indicarmos parentes para o Conselho Nacional de Justiça e outros. São critérios, portanto, os mais adequados, de notório saber e assim por diante. Mas é importante que isso esteja pronto, para que possamos fazer a arguição e votação dos indicados até o dia 7 de maio. Portanto, tudo isso precisa ser bem planejado, Sr. Presidente. Este é o empenho de todos nós, Senadores, e que avalio seja importante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Com relação ao referendo contido no Estatuto do Desarmamento, convém destacar que o Senado Federal já aprovou o Decreto Legislativo nº 950, de 2003, que marca para o dia 2 de outubro deste ano a sua realização. O Estatuto proíbe a comercialização da venda de armas, mas a concretude, a eficácia dessa proibição depende do referendo popular. Precisamos que o referido Decreto Legislativo seja aprovado na Câmara dos Deputados, para que possamos realizar o referendo no dia 2 de outubro.

Durante a semana, tivemos a oportunidade de conversar com o novo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Velloso, que, coincidentemente, foi o Relator da regulamentação do plebiscito sobre sistema de governo e que está disposto, tão logo a Câmara aprove o Decreto Legislativo, já aprovado no Senado Federal, a proceder à devida, necessária e insubstituível regulamentação.

Hoje mesmo, tive a oportunidade de participar, em nome do Senado Federal, de um seminário internacional no Rio de Janeiro sobre controle de armas. Li hoje, com muita satisfação, notícias divulgadas pela imprensa segundo as quais o Presidente Lula e o Presidente Fernando Henrique Cardoso vão-se unir pelo desarmamento no Brasil. Trata-se de uma notícia importante, alvissareira, que vem ao encontro daquilo que V. Ex^a diz.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Pedro Simon. Prorrogo a sessão por mais dez minutos, a fim de, em seguida, conceder a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, também considero da maior importância

a questão de ordem levantada pelo Senador Eduardo Suplicy.

Esta Casa tem uma responsabilidade muito grande com relação à formação desse Conselho, e não devemos deixar a nossa parte para a última hora. Há uma expectativa muito grande com relação à atuação desse Conselho, e nós, Senadores, temos a obrigação de fazer a nossa parte, que é a de ver quem são as pessoas e analisá-las, de modo muito especial aquele que vai representar o Senado Federal.

Levo por brincadeira o que disse o Senador Eduardo Suplicy. Não me passa pela cabeça que alguém pense em nomear parente, ou coisa parecida, mas é que não é só não nomear parente, mas há uma importância tão grande de escolher a pessoa, ele terá uma responsabilidade tão fantástica, tão extraordinária, que acho que não poderíamos deixar para a última hora.

Não será uma daquelas questões, Sr. Presidente, em que o Presidente do Senado, os Líderes ou quem quer que seja deixe para, na hora, escolher A, B ou C. Deve ser uma escolha aberta, pública e do conhecimento de todo o Senado, de toda a sociedade, para que a indicação seja feita, realmente, com transparência total, deixando-nos tranqüilos no cumprimento da nossa parte.

Se para escolher um Ministro isso é preciso, a escolha dos representantes desse Conselho, que é uma inovação com uma interrogação enorme sobre ele, nós, no Senado, temos de cumprir a nossa parte.

Por isso, confio em que V. Ex^a, atendendo o levantamento da questão de ordem feita pelo Senador Suplicy, haverá de compreender que temos de agir com a maior responsabilidade num assunto como esse. Confio em V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem absoluta razão, Senador Pedro Simon, e o seu pensamento coincide com o desta Presidência e com o da Casa.

Ouço V. Ex^a, Senador José Jorge, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, vou falar sobre outro assunto.

Soube agora de uma notícia que considero muito importante. O Supremo Tribunal Federal acabou de rejeitar a chamada Adin a favor do retorno do monopólio do petróleo. Por oito votos a dois, o Supremo Tribunal Federal decidiu que empresas privadas, públicas e outras, e não só a Petrobrás, poderão continuar trabalhando na área de exploração de petróleo.

Essa foi uma decisão importante que o Congresso tomou há pouco anos, e acredito que temos de comemorar essa decisão do Supremo, que faz com que o Brasil evolua, dê um passo à frente, e com que, inclusive, a Petrobras cresça. Depois que o monopólio

foi quebrado, a Petrobras só cresceu, como dizíamos na época.

Considero que essa foi uma grande vitória, confirmada pelo Supremo Tribunal Federal. Repito: o resultado foi o de oito votos a dois.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, preliminarmente, agradeço V. Ex^a pela elegância com que tem tratado os Parlamentares, e por prorrogar a sessão para que eu tenha a oportunidade de me referir ao Dia do Bibliotecário, que transcorreu no dia 12 de março último.

Como dedicamos quase toda a sessão de hoje para homenagear Luís Eduardo Magalhães, fiquei na expectativa de poder fazer este pequeno pronunciamento a respeito dos bibliotecários, que são tão importantes.

Começaria dizendo como Monteiro Lobato: "Um país se faz com homens e livros". Sua célebre frase revela a importância destes amigos silenciosos, os livros, para o desenvolvimento nacional. Uma das mais antigas fontes de informação de que se tem notícia, eles representam um volume incomensurável de conhecimento, armazenado nas principais bibliotecas do mundo. Entretanto, esse valioso saber seria de difícil aproveitamento não fosse a existência de profissionais que fizessem a sua catalogação, organizando-o de modo científico.

Refiro-me, aqui, aos bibliotecários, homens e mulheres que, por amor aos livros e ao conhecimento, a eles devotam suas vidas.

A fim de relembrar sua importância para todos nós, ocupo esta tribuna para saudar o Dia do Bibliotecário, transcorrido em 12 de março último, que foi instituído para marcar a data de nascimento do poeta Manoel Bastos Tigres, o decano dos bibliotecários brasileiros.

Engenheiro civil por formação, Bastos Tigres exerceu por 50 anos o seu ofício no Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde se aposentou como Diretor-Geral, tendo atuado também na imprensa carioca como comentarista e humorista. De seu pioneirismo surgiu, naquela cidade, o primeiro curso de biblioteconomia do Brasil, em 1911. Hoje, são cerca de 37 instituições de ensino superior que oferecem o curso no nível de graduação.

Muitos de nós, Sr. Presidente, certamente ainda guardamos na memória a imagem do bibliotecário a desempoeirar livros em uma estante! Mas essa impressão não corresponde mais à realidade. De acordo com o Professor Waldomiro Vergueiro, Chefe do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da

Universidade de São Paulo – USP, “a biblioteconomia talvez seja a profissão que mais tenha se beneficiado das novas mídias”.

E isso é um fato! Afinal, quem poderia duvidar do significado da televisão, do rádio e da Internet, por exemplo, como importantes fontes de informação para a sociedade moderna?

Por esse motivo, chamo a atenção de V. Ex^{as}s para o crescente rol de atividade desses profissionais e sua relevância para as nossas vidas: atualmente, eles não ocupam apenas os espaços das bibliotecas, mas também se dedicam a organizar imagens, arquivos de som e a documentação de diversas instituições, bem como a catalogar registros de pacientes em hospitais. Seu campo de atuação é tão vasto que, ouso dizer, podem ser contratados por qualquer empresa que necessite de informação sistematizada. E qual organização empresarial, nos dias de hoje, poderia prescindir da informação sem comprometer sua lucratividade, ou mesmo, sua própria sobrevivência? Eis um fato de suma importância.

Ao homenagearmos o bibliotecário, não podria, Sr. Presidente, SRA.s e Srs Senadores, deixar de mencionar os relevantes serviços prestados pela Biblioteca do Senado Federal, atualmente denominada Acadêmico Luiz Viana Filho, como órgão essencial ao apoio dos trabalhos legislativos, biblioteca cuja origem remonta à época do Império.

Falando um pouco de sua história, quero aqui ressaltar que, desde sua fundação, ela não viveu apenas dias de tranquilidade e segurança. As conturbações políticas do passado não a deixaram imune aos seus efeitos. Em 1937, por exemplo, com o golpe militar do Estado Novo, o Ministério da Justiça ocupou o Palácio Monroe, e várias obras raras e valiosas desapareceram do acervo da biblioteca.

Mais adiante, com a transferência da Capital Federal para Brasília, inaugurou-se um período de grandes transformações, e, em 1968, pela primeira vez, após 142 anos de existência, uma mulher assumia a direção da Biblioteca do Senado Federal: a bibliotecária Adélia Leite Coelho.

Entretanto, Sr. Presidente, foi na gestão do insigne Senador Petrônio Portella, na presidência desta Casa, que assistimos a uma verdadeira revolução naquele órgão, adotando-se as medidas iniciais para informatizá-lo e criando uma rede que uniria as bibliotecas do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário: Rede Sabi – Subsistema de Administração de Bibliotecas. Essa gigantesca tarefa contou com o pioneirismo e a inestimável contribuição de duas grandes bibliotecárias e ex-diretoras da Biblioteca do Senado Federal: Maria Elisa Nogueira Loddo e Maria Lúcia Vilar de Lemos, às quais presto minhas homenagens neste momento.

Essa modernização foi fundamental para que, em outro momento histórico, durante a Assembléia Nacional Constituinte, nossa Biblioteca pudesse realizar um esforço inédito para atender à demanda de informações dos parlamentares, a fim de que estivessem adequadamente preparados para discutir os altos interesses da Nação. Certamente, SRA.s e Srs. Senadores, alguns dos capítulos de nossa Carta Magna foram redigidos no recinto de nossa Biblioteca!

Mas, se no passado da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho é de glórias e realizações, a certeza de um futuro ainda mais promissor fez com que seus servidores encarassem destemidamente os desafios do porvir: a chegada de um novo século, a rapidez do fluxo de dados, as mudanças políticas, sociais e tecnológicas exigem que as instituições se adaptem a essa realidade.

Nesse sentido, o projeto de democratização de informações do Senado Federal, idealizado pelo Senador José Sarney, em sua primeira gestão à frente desta Casa, e iniciado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, trouxe-nos o desafio da Internet: a partir de 1997, passamos a disponibilizar a *homepage* da Biblioteca à comunidade virtual.

Como desdobramento desse processo, em 14 de fevereiro de 2004, tive a satisfação de participar, na qualidade de Primeiro-Secretário do Senado Federal, sob a administração do Presidente José Sarney, da criação da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI, a qual veio a substituir a antiga rede Sabi, criada em 1972. Naquela data, foi assinado o Protocolo de Intenções de Cooperação Técnica entre as bibliotecas participantes da RVBI, formalizando, definitivamente, o intercâmbio de informações bibliográficas entre os três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

Outra atividade, Sr. Presidente e nobres Senadores, que propiciei em minha gestão à frente da Primeira-Secretaria, e da qual muito me orgulho, foi o Projeto de Restauração de Obras Raras da Biblioteca. Assinamos, em 4 de setembro de 2003, contrato com a Fundação Universidade de Brasília para “restaurar e conservar preventivamente o acervo de 4.000 volumes de obras raras da Biblioteca do Senado Federal, bem como treinar pessoal técnico para procedimento de manutenção”. Durante todo o tempo de restauração dos livros, até meados de 2008, serão investidos cerca de R\$2 milhões.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, que essa era uma reivindicação antiga da grande diretora da Biblioteca, Senhora Simone Bastos Vieira, que hoje continua, para nossa alegria, como Diretora da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

Gostaria de frisar, ainda, que, durante o período em que estive à frente da Primeira-Secretaria, a nossa

Biblioteca expandiu suas atividades e serviços: foram atendidos 98 mil 286 usuários; realizaram-se 136 mil 390 empréstimos e devoluções; foram incorporados ao acervo cerca de 14 mil 948 novos livros; ocorreram 1.295 reuniões em suas dependências, e ali foram realizados 45 lançamentos de livros.

Nada disso teria sido possível sem a incansável dedicação e o inestimável espírito público de todos os servidores da Biblioteca do Senado Federal, em especial, dos bibliotecários, a quem saúdo e manifesto minha sincera gratidão, principalmente à Drª Simone.

Nessas breves palavras que acabo de proferir, procurei fazer uma síntese da importância dos bibliotecários para a conservação e difusão do conhecimento, evidenciando sua relevância para o bom andamento dos trabalhos legislativos.

A todos vocês, bibliotecários, parabéns pelo seu dia!

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de fazer minhas as palavras de Rogério Lima Vianna, bibliotecário da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

Uma biblioteca, para mim, é um ser vivo, sempre em mutação. Não importa o seu tamanho, ela sempre cresce em mistério, em delicioso suspense, dentro de um caos necessário. Porque biblioteca não é só ordem e silêncio. É também caos. E sem caos, não há música, não há leitura, não há movimento, não há vida. Biblioteca é vida.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exª por esta oportunidade e deixo aqui, do fundo da alma, a certeza de que V. Exª continuará a dar à Biblioteca do Senado Federal, uma das melhores do País, todo apoio, inclusive para a realização do concurso, para que se possa nomear novos bibliotecários e fazer frente ao crescimento natural dessa importante área do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª. A Presidência se associa às homenagens prestadas pelo Senador Romeu Tuma.

Os Srs. Senadores Artur Virgílio, João Ribeiro, Valmir Amaral, Antero Paes de Barros, Augusto Botelho, Papaléo Paes, Gerson Camata, Romero Jucá, Flávio Arns, Francisco Pereira e Maguito Vilela enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 combinado com o Inciso I do § 2º do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, o Presidente Lula vestiu a fantasia de Demônio e até se auto-intitulou de Demônio de Garanhuns, no mínimo uma falta de respeito aos pernambucanos.

Foi por aí e disse mais uma de suas gracinhas sem graça:

No ano eleitoral (2006) não haverá farra do boi. Está na hora de o Presidente dar nomes aos bois.

Por enquanto, a julgar pelo que houve na recente eleição municipal, a Nação passa a confiar que essa boiada é toda petista.

A propósito, na edição de domingo último de **O Estado de S. Paulo**, encontro notícia com o seguinte título:

“Governo Lula já contratou 45,5 mil.” É a “farra do boi”

Leio o que diz a chamada da notícia, na primeira página do **Estadão**:

O Governo Lula já contratou 45.580 funcionários civis e elevou em 44% a folha de pessoal em atividade, comparada com o final do Governo FHC, que reduziu o quadro federal em 180 mil, relata Suely Caldas. Passados mais de dois anos, o Governo ainda não explicou as razões das contratações nem por que os investimentos foram tão pífios até agora.”

Aí está. Se alguém tinha dúvida, já não é preciso pesquisar. O dono da farra do boi é o próprio Presidente Lula.

No último dia 12, a coluna da jornalista Suely Caldas publica artigo, que também estou anexando a este pronunciamento, mostrando que, a despeito dos ventos externos favoráveis ao Brasil, cresce a percepção, internamente, de descontrole nas contas públicas.

Sobre o mesmo assunto, o editorial de **O Estado de S. Paulo**, edição de 15 de março, mostrando que os dois anos de governo de Lula foram de aumento de custeio e de nomeações sem concurso, a autêntica farra do boi.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, gostaria também de dizer que há pouco li artigo do jornalista Augusto Nunes, mostrando que o PT é a maior fábrica de empregos do País. Para os petistas, naturalmente.

E mais: está nos jornais, e estou anexando nota do **Estadão**, a respeito do procedimento da então Prefeita de São Paulo, a petista Marta Suplicy. Quem a denuncia é o também petista Ministro Antonio Palocci, da Fazenda.

Segundo informação do Ministro, em ofício enviado ao Senado a ex-prefeita realizou operação de crédito irregular para o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), sem autorização do Ministério da Fazenda.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso 1º e §2º, do Regimento Interno.)

A farra do boi

A "farra do boi", que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu que não se realizará em seu governo eleitoral, na verdade já começou. A explosão de gastos públicos, na montagem de uma máquina que apóie as pretensões eleitorais do partido no governo - a "farra do boi" - pode ser comprovada tanto pelos dados do Boletim Estatístico de Pessoal, uma publicação técnica do Ministério do Planejamento, como pelos números do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siasi), que reproduzem os efetivos dispendiosos públicos.

Em dois anos, como demonstrou a jornalista Suely Caldas na edição de domingo do Estado, usando informações oficiais do Ministério do Planejamento, o governo federal contratou 45.580 novos funcionários civis. As despesas com pessoal cresceram R\$ 23,1 bilhões no governo Lula, podendo chegar a R\$ 28,6 bilhões no final de 2005, segundo os valores previstos no orçamento.

Abre, era dois anos, uma completa reversão da política de pessoal da União. Durante os dois governos do presidente Fernando Henrique, a meta era reduzir o número de funcionários e contemplar as carreiras ditas de Estado com aumentos diferenciados, para criar condições para a melhoria dos serviços prestados pela burocracia federal com um mínimo de impacto fiscal. Agora, contrata-se em massa e os aumentos, embora diferenciados, passaram a ser mais generosos, com os reajustes indo de 6,25% a mais de 110%.

O chefe da Casa Civil, José Dirceu, reconhece que o governo aumentou os gastos com pessoal, mas faz a ressalva: "Éta uma de-

manda da modernização e do crescimento do País e não porque estamos desperdiçando gastos (sic).". Não é bem assim. Como qualquer usuário dos serviços públicos pode perceber, o influxo do funcionalismo e da folha de pagamento não resultou na melhora correspondente do atendimento. Em compensação, pelo menos duas metas do PT foram atingidas, à custa do bolso do contribuinte.

Em primeiro lugar, foram criados ministérios e secretarias, com suas estruturas de apoio administrativo, no âmbito da Presidência da República. Ninguém sabe o

DOIS ANOS DE AUMENTO DE CUSTEIO E DE NOMEAÇÕES SEM CONCURSOS

que fazer, por exemplo, os Ministérios da Pescas e da Mulher, mas também não se desconhece que essas e outras estruturas que passaram a fazer parte do gabinete presidencial deram empregos a filiados e aliados do PT, demotados nas duas últimas eleições. Por conta dessa "modernização", as despesas com a manutenção do gabinete presidencial cresceram 136,7%, entre 2002 e 2004, com um aumento de 46,5% das despesas com pessoal. Onde se gastava, no final do governo Fernando Henrique, R\$ 1,162 bilhão, gastaram-se R\$ 2,573 bilhões em 2004, um aumento médio - custeio e pessoal - de 137,8%.

A outra meta exigida pelo PT foi o do "aparelhamento" da administração pública. Do total de mais de 45 mil novos servidores contratados desde 2002, 38.811 eram concursados. Os demais não

tiveram sua competênciaprovada por concurso público sendo escolhidos por critérios político-partidários. Cargos comissionados, os maiores bens público, foram criados em profusão. Só entre outubro e dezembro do ano passado foram criados 793 desses cargos, geralmente sob medida para acolher aparelhados pendentes as eleições. Se se tivesse apenas de um tipo de critério de emprego, o "aparelhamento" já seria inofensivo. Mas o que o busca com isso - além de viver bem a seus militantes e aliados - é estranhar as burocacias, que devem ser técnicas, liticamente neutras, sem o ideológico que contaminaria futuras administrações.

O aumento de gastos com custeio e pessoal não é, no entanto, o que muitos pensam: descontrolado. Ele obedece uma lógica de perpetuação do PT no poder. O corolário de política, contudo, é fiscal e tributário. Ele virtualmente impõe que o ajuste das contas públicas seja feito por intermédio de corte das despesas correntes. Para atender aos gastos crescentes com o custeio da máquina e aumento da folha de pagamento, o governo eleva a carga tributária, como acaba de fez com a MP 232. E só lhe serve para formar superávits primários, cortar investimentos contra-senso é evidente: o governo que contrata pessoal gasta generosamente com custeio - despeja rigorosamente despesas desnecessárias - e avulta os gastos que melhorem a infra-estrutura de produção e gerariam riquezas e empregos no setor privado.

Marta descumpriu lei fiscal, diz Palocci

~~Em ofício~~ encaminhado ao Senado em ~~dezembro~~, ministro afirma que a então prefeita realizou uma operação de crédito irregular

Ribamar Oliveira

BRASÍLIA - A ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy (PT) descumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal e a resolução 43/2001 do Senado, que fixa limite de endividamento para Estados e municípios, segundo informação do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, em ofício enviado ao Senado. No ofício, Palocci esclarece que a ex-prefeita realizou operação de crédito irregular para o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), sem autorização do Ministério da Fazenda.

O ofício, de número 561, de 27 de dezembro de 2004, foi endereçado ao então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP) e, embora seja uma imposição legal, a informação ficou desconhecida até 16 de fevereiro, quando o ofício foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pela Mesa do Senado.

Esta é a primeira vez que o ministério informa o Senado de que um município fez operação de crédito sem autorização prévia, desde a publicação da resolução 43/2001 e da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Quando detecta uma irregularidade na contratação de uma operação de crédito, Palocci é obrigado a informar o Senado. Agora, o presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), designará um relator para dar um parecer.

O ofício diz que o município fez uma operação de crédito relativa ao Reluz, por meio de contrato com a Eletropaulo em 2 de outubro de 2002. A resolução 19/2003 do Senado estabeleceu que as operações do Reluz são dispensadas de regularização, desde que anteriores a 5 de novembro de 2003 (publicação da resolução).

As operações do Reluz feitas após publicação da resolução 19 estão sujeitas à prévia autorização do ministério. O problema é que São Paulo fez, em 5 de fevereiro de 2004, um aditivo contratual à operação, segundo o ofício de Palocci. "(...) o aditivo contratual celebrado em 5.2.2004 sem prévia autorização deste Ministério da Fazenda foi realizado em desacordo com o artigo 32 da Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43 de 2001", diz Palocci no ofício.

O ministro não informa o valor do empréstimo nem em que condições foi realizado. Ao contrário de todos os outros ofícios encaminhados pelo ministério, este não possui parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). É com base nesse parecer que o relator do processo costuma formar sua opinião sobre o caso.

Consultado ontem pelo Estado, o secretário-adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional, Jorge Khalil Miski, admitiu que a operação "carece de regularização", mas não quis dizer se ela fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele disse que a operação poderá ser regularizada agora, nos termos da resolução 19/2003. Segundo Khalil, bastaria que a Prefeitura pedisse ao ministério que seja dada uma autorização para o crédito contratado em 2004.

Khalil disse que a irregularidade não pode ser enquadrada na Lei 10.028/2000, que prevê punições para crimes contra as finanças públicas. "Esse é o entendimento que nós estamos tendo", afirmou. Segundo ele, outros municípios estão na mesma situação, mas não soube dizer quantos são. "Estamos fazendo a devida verificação", afirmou. Khalil disse que o ministro enviou ofícios à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Município e ao Ministério Público.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores,

DISCURSO DO SENADOR JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) PRONUNCIADO NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, venho a essa Tribuna registrar a reunião que ocorrerá hoje entre o Fórum Nacional da Pecuária de Corte e entidades que representam os pecuaristas no País.

Esta grande reunião, coordenada pelo dinâmico Presidente do Fórum Nacional da Pecuária de Corte, Dr. Antenor Nogueira – sob os cuidados da confederação Nacional da Agricultura, CNA – e da entidades que representam os pecuaristas, tem um duplo significado: Primeiro, registrar com grande alegria e satisfação a grandeza e a força da pecuária brasileira, por meio de suas instituições e da sua capacidade de rápida mobilização, que permitiram concentrar, neste momento, uma parcela considerável da produção brasileira. Não resta dúvida de que é um feito histórico!

O segundo aspecto é a promessa da tão sonhada integração de produtores rurais e das indústrias frigoríficas brasileiras.

Nesse sentido não posso deixar de destacar a atuação da Associação Brasileira de Frigoríficos – ABRAFRIGO.

A Abrafrigo foi criada em 22 de março de 2004 reunindo 11 (onze) Sindicatos Estaduais das Indústrias Frigoríficas de todo o Brasil, além de 11 (onze) frigoríficos de que fazem parte da diretoria.

Hoje ela é brilhantemente presidida pelo meu amigo, e também meu suplente, José João Stival e não poderia deixar de citar, nesse momento, o que aumenta ainda mais o meu respeito por essa instituição que realiza trabalho sério e de grande importância para o setor no País.

A Abrafrigo nasceu de uma necessidade específica, pois não havia até aquele momento uma representação nacional no setor da carne bovina que o credenciasse como interlocutor do Governo para os assuntos do mercado interno e, por que não dizer, também para o mercado externo.

Por outro lado, há muito tempo, uma outra entidade, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne, ABIEC – uma entidade voltada especificamente para promover exportações de carnes – tem lutado para conquistar o mercado mundial e para tornar o Brasil um dos grandes fornecedores da carne bovina no cenário internacional.

Todavia, alguns esforços em busca desta conquista por parte da Abiec nem sempre alcançaram os avanços para o produtor rural e para a grande maioria das indústrias frigoríficas, que absorve cerca de 80% da produção brasileira e que enfrentam juntos enormes desafios a serem superados.

Tanto para uma grande parcela dos produtores rurais quanto para a maioria das indústrias frigoríficas, a contribuição decorrente das exportações dos últimos anos em

pouco colaborou. Isto porque as exportações se concentraram em poucas indústrias frigoríficas, que por sua vez detém quase 90% das exportações brasileiras de carnes bovinas, causando enormes dificuldades e muitas incertezas para a grande maioria que compõe a cadeia produtiva da carne pela falta de perspectivas para o futuro.

Definitivamente, a concentração excessiva de apenas alguns grandes frigoríficos no mercado interno e externo não é desejável para o País e nem mesmo para os demais segmentos de produção da carne. O que tem sido bom para o Brasil na geração de divisas, infelizmente não tem sido assim para os produtores rurais e também para a maioria das indústrias frigoríficas.

Por isso, ressalto o meu apoio a Abrafrigo que tem a plena consciência de seu papel, no sentido definir os rumos da política nacional de desenvolvimento nesse setor. Seu trabalho concentra-se em não permitir que interesses de poucos venham sobrepor aos da maioria.

Essa associação atua no sentido de não fazer conchavos ou reservas de mercado. Ela permeia sua atuação na lei da oferta e da procura, onde cada um busca sobreviver pelo seu trabalho e pela sua capacidade de gestão.

Entretanto, na prática as coisas não tem sido tratadas assim, pois, tanto para o mercado externo como para o mercado interno, os poucos tem ditado as regras. Só para exemplificar: apenas poucas grandes redes de supermercados concentram quase 70% do mercado de carne bovina no varejo no Brasil.

Portanto, a própria atividade da Abrafrigo sugere para que todos os setores envolvidos na produção rural, os frigoríficos e as redes de supermercados abram suas planilhas de custo e de margem, a fim de que seja conduzida uma forma mais clara e justa de estabelecer as regras do mercado, para que todos possam ter as mesmas oportunidades e as mesmas oportunidades e as mesmas condições de comercialização de seus produtos.

Estes são os objetivos da Abrafrigo e foi exatamente por estas razões que ela foi criada pelos Sindicatos Estaduais das Indústrias Frigoríficas de todo o Brasil. A Abrafrigo tem lutado arduamente em prol da democratização das oportunidades de exportação por tentar buscar para os seus associados o acesso ao mercado externo sem parcialidade.

Entendo que, com essa linha de atuação, mais indústrias frigoríficas terão condições de participar nas exportações brasileiras e consequentemente poderão beneficiar os produtores rurais.

Convoco portanto todos os produtores rurais brasileiros e todas as suas entidades representativas para um amplo e profundo diagnóstico sobre a produção carne bovina. Somente encontradas soluções para atuais problemas que emperram o crescimento e o desenvolvimento do progresso e da prosperidade.

Muito obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores,

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Ao comemorarmos, no dia 12 de março, o Dia do Bibliotecário, veio em minha mente o belíssimo conto de Jorge Luís Borges denominado a “Biblioteca de Babel”. Com o talento que o consagrou como o maior escritor argentino de todos os tempos, Borges faz de sua biblioteca uma metáfora para as infinitas possibilidades da especulação e do conhecimento humanos.

Pode-se dizer que, na visão borgeana, não nos resta outra possibilidade senão a de conhecermos – cada vez mais e melhor – a nós mesmos e ao mundo a nosso redor. A biblioteca é o espaço que simboliza, por excelência, a necessidade, que tem o gênero humano, de armazenar e de catalogar suas experiências, sejam elas bem-sucedidas ou fracassadas. É nesse quadro que atua o profissional de biblioteconomia. São os bibliotecários os responsáveis por separar, catalogar e organizar o cabedal de conhecimento que servirá de ferramenta aos que na biblioteca buscarem refúgio. Por outras palavras, são os bibliotecários que colocam a ordem na desordem.

Em uma época em que muitos denominam como a “era do conhecimento”, a biblioteconomia é uma profissão cada vez mais importante em nossos dias. Afinal, Senhor Presidente, informação não nos falta; muitas vezes, inclusive, a temos em excesso. O que nos falta, com maior freqüência, é a capacidade de separar o joio do trigo, de distinguir o que é relevante do que pode ser desprezado em determinado contexto.

Nesse sentido, bibliotecários competentes têm a possibilidade de fazer de seu local de trabalho uma referência para os usuários e para toda a comunidade, fazendo da biblioteca um espaço de formação de cidadãos e profissionais.

Infelizmente, não podemos negar que, na prática, a teoria é bastante diferente. No senso escolar do ano 2000, por exemplo, verificou-se que apenas 25% das escolas brasileiras contavam com bibliotecas. Entre aquelas que possuem biblioteca, não são poucas as que sofrem com falta de verba, com acervo desatualizado, com obras em mau estado de conservação.

Temos de lutar, Senhoras e Senhores Senadores, para fazer de nossa realidade justamente o oposto disso. Para um País que busca o desenvolvimento econômico e social pleno, como é o caso do Brasil, poder contar com cidadãos bem instruídos é essencial. Sob essa ética a biblioteca tem de ser o coração da escola, o centro catalisador de interesses, de cérebros, de processamento crítico da informação.

O aprimoramento da sociedade – e de nós mesmos – só acontece mediante o diálogo e a troca de experiências. O conhecimento que se adquire pela leitura é manancial inesgotável para o aperfeiçoamento tanto individual quanto coletivo.

Não é por outra razão que o ex-presidente dos Estados Unidos James Madison afirmou, nos idos de 1822, que “um povo que se pretende governar a si mesmo deverá se armar com o poder que só o conhecimento oferece”.

A dinâmica da vida contemporânea, cuja complexidade se vê refletida, por exemplo, nos debates desta Casa, exige de nós, mandatários do povo, a um só tempo legisladores e fiscais do interesse público, credibilidade e eficácia na tomada de decisões. Sem uma biblioteca bem equipada, com profissionais bem treinados, isso seria impossível.

Nesse sentido, afirmou com muita propriedade a pesquisadora norte-americana Mary Bryant que “a importância de um parlamento bem informado para o bom funcionamento de um governo democrático não é novidade. Novos são o alcance e a complexidade das matérias com as quais o legislador deve lidar e a urgência e quantidade de informações disponíveis e solicitadas. A medida que esta evolução da complexidade das informações progride, serviços de informações parlamentares capazes e sólidos tornam-se cada vez mais importantes”.

Felizmente, sabemos que podemos contar com os excelentes serviços da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, aqui, no Senado Federal. Nossa biblioteca é referência nacional, pela qualidade do acervo, pela presteza e dedicação de seus funcionários, pela preocupação por parte da direção da Casa em mantê-la sempre atualizada. Tão importante quanto adquirir maior número de obras é saber armazenar e manter o que já temos. É louvável, pois, que a Biblioteca do Senado tenha celebrado convênio com a Fundação Universidade de Brasília, no intuito de melhor preservar cerca de 4 mil itens raros que fazem parte de nosso acervo. Conhecermos e valorizarmos documentos que retratam a história brasileira e nosso patrimônio cultural é o primeiro passo rumo à construção de um futuro em bases sólidas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

É por meio do reconhecimento do trabalho dos bibliotecários do Senado Federal que rendo minhas homenagens a todos as bibliotecárias e bibliotecários brasileiros. Estou convencido de que priorizar a educação, tarefa ingente neste País, passa – necessariamente pelo reconhecimento e valorização da biblioteca e de seus profissionais especializados.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente
Muito obrigado. – **Valmir Amaral.**

Senhores Senadores,

Requeiro a transcrição da matéria “Lei 9.099: uma lei que está matando as mulheres” do Jornal **Vida Mulher** – Ano 3 – número 4 – março de 2005 – págs. 6 e 7, no Diário do Senado Federal, para que conste dos Anais. – **Valmir Amaral.**

Lei 9.099/95: uma lei que está matando as mulheres

Aprovada em setembro de 1995 como forma de agilizar o cumprimento das penas alternativas, a lei n.º 9.099 prejudicou milhares de mulheres vítimas da violência doméstica

Por Oloarcos Ferreira

Todos os dias pelo menos quinze mulheres procuram a Delegacia de Defesa da Mulher de Goiânia para denunciar os companheiros. Elas alegam que foram espancadas, estupradas e principalmente ameaçadas de morte. Foi o que fez a gari Joselina Afonso Gomes, de 35 anos, que viu a vida dela se transformar num inferno depois que decidiu se separar do marido, o aposentado Sebastião Moreira, de 40 anos. Cansada de tanto sofrimento ela decidiu por fim nos quase dezesseis anos de espancamentos, torturas humilhantes e, no dia 21 de junho do ano passado registrou queixa na polícia contra o ex-marido que havia tentado matá-la.

Sebastião foi chamado na presença do juiz, mas ignorou o convite e nada aconteceu com ele. Um mês depois Joselina Gomes voltou a pedir

ajuda na Delegacia de Defesa da Mulher, onde foi registrada uma nova ocorrência contra Sebastião Machado. Só que a confiança de Joselina na justiça acabou custando a vida dela. Minutos depois de sair da delegacia a gari foi abordada pelo ex-marido nas proximidades do Lago da Rosas, onde foi morta com vários golpes de faca no pescoco. Os policiais chegaram a sair para procurar o marido de Joselina, mas já era tarde demais: ela havia sido degolada. "Angústia daquela mulher ainda parecia presente entre nós, e, mas ainda na delegada que atendeu aquela pobre mulher", disse a delegada Glideci Marinho, que não conteve as lágrimas quando soube do crime.

Joselina é uma das milhares de vítimas da impunidade, provocada pela lei nº 9.099, aprovada em setembro de 1995, como forma de a-

gilizar o cumprimento das penas alternativas. Só que o que seria uma alternativa acabou prejudicando as mulheres vítimas da violência doméstica. Pela lei os crimes que são punidos com penas de até 1 ano de reclusão, como ameaça, danos morais, maus-tratos e lesão corporal, devem ser registrados nas delegacias através de TCO's - Termo Circunstanciado de Ocorrência e encaminhado para os juizados especiais. As penas são convertidas em prestação de serviços à comunidade ou a apenas doação de cesta básica para entidades assistenciais.

Com isso os agressores, protegidos por essa lei, não podem ser presos e muito menos algemados pela polícia: um absurdo, segundo a presidente do Cevam, jornalista Consuelo Nasser. Foi por

causa dessa lei que a dona de casa Andréa Fernandes Rodrigues, de 23 anos, virou pivô de uma tragédia que resultou na morte do ex-assistente técnico da polícia Civil, Ademilton Ferreira de Souza, de 44 anos; e do tio dela, o pedreiro Adelson Rodrigues Pacheco, de 37 anos. A confusão aconteceu na casa de Adelson, no Jardim Pianalto

Consuelo Nasser, fundadora do Cevam, dizia "é um abuso as vítimas ficarem escondidas enquanto os agressores continuam em liberdade"

em Goiânia, para onde Andréa fugiu para não ser morta pelo ex-companheiro.

Depois de 4 anos convivendo com ameaças e espancamentos, Andréa decidiu denunciar Ademilton, que era bate-pau da polícia (pessoa que age como se fosse policial). "Várias ocorrências foram registradas em várias delegacias, mas ninguém não fez nada", disse um familiar de Andréa, que foi ferido a tiros pelo ex-companheiro. Inconformado com o rompimento do relacionamento Ademilton sacou de uma pistola 380 e deu dois tiros em Andréa. Ao ouvir os tiros o tio dela, Adelson, pegou um revólver e deu um tiro em Ademilton, que revidou com um disparo na cabeça de Adelson, que morreu na hora.

Apesar de ferida Andréa conseguiu pegar a arma de Ademilton, descarregando-a no ex-companheiro, que morreu logo em seguida. Gildeci Marinho disse que Andréa já havia denunciado o ex-marido várias vezes, sendo a última denúncia dois dias antes da tragédia. "O maior problema é que a lei 9.099/95 impede que os agressores sejam presos, desde que

compareçam às audiências no Juizado Especial", afirma Gildeci Marinho, lembrando a semelhança entre as histórias de Joselina e Andréa.

Nos dois casos, mesmo se quisessem, os policiais não poderiam evitar os crimes, já que se prendessem os agressores não tinham como mantê-los presos. "Sebastião seria detido, mas não podia ficar preso. Mesmo se ele tivesse sido localizado eu creio que a morte da Joselina seria apenas adiada", disse à época a Delegada Maria Elnora, que atendeu Joselina, minutos antes dela ser assassinada. Sebastião, o homem que matou a gari com golpes de faca, foi mais um criminoso protegido pela lei nº 9.099/95.

Para a delegada Gildeci Marinho essa lei é um atraso na vida das mulheres. "Elas contribui para a reincidência. O cidadão só teme quando lhe tiram o direito de ir e vir colocando-o numa cela. Se ele tivesse a certeza da punição, não voltaria a praticar atos violentos contra a mulher", afirma a delegada.

Sua mensagem foi seu trabalho

Por: Ray Braga

Através das palavras de Consuelo Nasser, "cada mulher considero minha irmã e cada criança meu filho", vejo um sentimento claro e tão verdadeiro de alguém que pode mudar o "clima".

Ela conseguiu entrar no ambiente desconhecido reconhecendo valores esquecidos pela sociedade e teve a grandeza da sabedoria divina de promover idéias para reverter a dor alheia em refúgio e amparo. Devolveu a cada ser humano o respeito por si mesmo, para que pudessem criar e recriar novos caminhos na estrada da vida, sendo donos de seus direitos.

Consuelo Nasser não ficou na sala de espera; viu o mundo como realmente é. Não viu as causas carentes da desigualdade feminina através de uma cortina de fumaça.

A magia de seus sentimentos nobres fez com que ela pudesse remover cada mancha do sofrimento da desigualdade social indo ao encontro das várias aflições dos desconhecidos, dando prioridade às mulheres e às crianças. Sua sede de justiça era insaciável.

O amor não é o sentimento mais fácil de ser dedicado a quem não conhecemos; o único sentimento que podemos trazer é aquele que não podemos deixar pra trás, "dignidade".

Consuelo Nasser nunca dirá a deus, sua generosidade e heroísmo de amor pelo próximo a fazem imortal. Escreveu para Deus em forma de atitudes pedindo paz na terra. Soltou as palavras presas em sua garganta ao criar condições de igualdade e justiça.

Tudo que ela criou,

Tudo que ela fez,

Tudo que ela amou, é a materialização de sua ideologia de vida, refletida em uma mulher de bondade e coragem que não fez seu tempo vazio: dedicou sua vida em uma forma divina de total concretização humana na criação do CEVAM, "Centro de Valorização da Mulher", que se tornou um marco na sociedade goiana.

Sua mensagem e seu trabalho continuam representados por sua sucessora, Dolly Soares.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA. s e Srs. Senadores, venho neste momento à tribuna para comentar assunto de extrema tristeza para o povo indígena e, sobretudo, para todos nós brasileiros. Sr. Presidente, crianças indígenas estão morrendo pela desnutrição e o Governo do Presidente Lula fica a comemorar o lucro dos grandes bancos. Um total descaso com a vida humana.

A crise do macho

A cada dez minutos uma mulher é vítima de violência na Grande Goiânia, só que o Cevam estima que apenas quarenta por cento delas tem coragem de procurar uma delegacia de polícia para denunciar os agressores. As mulheres têm medo da reação dos companheiros.

Apesar de menos da metade dos casos de agressões chegarem ao conhecimento das autoridades, a Delegacia de Defesa da Mulher da Capital registra, em média, seiscentas ocorrências por mês. Isso significa que a cada meia hora uma mulher pede ajuda na delegacia, que foi criada em 1.985, depois de muita pressão do Centro de Valorização da Mulher.

Em Goiânia, o índice de violência contra a mulher é de quase 50% superior à média mundial, que segundo a Organização das Nações Unidas, é de 33%. Foram quase sete mil ocorrências registradas na Delegacia de Defesa da Mulher no ano passado, a maioria por lesões corporais e ameaças.

Tanta violência, segundo a presidente do Cevam, jornalista Consuelo Nasser, demonstra o medo que os homens estão sentindo da mulher moderna, que sai para trabalhar, muitas vezes ganham mais que os maridos e nem de longe lembram aquelas mulheres que eles conviveram. Ou seja, as mães, irmãs, tias e avós desses homens que eram submissas e obrigadas a ficar em casa e disponível para os companheiros. "Estamos vivendo um momento de transição entre esse período de submissão para uma completa mudança de comportamento", lembra Consuelo Nasser.

É sobre esse assunto, Sr. Presidente, que tive oportunidade de escrever artigo no jornal **Diário de Cuiabá**, sob o título "O PIB e as crianças indígenas", em 06 de março de 2005. Por ser oportuno, peço que fique registrado nos anais dessa casa.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para destacar a atuação do PSDB à frente da prefeitura de Cuiabá. Faço aqui um paralelo entre Wilson Santos, atual gestor da minha cidade Cuiabá, e o ex-prefeito. A vontade política que Roberto França nunca teve, so-

bretudo, com os servidores municipais; e que o prefeito Wilson Santos demonstra ter. Em sessenta dias no cargo, Wilson deu uma aula prática de vontade política, quando colocou os salários do funcionalismo em dia.

Esse foi o tema de artigo que tratei na mídia mato-grossense, sob o título "Vontade Política", publicado no jornal **A Gazeta**, em 4 de março de 2005. Peço, também, que esse material faça parte desse

pronunciamento, sendo incluído nos anais do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso 1º e §2º, do Regimento Interno.)

DIARIO DE CUIABA CAPA
Segunda Feira, 07 de Março de 2005

ANTERO PAES DE BARROS

Artigos

Edição nº 11159 06/03/2005

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

O PIB e as crianças indígenas

O Governo divulgou, como grande feito da administração petista, o crescimento de 5,25% da economia brasileira em 2004, segundo dados do IBGE.

Essa é a maior expansão desde 1994, ano do início do Plano Real, quando o PIB (Produto Interno Bruto) acumulou alta de 5,9%, trazendo reflexos positivos na vida das empresas.

Os grandes bancos tiveram lucratividade recorde. O lucro do Bradesco e do Itaú passou dos três bilhões de reais. No setor industrial, a performance foi notável. O grupo Gerdau encheu de alegria seus acionistas. A Vale do Rio Doce, por conta de seus excelentes resultados, viu seu valor de mercado alcançar a casa dos 100 bilhões de reais.

O mercado financeiro está em festa com esses números da economia brasileira. O governo Lula faz a alegria do grande capital. É festa no andar de cima.

Enquanto isso, no andar de baixo, a coisa está ruim. Ou péssima.

Foi enterrada esta semana, em Campinápolis, a quinta criança xavante que morreu por desnutrição. Em Dourados, no vizinho estado de Mato Grosso do Sul, já morreram outras cinco crianças indígenas, das tribos guarani e caiuá, também por causa da desnutrição.

A imprensa destaca, já são dez crianças mortas nas aldeias do Centro-Oeste. É também um recorde, como o aumento do PIB. Mas o governo não divulga, nem toca no assunto. Finge não ver.

Cadê o programa Fome Zero, a prioridade nº 1 do governo do PT? Por que o Ministério da Saúde, a Funai e o Ministério do Desenvolvimento Social não tomam nenhuma providência a respeito? Por que o Fome Zero não chega aos índios? Aliás, a quem atende o Fome Zero, além da mídia?

Nem o Duda Mendonça foi chamado para armar uma estratégia de marketing com os índios para o programa Bolsa Escola ou para o Fome Zero.

O governo Lula revela total insensibilidade com a questão social. O PT, que sempre criticou os governos anteriores pelos baixos investimentos na área social, está fazendo pior. Os mesmos petistas que ontem criticavam a responsabilidade fiscal e a abertura da economia brasileira, agora se orgulham do superávit primário que garante notas altas da banca examinadora do FMI. Sobre as crianças indígenas, o PT não diz nada.

Quando assumiu, Lula prometia dobrar o salário mínimo e criar um país em que nenhuma criança iria dormir sem um prato de comida. Chegou à metade do mandato e não resgatou as promessas de campanha.

É claro que nenhum governo pode resolver todos os problemas do país e nem agradar a todos os setores. Governar é fazer escolhas e estabelecer prioridades.

Lula e o PT fizeram sua escolha pelo grande capital. Problemas dos trabalhadores, dos pobres e das crianças, principalmente as crianças indígenas, podem esperar.

Errata: Na semana passada, por problema de correção do meu computador, parte do texto da coluna saiu prejudicado. Restabeleço o meu pensamento e a verdade. "Ao dizer no Espírito Santo que mandou um alto companheiro

calar a boca e não revelar a corrupção que teria ocorrido, o presidente Lula deu um péssimo exemplo de deseducação política. Desde Moisés, Deus mandou gravar nas tábuas da Lei o sétimo mandamento: Não roubar. Ao informar que não mandou apurar, o presidente Lula deseduca. Fica mal com Deus. Se não apura o que os adversários fizeram, imaginem a ação contra os companheiros. Ou seja, o presidente permite o entendimento de que liberou geral."

* ANTERO PAES DE BARROS é jornalista, radialista e senador pelo PSDB de Mato Grosso



[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Comentários Deixe aqui sua opinião sobre esse assunto

Vontade política

Antero Paes de Barros

Durante a campanha eleitoral, o então candidato Wilson Santos atribuiu a um modelo antigo de gestão os problemas vividos pela Prefeitura de Cuiabá e à falta de vontade política o atraso de salários. Exibiu números consistentes, mas sempre foi contestado. Está provado que tinha razão. Bastaram apenas 60 dias de governo austero, para restar demonstrado que os argumentos de França nunca foram consistentes e Cuiabá não tinha um gerente. Os salários em 60 dias com Wilson Santos ficaram em dia, enquanto Roberto França alegava que oito anos não haviam sido suficientes.

Quem acompanhou a transmissão de cargo percebeu que o ex-prefeito insistiu com esses argumentos. Chegou até a reclamar que o ano só tinha 12 meses e ele tinha que pagar 13 salários. Por pouco, não antecipa a reforma trabalhista de Lula e propõe a extinção do 13º. Foi um discurso que tropeçou na verdade, a ponto de esconder que quando ele, França, disputou a reeleição, o fez com os salários em dia. O Estado após a venda da Cemar ajudou a prefeitura a pagar. Mas como a lembrança popular não consegue buscar muito atrás, aproveitou da memória curta para dizer que não atualizou os salários, porque era impossível. Hoje, vivendo na mesma cidade que Wilson Santos, deve estar arrependido. Sem dúvida é o primeiro a perceber que mentira tem perna curta.

O ruim para o França nessa história toda é que a sua popularidade tem origem na defesa que fazia, enquanto parlamentar, dos funcionários públicos. Os barnabés sempre o elegeram como "a voz que não se cala". Foi dele a emenda constitucional que obrigava o Estado a pagar juros e correção monetária quando atrasasse os salários. No parlamento exigia que os outros cumprissem. No Executivo sempre torceu para que os servidores não mais se lembressem dessas promessas. Do França defensor dos funcionários, após apenas 60 dias de Wilson Santos não restou mais nada. Estive na semana passada na Prefeitura para abraçar Wilson e dizer-lhe do orgulho tucano pelo início de gestão. Ouvi de muitos funcionários comentários indignados, buscando entender o porquê França teria feito isso com eles.

Na conversa que mantive com o prefeito Wilson deixei claro que não precisava criticar a gestão anterior. O pagamento dos salários com 60 dias de gestão era autodidático, auto-explicativo. Durante a campanha eleitoral não foram poucos os que advertiram Wilson para que tomasse cuidado com a promessa feita de que em 90 dias os salários estariam atualizados. Wilson errou. Era muito tempo. Sessenta dias foram suficientes para demonstrar que foram longos os oito anos de mentiras ao servidor.

Esta foi a melhor aula prática sobre vontade política. Quando se quer, quando se prioriza, o resultado é alcançado. Wilson quis. França não. Só isso.

Antero Paes de Barros é jornalista, radialista e senador pelo PSDB/MT. E-mail: anteropb@uol.com.br

[Envie por e-mail](#)[Imprima a Notícia](#)[« Anterior](#)[Próxima »](#)**VEJA AINDA NESTE CADERNO:**

- Turismo sexual na mira 
- Olho neles
- Aposentados: proposta indecente
- Bilhetagem eletrônica
- Frases
- Planejamento e gestão democrática
- Karl Marx, atualizado como nunca

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e srs. Senadores, muito mais do que as injunções políticas, as disputas partidárias ou as oscilações da economia, o uso indiscriminado das medidas provisórias, como faz o chefe do Poder Executivo – e como, antes dele, também o fizeram seus antecessores naquele cargo –, vem prejudicando a tão sonhada governabilidade, além de usurpar as funções do Congresso Nacional e de comprometer a independência dos Poderes.

A fúria legiferante do Poder Executivo é de tal ordem que no ano passado, dos 523 projetos aprovados pelo Congresso Nacional, apenas 17 deles, ou seja, 6,7% do total, tiveram como autores os Deputados Federais ou Senadores da República. Essa distorção não se explica por incapacidade ou desídia dos parlamentares, senão pela absoluta impossibilidade de elaborar as normas legais e, ao mesmo tempo, examinar e votar a avalanche de Medidas Provisórias que abarrotam a pauta das Casas Legislativas.

Sr. Presidente, com a promulgação da PEC nº 32, em 2001, julgava-se que o Parlamento brasileiro teria algum alento para retomar suas atividades e reassumir suas prerrogativas, mas o curto tempo decorrido desde então foi suficiente para sepultar as mais modestas expectativas.

Ao inserirem esse instrumento na Carta de 1988, pretendiam os constituintes preservar a prerrogativa de o Poder Executivo legislar em caráter excepcional. O uso das Medidas Provisórias, tal como então se imaginava, não usurparia a autoridade do Parlamento nem viria a ferir o princípio da separação dos Poderes preconizado por diversos teóricos e sistematizado por Montesquieu.

Com efeito, a teoria da tripartição dos Poderes propunha uma divisão de tarefas que contemplava a criação de normas para a vida em sociedade, a administração da comunidade consoante o atendimento dessas normas e a resolução de eventuais conflitos na interpretação ou no cumprimento desses princípios.

Com essa tripartição, pretendia-se impor limites à atuação de cada esfera do poder, evitando-se eventuais abusos, de forma a manter a eqüidade e a preservar as instituições. Em última análise, não existem, no Estado Democrático de Direito, três Poderes distintos, senão três esferas de poder que se complementam e que, sendo autônomas no exercício de suas competências, ao mesmo tempo dependem umas das outras.

No Brasil, o fortalecimento do Poder Executivo em detrimento dos demais Poderes tem uma longa história que remonta à dissolução da Assembléia Constituinte por Dom Pedro I e que passa pela Constituição de 37 e

a instauração do Estado Novo, e pelos Atos Institucionais do regime militar, entre outras exorbitâncias.

Com a redemocratização do País, os constituintes de 87/88 devolveram ao Poder Legislativo suas legítimas prerrogativas, embora reservando ao Poder Executivo a faculdade de legislar excepcionalmente, em casos de relevância e urgência, conforme disposto no art. 62 da Carta Magna.

Sob a égide da redemocratização e em meio a discussões sobre o melhor sistema de governo para o País, os constituintes introduziram na nova Carta o instrumento da Medida Provisória, importado ao parlamentarismo italiano. Esta não se confundia com o decreto-lei, que teve origem na Constituição de 1937 e que, anos mais tarde, no governo militar, seria introduzido na Constituição então vigente, de 1946, pelo Ato Institucional nº 2, de 1965, e mantido ainda na Constituição de 1967.

Diferentemente do decreto-lei, que se convertia em lei se não fosse apreciado no decurso de 60 dias, a Medida Provisória pode ser definida como um projeto de lei com força de lei e vigência imediata, mas que, não sendo apreciada em tempo hábil, perde sua eficácia. Esse instrumento, portanto, representava uma categoria normativa até então inédita em nosso País. Embora não tivesse o viés autoritário do decreto-lei, é importante ressaltar que este último mecanismo, conquanto servisse aos governos autoritários, só se aplicava a questões de segurança nacional e finanças públicas, e, mais tarde, também à criação de cargos públicos e à fixação dos vencimentos.

O que se observa, portanto, é que, tendo embora uma inspiração nitidamente democrática, ao contrário do decreto-lei, a Medida Provisória passou a ser empregada de forma distorcida. Por não se terem estabelecido limites ao Poder Executivo quanto à matéria sobre a qual este instrumento pode dispor, desde sua instituição ele vem sendo utilizado de forma abusiva por aquele Poder, que tem ignorado até mesmo os requisitos constitucionais de urgência e relevância.

A partir do momento em que foi instituída, a Medida Provisória tem sido empregada de forma indiscriminada por sucessivos governos. Em artigo sobre esse tema, o professor de Direito Constitucional Fernando Machado Lima lembrava que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando Senador da República, criticava severamente o então Presidente Fernando Collor pelo abuso na edição de Medidas Provisórias: “Ou o Congresso põe ponto final no reiterado desrespeito a si próprio e à Constituição, ou então é melhor reconhecer que no País só existe um Poder de verdade, o do Presidente. E daí por diante, esqueçamos também de falar em democracia”, dizia Fernando Henrique.

Alguns anos mais tarde, o então Senador se tornaria vidraça, ao editar, em seu Governo, a média mensal de 3,24 Medidas Provisórias no período anterior a outubro de 2001; e de 6,8 MPs mensais no período posterior a outubro de 2001, quando entraram em vigor as novas regras, que deveriam reduzir a freqüência de utilização desse mecanismo.

A fúria legiferante do Poder Executivo era de tal monta que as discussões sobre as mais diversas matérias se restringiam às lideranças partidárias, e os parlamentares se sentiam marginalizados no processo legislativo. O próprio Presidente Lula, quando Deputado Federal, alguns anos antes, já se mostrara desiludido com o processo legislativo, segundo relata o jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 9 de fevereiro último.

Eis que Lula chega ao Planalto, e o que ocorre? Passa a governar com base nas Medidas Provisórias, para decepção, entre outros, do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato. Citado na revista *Consultor Jurídico*, ele lembra o compromisso do hoje Presidente e então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, assumido na sede daquela entidade, de que evitaria o uso de Medidas Provisórias em seu governo.

O abuso na edição das medidas provisórias tem suscitado veementes protestos e manifesta insatisfação. A Emenda Constitucional nº 32, de 2001, que se julgava um mecanismo eficaz para reduzir as MPs, não surtiu, como vimos, os efeitos desejados. A situação, a continuar se agravando, como parece, pode levar a uma situação de efetiva ingovernabilidade. No âmbito do Parlamento, o predomínio absoluto das matérias encaminhadas pelo Executivo tem gerado uma situação de grave descontentamento, conforme afirma o jornal **Correio Braziliense**, já citado:

“A cada ano, aumenta o poder do Executivo sobre o Legislativo. A pauta de votações é praticamente toda definida pelo governo. Não são raros os deputados que vêm passar o mandato inteiro sem assistir à aprovação de um projeto que tenha apresentado. A prioridade dada às propostas emanadas do Executivo traduz-se no número de Medidas Provisórias que, em diversas ocasiões, trancou a pauta de votações da Câmara e do Senado, jogando para segundo plano a apreciação de matérias de interesse direto dos parlamentares”.

O periódico cita um ex-parlamentar, Evilásio Farias, que após atuar na Câmara por dez anos, tendo conseguido aprovar um único projeto de lei, trocou a atividade legislativa pela Prefeitura de seu Município, Taboão da Serra. “A percepção dessas limitações impostas ao Congresso – destaca o periódico – vem

fomentando uma crise de identidade entre os parlamentares”.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, não é por outro motivo que uma comissão mista vem apreciando as medidas que podem ser tomadas para coibir o abuso na edição das MPs; não é por outro motivo, também, que tramitam nesta Casa e na Câmara dos Deputados numerosas Propostas de Emenda Constitucional que alteram – mais uma vez – as regras das Medidas Provisórias ou mesmo suprimem esse mecanismo. O estrangulamento da atividade legislativa não se define apenas pelo sentimento pessoal de frustração dos parlamentares, mas pode ser facilmente medida. Em 80% das sessões deliberativas da Câmara dos Deputados e em 56% das sessões desta Casa, no ano passado, as pautas estiveram trancadas por medidas provisórias que não haviam sido votadas em tempo hábil.

Tal como os políticos, os juristas têm se manifestado, de forma veemente, contra o abuso das MPs. Para o constitucionalista Sacha Calmon, “a interpretação histórica e teleológica da Constituição prima em mostrar a excepcionalidade da medida, e não sua vulgarização”.

Sr. Presidente, essa vulgarização ocorre principalmente porque o chefe do Governo não vem atentando para os requisitos de urgência e relevância estabelecidos na Carta Magna. Comentando esse comportamento, o Dr. José Anselmo de Oliveira, professor da Universidade Tiradentes e Juiz da 3ª Vara Criminal de Aracaju, foi categórico: “A edição de MP somente para implementar políticas de governo é antidemocrática, ditatorial e causa insegurança jurídica com prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação. (...) A falta de um dos requisitos torna a Medida Provisória inválida e ilegítima, passando a ser instrumento de arbítrio e de força contrária à democracia e ao Estado de direito”.

Diz ainda: “Analisando as centenas de Medidas já editadas, não encontramos os requisitos exigidos na maioria delas, pois a gama de temas que foram alcançados por esse meio de legislar supreendentemente não passava de situações normais, onde o processo legislativo atenderia satisfatoriamente. (...) De tudo se tratou. Medidas econômicas, impostos, direito processual, direito material, trem da alegria, direito administrativo, enfim, uma verdadeira panacéia para atender os fins do governo, nem sempre claros e nem sempre de interesse do povo brasileiro”.

É preciso ressaltar que essa pretendida facilidade de governar por meio de MPs, ao longo do tempo, pode prejudicar até mesmo o próprio Executivo, como explica o presidente nacional da OAB, Roberto Busato. “O Governo lança – exemplifica Busato – um projeto

de lei a respeito de um assunto de seu interesse, que passa a tramitar no Congresso Nacional. No entanto, esse mesmo Governo entra com uma Medida Provisória em assunto não relevante e seu projeto de lei, que estava tramitando, acaba ficando retido devido à edição de MPs que o próprio Governo apresentou". "Isso mostra claramente o cipoal que o Governo monta contra si próprio", conclui.

É importante lembrar que o próprio Presidente Lula já reconheceu que tem exagerado na edição de medidas provisórias. A alguns meios de comunicação, ponderou que "a demora nas votações obriga o Poder Executivo a utilizar esse tipo de instrumento para que não haja uma paralisação nas atividades do Governo". O que ele não esclareceu foi o círculo vicioso que se cria com esse comportamento, por quanto as MPs têm sido utilizadas indistintamente para trazer à apreciação do Parlamento todo e qualquer tipo de matéria. Além disso, o Poder Executivo tem outros meios para acelerar as votações nos assuntos que requeiram maior celeridade, pois a Constituição Federal prevê, em seu art. 64, parágrafo 1º, que "o Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa".

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, ao concluir essas considerações quero encarecer a necessidade de nos empenharmos na busca de uma medida urgente e eficaz para reduzir a verdadeira avalanche que hoje ocorre, na edição das Medidas Provisórias; e apelar ao chefe do Poder Executivo para que, ele próprio, lance mão de outros instrumentos, como o pedido de urgência, quando a matéria encaminhada à apreciação do Congresso Nacional assim o requerer.

Finalmente, quero reafirmar minha convicção de que o uso parcimonioso das Medidas Provisórias não apenas devolve ao Parlamento suas legítimas prerrogativas, mas também restabelece o respeito e o equilíbrio entre os Poderes e contribui para o aprimoramento do Estado Democrático de Direito.

Muito obrigado!

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, a cada dia, 820 pessoas morrem, no Brasil, em decorrência de doenças cardiovasculares. Essas doenças – da qual a mais comum é o infarto – são responsáveis por 38% das mortes de homens e 29% das mortes de mulheres em nosso País.

Dos mortos, a maioria se acha na meia-idade, dispondo, ainda, de muitos anos de vida produtiva. Sua morte, além de lançar em dificuldade suas famílias, roubando um pai, mãe ou cônjuge de seus entes queridos, também acarreta uma grande despesa para o País, antecipando em muitos anos o pagamento de

pensões e privando o País de profissionais que atingiram o ápice de sua competência e produtividade.

A mais preocupante informação acerca dos problemas cardíacos e coronarianos é a de que, mais e mais, grupos que anteriormente eram considerados de menor risco passam a representar percentuais significativos das vítimas desses problemas.

Notavelmente as mulheres e as pessoas pertencentes às classes mais baixas vêm apresentando grande presença nas estatísticas sobre as doenças do coração e vasos sanguíneos. A feminização e pauperização dessas enfermidades são tendências diretamente vinculadas à alteração dos hábitos sociais.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho, aliada à difusão do fumo, mais fortemente sentida nas classes baixas e, também, entre as mulheres, atuam como verdadeiras ameaças à integridade física das pessoas pertencentes a essas categorias e aumentam, como um todo, o custo pessoal e social dos males do coração.

A alteração dos hábitos alimentares da população, com o advento da *fast food* e suas generosas porções de calorias e gorduras, também contribuiu para ampliar a incidência de males cardíacos, afetando, principalmente, os trabalhadores, forçados a se alimentarem rapidamente e, de forma crescente, também as crianças e adolescentes, que passaram a ser objeto de preocupação dos cardiologistas.

A obesidade infantil e juvenil já desperta a atenção de estudiosos de todo o mundo, uma vez que é clara a relação entre altos níveis de gordura e colesterol na adolescência e a ocorrência de diversas moléstias graves, tanto coronarianas quanto de outros tipos, como o diabetes.

O estilo de vida dos dias de hoje conspira contra as artérias, as veias e o coração. O brasileiro, em geral, é ansioso demais, é sedentário demais, come demais e de forma errada, fuma demais e negligencia os sinais que o coração envia, preferindo manter os hábitos negativos a buscar uma condição de vida mais saudável.

Mesmo pessoas que poderíamos considerar fora de risco podem sofrer o golpe fatal das doenças do coração. O lamentável caso do jogador de futebol Serginho, do São Caetano, demonstrou cabalmente o risco a que mesmo os atletas podem estar expostos, em razão das pressões derivadas da vida moderna. Os compromissos comerciais assumidos por sua agremiação, ao que tudo indica, foram um dos fatores que adiaram sua aposentadoria do esporte e conduziram ao trágico desenlace que presenciamos.

Diante de um quadro como esse, é justo e ao mesmo tempo reconfortante notarmos que a cardio-

logia brasileira é capaz de oferecer as mais modernas tecnologias para a preservação da vida dos seus pacientes.

Efetivamente, a despeito das dificuldades da medicina em nosso País e das carências que podemos vislumbrar em diversos pontos do território nacional, a cardiologia brasileira logrou construir centros de excelência reconhecidos internacionalmente.

O trabalho de pioneiros como o Dr. Dante Pazzanese, criador da Sociedade Brasileira de Cardiologia e consolidador do Instituto que hoje leva seu nome, sediado na capital do Estado de São Paulo, e o Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, realizador do primeiro transplante do coração da América Latina, estabeleceram uma tradição que se mantém até hoje, de extraordinária competência médica combinada com um elevado humanismo.

Sucessor do Dr. Zerbini como figura de proa do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, o Dr. Adib Jatene dá seguimento a essa dupla vereda de proficiência no tratamento dos pacientes e de integridade pessoal, por todos reconhecida.

Hoje, diversos centros hospitalares possuem capacidade de realizar os mais complexos procedimentos cirúrgicos, tais como transplantes de coração, cujos pacientes, beneficiados por modernas drogas imunossupressoras, dispõem de uma sobrevida longa e feliz.

Não obstante a elevada capacidade da cardiologia brasileira, devemos sempre recordar que melhor que um coração curado é um coração que nunca precisou de cura. Dessa forma, incentivo a todos, independentemente de idade, sexo ou classe social, para que cuidem de seu coração, o primeiro e maior amigo do peito.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, Vou falar hoje a respeito de um construtor de sonhos, um empreendedor capixaba que está recebendo merecida homenagem em Londres. Trata-se do empresário Jônice Tristão, a quem a Câmara de Comércio Brasil-Inglaterra confere nesta quarta-feira o título de Personalidade do Ano 2005, numa solenidade que conta com a presença do nosso ministro da Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, da sua colega inglesa, Patricia Hewitt, e do governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, além do embaixador do Brasil na Grã-Bretanha, Maurício Bustani.

É a primeira vez que alguém nascido no Espírito Santo recebe tal homenagem, e creio que poucos em meu Estado são tão merecedores dela como Jônice Tristão. Seu nome está ligado de maneira indissolúvel

ao desenvolvimento econômico do Espírito Santo, pois durante muitos anos a sua visão empresarial orientou os rumos do Grupo Tristão, hoje um conglomerado de empresas com atuação que se expandiu até muito além das fronteiras do Estado e do país.

As Empresas Tristão, que completaram 70 anos de existência no último dia 23 de fevereiro, tiveram um começo modesto, na cidade de Afonso Cláudio, no Interior do Estado, onde o pai de Jônice, José Ribeiro Tristão, abriu um armazém, a Casa Misael, em 1935. José percebeu que o café poderia funcionar como moeda, pagando as mercadorias vendidas por sua loja, e apostou no produto como instrumento para a ampliação das suas atividades.

Foi assim que o café acabou se convertendo no foco dos negócios da Tristão, na década de 50. Nos anos 60, quando Jônice, à frente das empresas, dava prosseguimento à obra iniciada pelo pai, a Tristão passou a exportar o produto — e também deu início à construção de uma fábrica de café solúvel que utilizaria como matéria-prima o café Conilon capixaba. Assim nasceu, em 1971, na cidade de Viana, a Realcafé Solúvel do Brasil, um empreendimento arrojado que incentivou a extensão do plantio de café Conilon no Norte do Espírito Santo.

Nos anos 70, época em que ninguém falava em globalização, a Tristão se internacionalizou, abrindo uma filial em Londres em 1977. Um ano depois, o grupo alcançou a primeira posição entre os exportadores brasileiros de café e, em 1981, abriu nova filial no Exterior, em Nova York. Atualmente as empresas do grupo são reconhecidas nos mercados mais exigentes do mundo como sinônimo de excelência em café. A Realcafé Solúvel exporta para nada menos que 40 países, destinando 80 por cento de sua produção ao mercado internacional. Dimensionada em 1971 para processar cem mil sacas de café verde em grãos, ela transforma hoje 400 mil sacas de café em nove mil toneladas de café solúvel, extrato de café, óleo de café e café torrado e moído. São cifras que fazem dela uma das principais indústrias do setor no Brasil.

As dimensões alcançadas pela Tristão — e sua consolidação como um dos mais importantes grupos empresariais do Espírito Santo e do País — são o resultado de décadas de esforço intenso e também de fé inabalável nas possibilidades oferecidas pela economia capixaba. Pois é graças à atuação dinâmica de empresários como Jônice que a economia do Espírito Santo vem crescendo ininterruptamente há quatro décadas, o que faz com que, embora tenha um dos menores territórios entre as unidades da federação, o Estado seja uma das economias mais desenvolvidas do País.

O empresário que hoje está sendo homenageado em Londres já percorreu em lombo de burro as precárias estradas do Interior do Espírito Santo, na primeira metade do século passado, quando ajudava o pai a construir as fundações de um grupo cuja história se confunde com a da evolução da indústria cafeeira do Brasil. Simples e modesto, avesso à notoriedade, Jônice – que também incentiva as artes e a cultura do Estado, por meio da Fundação Jônice Tristão – é dono de uma trajetória de vida que encerra lições preciosas.

A principal delas é a de que todo trabalho feito com paixão rende frutos capazes de beneficiar muita gente, por várias gerações. Durante o tempo em que esteve à frente das empresas Tristão, hoje entregues à gestão de seus filhos, Ronaldo, Ricardo e Sérgio, Jônice foi um semeador de progresso no Espírito Santo. Sua vocação empreendedora gerou empregos e divisas, garantiu projeção ao Estado e contribuiu de inúmeras formas para enriquecer vidas. Porque assim são os construtores de sonhos: ao realizarem seus objetivos, eles também proporcionam a muitas outras pessoas, direta ou indiretamente, a oportunidade de concretizarem suas metas.

O Espírito Santo e o Brasil precisam de empresários com o dinamismo, a força empreendedora, a visão estratégica e o equilíbrio na tomada de decisões demonstrados ao longo dos anos por Jônice Tristão. Necessitamos de pessoas como ele, que não se deixam vencer por dificuldades e não desanimam diante de obstáculos, por maiores que sejam.

São eles que resgatam a valorização das atividades produtivas, ajudando a construir um país mais competitivo, com uma economia mais eficiente, e a superar nossos problemas crônicos, como as desigualdades sociais. Parabéns a Jônice Tristão, um empresário que orgulha o Espírito Santo, pela justa e oportuna homenagem que recebe hoje em Londres.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, não há identidade nacional sem fomento à cultura. Por isso, gostaria de enaltecer o esforço da Fundação Nacional de Artes (Funarte), no sentido de resgatar o Projeto Pixinguinha, uma das mais respeitáveis iniciativas de fomento cultural já realizadas por uma instituição pública no Brasil.

De todas as formas de expressão artística deste nosso país-continente, a música, sem dúvida, figura como uma das mais importantes, tanto pela sua diversidade quanto pela qualidade dos nossos compositores, instrumentistas, intérpretes e arranjadores. Por sua qualidade, a música brasileira conta com reconhecimento internacional, apresentando um padrão de excelência admirável, raro e cativante.

Por essas e outras razões, as composições brasileiras são apreciadas em países como França, Japão, Estados Unidos e Argentina, entre tantos outros, muito embora a divulgação de música de qualidade, em nosso País, enfrente dificuldades em razão da escolha de alguns produtores e distribuidores voltada para o gênero descartável de música-produto, de apelo exclusivamente comercial.

Diante desse quadro, o que pretende o Projeto Pixinguinha? Quais as razões do seu sucesso, ao longo de mais de duas décadas? Por que sua manutenção é percebida como útil e importante pelo público e também pela crítica?

A partir de 1977, o Projeto Pixinguinha ocupou-se de divulgar novos valores da música brasileira, tendo resgatado a carreira de importantes artistas nacionais que estavam afastados do convívio com o público.

Na década de 20, Alfredo Vianna da Rocha Júnior, o Pixinguinha, virtuoso flautista, compositor, maestro e arranjador, trabalhou na divulgação da música brasileira na Europa, juntamente com o grupo “Os Oito Batutas”. O artista, considerado o criador das bases da música brasileira, foi homenageado ao ser escolhido para dar nome ao Projeto Pixinguinha, que durou de 1977 a 1997, parcialmente, este último, o ano em que Pixinguinha completaria 100 anos, se vivo estivesse.

A finalidade do projeto é divulgar, em todo o imenso território nacional, o trabalho de artistas representativos da inigualável qualidade da música brasileira. Muitos entre esses músicos, a despeito de sua relevância para a cultura nacional, não encontram canais para divulgar sua produção junto ao grande público, fato que lhes impõe dificuldades para a sobrevivência artística e material.

Graças ao projeto, ressurgido com vigor em 2004, novos e antigos valores da música brasileira passaram a excursionar pelo País, apresentando-se a públicos entusiasmados, que puderam assistir a espetáculos de alto nível a preços acessíveis. Nada menos que 12 caravanas de músicos cruzaram o Brasil, apresentando-se em 38 cidades de 26 Estados, em um total de noventa e uma apresentações, para um público total estimado de 57 mil pessoas.

A iniciativa governamental contou com o resoluto apoio das Secretarias de Cultura dos Estados e de empresas como a Varig e a Petrobras, tradicional patrocinadora do Projeto, que o bem demonstra a viabilidade de ações em que o Governo Federal atua junto aos poderes locais, com o indispensável auxílio de empresas públicas e da iniciativa privada.

Vale lembrar que projetos da qualidade de um Pixinguinha, para muito além da divulgação de ar-

tistas, contribuem para a geração de empregos na área cultural. Nesse sentido, os números do Projeto são eloquentes: na edição do ano passado, a Funarte recebeu nada menos que 1.557 inscrições para postos de trabalho e selecionou 131 candidatos – 87 por concurso e 44 indicados pelas Secretarias de Cultura estaduais.

SRA.s e Srs. Senadores, gostaria de lhes dar o meu testemunho – na condição de Senador por Roraima e de pernambucano de origem – da importância de iniciativas como o Projeto Pixinguinha, sobretudo para os brasileiros que vivem longe dos principais eixos econômicos e culturais do nosso País.

Digo-lhes isso porque, nos dias 29 de setembro, 29 de outubro e 1º de dezembro de 2004, as caravanas de artistas, excursionando pela Região Norte, estiveram em Boa Vista, capital do Estado que represento nesta Casa, brindando a audiência do Palácio da Cultura com apresentações inesquecíveis.

Em 2005, o Projeto Pixinguinha será estendido a mais cidades no Brasil e, também, a cidades do Mercosul, com espetáculos envolvendo músicos da Argentina, do Brasil, do Chile, do Paraguai e do Uruguai, em todos os países do bloco econômico. A iniciativa é muito bem-vinda e contribui para estimular o intercâmbio cultural, ainda incipiente, na América do Sul.

SRA.s e Srs. Senadores, longa vida ao Projeto Pixinguinha é o que deseja o Senado Federal, que deve abrir espaço em seu canal de TV para divulgar os espetáculos e entrevistar os artistas. O Projeto Pixinguinha, com todo o mérito, já faz parte do patrimônio cultural brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, nesta quinta-feira, dia 17 de março, terei a honra de participar de um evento pioneiro no Brasil, a instalação da primeira Vara Federal do Idoso no país, em Maringá, querido município do meu Estado. Com esta iniciativa, fruto do empenho do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região e da Justiça Federal do Paraná, os idosos da região de Maringá terão atendimento mais ágil.

A Vara Federal do Idoso atenderá causas propostas por pessoas com mais de 60 anos, abrangendo as causas de competência da Justiça Federal de Maringá e também as causas relativas ao Sistema Financeiro de Habitação.

Segundo as estimativas da Justiça Federal, em Maringá, existem cerca de 1,7 ações propostas por idosos, relacionadas, principalmente, a solicitações de concessão e revisão de aposentadoria junto ao INSS.

É uma conquista muito importante para o Paraná e que, certamente, será exemplo para as demais regiões do Brasil, tornando o atendimento ao idoso mais adequado.

A Vara Federal do Idoso contará com servidores que estão recebendo treinamento para oferecer atenção diferenciada aos idosos, o que facilitará o contato com o público durante o atendimento.

Gostaria de parabenizar a Justiça Federal do Paraná e o Tribunal Regional Federal da 4.ª Região pela iniciativa e, em especial, a Justiça Federal em Maringá pelo empenho em transformar este projeto em realidade. A Vara Federal do Idoso é um exemplo importante do acesso à cidadania que demonstra o compromisso da Justiça brasileira com a inclusão social.

Outra iniciativa que diferencia a Vara Federal do Idoso é o atendimento a ações referentes ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Em Maringá, são 1000 ações relacionadas ao SFH, que são propostas por pessoas que financiam suas casas próprias na Caixa Econômica Federal, mas acabam perdendo o imóvel por não conseguirem pagar as prestações.

O atendimento especializado é uma solução inteligente para agilizar a tramitação das ações, pois as Varas especializadas reúnem processos semelhantes, padronizam os procedimentos e contam com servidores especialistas no assunto tratado.

Que todos conheçam estas iniciativas e se espelhem em exemplos como estes, fundamentais para a transformação da realidade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores,

DO SENADOR FRANCISCO PEREIRA (PL – ES)

Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras,

O Espírito Santo, nestas últimas semanas, sofreu as conseqüências das chuvas fortes que cobriram o Estado, em uma verdadeira e dolorosa situação de calamidade pública.

Trinta, Sr. Presidente, foi o número de municípios que decretaram situação de emergência em função dos estragos causados pela chuva: centenas de desabrigados.

Nos últimos dias, pelo menos 5 mil quilômetros de estradas já foram danificadas.

7 estradas foram obstruídas pelas quedas de barreiras em vários pontos, além de problemas em dezenas de pontes.

Os pecuaristas encontram dificuldades para escoar a produção.

Nos últimos dias, mais de 500 mil litros de leite deixaram de ser entregues.

Já se calcula o prejuízo de 4,5 milhões de reais ao Espírito Santo.

Muitas famílias ficaram desabrigadas em municípios do Estado. Eles sofreram sérias dificuldades. Só em Fundão, por exemplo, aproximadamente 30 pessoas ficaram em abrigos improvisados montados com varais, lençóis e lona no ginásio de esportes, de acordo com os noticiários locais.

Em Vila Velha grandes transtornos foram causados com alagamentos e buracos em muitos bairros. Imaginem o desespero e a dor de várias famílias capixabas que viram seus móveis levados, que viram suas casas sendo destruídas. Quantos desabrigados estão se somando a cada dia com as chuvas fortes?

E as estradas? Em Carácica crateras tomaram conta de ruas, dificultando a passagem de pedestres e impossibilitando o trânsito de automóveis.! O esgoto transbordou e alagou as ruas, muitas pessoas ainda enfrentaram o mau-cheiro.

A cheia do rio Itapemirim deixou centenas de famílias ilhadas no interior de Itapemirim, no Sul do Estado. Todas as ruas de acesso à região ficaram alagadas e para chegar ao local, só era possível por meio de barcos. A igreja da região serviu de abrigo para algumas famílias que resolveram abandonar suas casas. As aulas na escola foram suspensas. Um caminhão que transportava dez trabalhadores para uma lavoura de cana no interior da cidade/ passava no instante em que a água rompeu o asfalto/e por pouco o veículo não mergulhou na cratera./

Por causa deste triste cenário,/ venho hoje,/ nesta tribuna, Sr. Presidente,/ pedir atenção às Prefeituras./

O Governo Federal e o Governo Estadual têm de trabalhar no sentido de socorrer/ todos aqueles que estão enfrentando os males das enchentes./

Além dos males da destruição e acidentes,/ ainda enfrentamos as várias doenças que as águas pluviais podem trazer como consequências à população,/ como: a leptospirose, a Hepatite A, a Febre tifóide, o tétano, entre outras.

Clamo aos Governos Federal e Estadual/ para que,/ com ações de emergências,/ possam diminuir a destruição causada no estado./ Famílias perderam tudo o que tinham./ Durante os temporais, a fiação elétrica também foi atingida, com a queda de árvores./

Os alimentos cedidos pelas prefeituras estão rationados,/ além de faltar energia elétrica, gás de cozinha, colchões e segurança./

Peço, também,/ a atenção ao Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transporte/ para as estradas que cortam o Estado e que enfrentam problemas de

queda de barreiras, obstrução da pista, alagamentos e buracos./ Em pontos importantes, como na rodovia estadual que liga Itapemirim a BR 101 Sul,/ a estrada cedeu e ficou interditada./ Por isso, aqui nesta tribuna,/ chamo a atenção para a questão da infra-estrutura que está sendo abalada, e que precisa ser recuperada e tratada com urgência./

Um ponto considerado de risco na BR 101 Sul/ é o quilômetro 463 da rodovia, onde há um registro de início de deslizamento, que provocou um ressalto de cinco centímetros na pista./ A Polícia Rodoviária Federal afirmou que os problemas na Rodovia se estendem desde o quilômetro 411,/ na altura do município de Itapemirim,/ até a divisa com o Rio de Janeiro.

No sul do Estado,/ a chuva já afetou a maior cooperativa de leite do Espírito Santo./ Solicito que a Secretaria de Agricultura nos apóie no auxílio aos municípios na recuperação das estradas municipais./

Outra situação que precisa ser trabalhada emergencialmente, Sr. Presidente,/ é a questão da Leptospirose que já afeta várias municípios./ Peço atenção especial, para o combate da doença, à Secretaria Estadual de Saúde,/ que já registrou, em todo o Estado, Sr. Presidente,/ de janeiro até agora,/ 78 casos da doença,/ com 13 confirmações. Os municípios com maior número de notificações são/ Santa Teresa,/ com 16 casos; Vitória e Cariacica/ com oito registros cada um; Vila Velha/ com seis/ e agora o sexto caso de suspeita de leptospirose aparece em João Neiva./ Peço atenção desta Secretaria.

Precisamos colocar em ação, urgentemente, ações de prevenção da doença e a distribuição de medicamentos para tratar os residentes dos municípios afetados pela chuva.

Ações da secretaria de Saúde do Estado como a distribuição de comprimidos divididos entre antibióticos, antiinflamatórios, analgésicos, antitérmicos, antiparásitários, anti-hipertensivos, antiasmáticos, soros para hidratação e para o tratamento da água são fundamentais para o combate à doença.

Finalizo aqui o meu discurso Sr. Presidente, pedindo o apoio dos Sr. Governos, Federal e Estadual, das Secretarias de Saúde e do Departamento de Transportes emergenciais dos problemas, que hoje meu Estado, vem sofrendo com as tempestades.

Solidarizo-me com todas as famílias que estão sofrendo as consequências das chuvas fortes. Hoje, no cargo de Senador da República, no papel de portavoz do povo capixaba, espero ter contribuído ao interceder por aqueles que bradam por socorro em uma triste situação causada por este acidente natural.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e

Srs. Senadores, nas últimas semanas o Brasil inteiro ouviu falar da desocupação de uma área urbana em Goiânia, na área chamada Parque Oeste Industrial. Uma ação que acabou em pelo menos duas mortes e mais de 40 feridos, alguns muito graves, que ficarão com seqüelas físicas para o resto da vida.

Semana passada estive em Goiânia junto com membros da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito de Reforma Agrária e Urbana, a CPI da Terra, participando de audiências públicas com representantes do Governo goiano, dos sem teto e de organizações não governamentais.

Os depoimentos que ouvimos foram dramáticos. A impressão que tiramos das audiências é que os desdobramentos da operação foram muito mais graves do que o divulgado pela imprensa. Ex-ocupantes da área denunciaram tortura, espancamentos e até outras mortes, ainda não confirmadas.

A primeira providência da CPI foi atender a uma reivindicação da Igreja Católica para federalizar as investigações sobre a desocupação, que estão paradas, como se nada tivesse ocorrido. Nem as armas usadas pelos policiais no dia da desocupação, que causaram as mortes, foram periciadas.

A federalização das investigações será colocada em pauta na próxima reunião da CPI da Terra, quinta-feira. Se aprovada, as investigações passarão à responsabilidade da Polícia Federal.

O relator da CPI, Deputado João Alfredo, saiu de Goiânia convencido de que houve violação de direitos humanos, antes e durante a desocupação. Ele criticou com veemência o secretário de segurança de Goiás, que considera um sucesso a operação que resultou em duas mortes.

O problema dos sem teto em Goiânia continua grave. Centenas de pessoas tiradas da área estão amontoadas em ginásios de esporte, num cenário que lembra acampamentos em países vítimas de catástrofes ou de guerra civil. Essas pessoas estão há mais de 15 dias vivendo sem condições ideais de alimentação, de descanso e higiene.

A situação que vivem hoje esses sem teto, assim como a tragédia da desocupação, é resultado de uma ação demagógica do Governo de Goiás que, durante a campanha eleitoral do ano passado, estimulou os invasores a continuarem na área, investindo todas as suas economias em casas que agora foram derrubadas.

Nas audiências da semana passada representantes dos sem teto mostraram gravações onde autoridades do Estado, inclusive o governador, garantiam a desapropriação da área, estimulando os invasores a construírem ali suas casas. O Governo de Goiás, além de não tomar as medidas necessárias para acabar com

a invasão no início, levando as famílias para outras áreas, ainda estimulou uma ação que era irregular e que, desde setembro, estava com ordem de despejo autorizada pela Justiça.

Foi um ato irresponsável definido pela revista *Veja*, há duas semanas, como "a demagogia que mata". Hoje, os sem teto, que acreditaram no Governo, estão sem as casas, sem suas economias, vivendo de favor em ginásios de esporte como se fossem sobreviventes de guerra.

É preciso sim que essa investigação seja federalizada para que os culpados por essa tragédia sejam não somente identificados, como punidos pelos prejuízos, pelas mortes e pelas seqüelas trágicas de moradores, alguns que irão amargar paralisia para o resto de suas vidas.

O caso do Parque Oeste Industrial é também o retrato da falta de uma política habitacional em Goiás. Há seis anos que não se tem notícia de investimentos nessa área no Estado. A demanda aumenta, o Estado não age, e vai se criando situações graves como a do Parque Oeste Industrial.

Já passa da hora de Goiás e o Brasil voltarem seus olhos para os problemas da habitação. De acordo com o Ministério das Cidades, o déficit habitacional no Brasil hoje chega a cerca de 8 milhões de moradias. O Presidente Lula já disse que 2005 será o ano da habitação, mas é preciso que os estados também invistam nesse setor.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores,

O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem colhido uma supersafra de boas notícias para o País nos últimos dias. Indicadores nos mais variados setores demonstram com clareza que o Brasil está no rumo certo. Se foi necessário no início do Governo fazer ajustes e reformas tantas vezes adiadas, a hora da colheita agora chegou, com o País retomando o ritmo de crescimento.

Primeiro foi do anúncio do crescimento recorde da indústria, de 8,3% em 2004. O melhor resultado conquistado desde 1986, no auge da euforia gerada pelo Plano Cruzado. A diferença é que agora este crescimento é sólido, fruto do aumento da produção das fábricas instaladas no Brasil.

Em 2004, a indústria automobilística cresceu 27,6%. A fabricação de celulares aumentou mais de 30%. Os fabricantes de eletrodomésticos produziram quase 20% a mais.

Esta semana, outra bela notícia: a confirmação do crescimento do PIB de 5,2%, o melhor resultado desde 1994, conquistado, à época, sob a euforia do Plano Real. Também neste caso, diferentemente de

1994, trata-se agora de um crescimento sólido, obtido num ambiente de superávit comercial, de inflação sob controle, com crescimento da oferta de empregos, sem "euforias", com os pés no chão.

As exportações também bateram um recorde histórico. Mais de 100 bilhões de dólares nos últimos 12 meses. E com previsão de 105 bilhões para o ano de 2005. A inflação, de acordo com dados da Fipe divulgados ontem, se mostra, mais do que nunca, sob controle.

Na agricultura, o Ministro Roberto Rodrigues acaba de anunciar um pacote de medidas que vai amenizar essa questão a crise do setor.

Anteontem, num encontro ocorrido em Rio Verde, no sudoeste de Goiás, com mais de sete mil produtores, o ministro anunciou a liberação de 3 bilhões de reais para comercialização da safra e para financiamentos de estocagem de algodão, milho, soja, arroz e trigo.

Nesse mesmo dia, anunciou a prorrogação do prazo para pagamentos de dívidas, deixando muito clara a disposição do Governo Lula de atender ao setor produtivo agrícola.

Nesse setor, é preciso avançar mais. Fazer valer a política de garantia de preços mínimos para evitar o que aconteceu este ano, com os custos de produção ficando acima do valor de comercialização. E ainda regulamentar o seguro rural.

Mas não tenho dúvidas de que, com os sinais dados pelo presidente e com o empenho do Ministro Roberto Rodrigues, chegaremos a um ponto muito próximo do ideal.

Na verdade é um conjunto de boas notícias que, analisadas em conjunto, mostram um novo momento no Brasil. Um momento de estabilidade, mas de crescimento e geração de empregos.

Talvez seja por isso que setores da oposição, equivocadamente mais preocupados com a eleição de 2006 do que com o País, tentam desviar o foco das discussões, inventando problemas e polêmicas onde não existem. Tentando criar um clima de instabilidade e de animosidade que o povo brasileiro dá mostras sucessivas de repudiar.

Deixando essas questões menores de lado, o Governo segue seu rumo, trilhando o caminho de suas metas e de seus objetivos, que é de construir um País estável, mas com justiça social.

Antes de encerrar, gostaria de cumprimentar o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, pela decisão de não referendar o aumento salarial para o Congresso Nacional, que está sendo gestionado por um grupo de parlamentares.

Essa discussão, além de prejudicar a imagem do Congresso, não interessa ao País. A nossa prioridade, o foco do Governo e do Congresso, deve ser o de consolidar as mudanças que estão em curso, para que o Brasil se firme no caminho do crescimento sustentado, estável e justo com todos os brasileiros.

Gostaria também de cumprimentar a agradecer ao Presidente Lula, que ontem autorizou a liberação de 257 milhões de reais para que a Infraero construa o novo aeroporto de Goiânia. Uma obra federal há muito tempo esperada, que irá ampliar e muito o turismo de negócios em Goiânia e em Goiás, aumentando a circulação de divisas e a geração de empregos.

Muito obrigado.

Maguito Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às SRA.s. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às dez horas, as matérias constantes da pauta de hoje e, adicionalmente, os Requerimentos nºs 74, 75, 103 e 104, de 2005.

ORDEM DO DIA

Às 11:30 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2005
(Proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004)

*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004), que *institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe*

sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.

Relatora Revisora: Senadora Ideli Salvatti

2

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 15, DE 2004**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que *altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal. (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município).*

Parecer favorável, sob nº 462, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Bornhausen.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 40, DE 2000**
(*Votação nominal, se não houver emendas*)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que *dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade.*

Parecer favorável, sob nº 1.696, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 43, DE 2000**
(*Votação nominal, se não houver emendas*)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que *modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas.*

Parecer favorável, sob nº 1.320, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2003**
(*Votação nominal, se não houver emendas*)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).*

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 73, DE 1999**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).*

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças*, tendo

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slihessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*, tendo

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

10

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2001 (nº 6.387/2002, naquela Casa), que *altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade*.

Parecer favorável, sob nº 22, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Jorge.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2002 (nº 3.881/2000,

na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB*.

Pareceres sob nºs 431, de 2003, e 23, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário): favorável, parcialmente, às emendas, nos termos de subemenda, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2003 (nº 6.425/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput e ao § 3º do art. 304 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal*.

Parecer favorável sob nº 4, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2004 (nº 3.3371/97, na Casa de origem), que *altera o art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil*.

Parecer sob nº 5, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2004 (nº 818/2003, na Casa de origem), que *altera o artigo 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores*.

Parecer favorável sob nº 6, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 645, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 13 e 14, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002 (nº 2.089/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Pareceres sob nºs 624 e 624-A, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jefferson Péres: 1º pronunciamento, pelo sobrestamento do projeto; 2º pronunciamento, favorável.

16

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.971, de 2004, Relator: Senador Eduardo Suplicy), que autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família.

17

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

18

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 22, de 2005, do Senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos

de Lei do Senado nºs 176 e 340, de 2004, por regularem a mesma matéria.

19

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 44, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 182, de 2003, e 352, de 2004, por regularem a mesma matéria.

20

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 55, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 334 e 348, de 2004, por regularem a mesma matéria.

21

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano.

22

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 61, de 2005, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 283 e 313, de 2004, por regularem a mesma matéria.

23

REQUERIMENTO Nº 74, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 74, de 2005, do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos regimentais, o desa-

pensamento do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2002, do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2003, a fim de que tenham tramitação autônoma.

24

REQUERIMENTO Nº 75, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 75, de 2005, do Senador Delcídio Amaral, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 34 e 49, de 2004, por regularem a mesma matéria.

25

REQUERIMENTO Nº 91, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 91, de 2005, do Senador Tião Viana, solicitando a criação de Comissão, composta de cinco membros, para, no prazo de sessenta dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

26

REQUERIMENTO Nº 103, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 103, de 2005, do Senador Marcelo Crivella, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 227 e 312, de 2004, por regularem a mesma matéria.

27

REQUERIMENTO Nº 104, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 104, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2005 – Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 52 minutos.)

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

16-3-2005 – quarta-feira

• 09:30 – Seminário Internacional sobre Regulamentação da Posse e do Uso de Armas Pequenas por Civis

Promovido pelo Instituto Sou da Paz e Viva Rio e pelo Center for Humanitarian Dialogue

Hotel Pestana – Av. Atlântica nº 2.964 – Copacabana (entre Barão de Ipanema e Constante Ramos)

• 15:00 – Hora do Expediente destinada a homenagear os 50 anos de Luiz Eduardo Magalhães

Plenário do Senado Federal

18:30 – Senhor Luiz Carlos Galvão, Diretor-Jurídico do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP

APÓS A ORDEM DO DIA

Senhor Cláudio Vaz; Senhor João Carlos Basílio da Silva, Senhor Paulo de Barros Carvalho; Senador João Tenório e Senhora Fernanda Vilela, Presidente do Conselho do Sebrae de Alagoas

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

AVISO

O Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), Senador Cristovam Buarque, comunica que está convocada Reunião para amanhã, dia 17 de março, às 14h30, na Sala da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, localizada na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 7, para ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado, Chefe do Gabinete Institucional da Presidência da República, General Jorge Armando Félix, e do Diretor-Geral da Agência Brasileira de Informação, Delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52^a LEGISLATURA)

PFL	Rodolpho Tourinho	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Antonio Carlos Magalhães	PMDB	Mão Santa
PFL	César Borges	PTB	RIO GRANDE DO NORTE
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Fernando Bezerra
PT	Roberto Saturnino	PFL	Garibaldi Alves Filho
PL	Marcelo Crivella		José Agripino
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	SANTA CATARINA
	MARANHÃO	PT	Jorge Bornhausen
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Ideli Salvatti
PFL	Edison Lobão		Leonel Pavan
PFL	Rosiana Sarney	PSOL	ALAGOAS
	PARÁ	PMDB	Heloísa Helena
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Renan Calheiros
PT	Ana Júlia Carepa	PFL	Teotônio Vilela Filho
PSDB	Flexa Ribeiro	PSDB	SERGIPE
	PERNAMBUCO	PSDB	Maria do Carmo Alves
PFL	José Jorge	PSB	Almeida Lima
PFL	Marco Maciel		Antonio Carlos Valadares
PSDB	Sérgio Guerra	PFL	AMAZONAS
	SÃO PAULO	PSDB	Gilberto Miranda
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Arthur Virgílio
PT	Aloizio Mercadante		Jefferson Peres
PFL	Romeu Tuma	PSDB	PARANÁ
	MINAS GERAIS	PT	Alvaro Dias
PL	Aelton Freitas	PDT	Flávio Arns
PSDB	Eduardo Azeredo		Osmar Dias
PMDB	Hélio Costa	PT	ACRE
	GOIÁS	S/partido	Tião Viana
PMDB	Maguito Vilela	PT	Geraldo Mesquita Júnior
PFL	Demóstenes Torres		Sibá Machado
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	MATO GROSSO DO SUL
	MATO GROSSO	PT	Juvêncio da Fonseca
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Delcídio Amaral
PFL	Jonas Pinheiro		Ramez Tebet
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	DISTRITO FEDERAL
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Valmir Amaral
PMDB	Pedro Simon	PFL	Cristovam Buarque
PT	Paulo Paim		Paulo Octávio
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	TOCANTINS
	CEARÁ	PFL	Eduardo Siqueira Campos
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	João Ribeiro
PPS	Patrícia Saboya Gomes		Leomar Quintanilha
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	AMAPÁ
	PARAÍBA	PSB	José Sarney
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	João Capiberibe
PFL	Efraim Morais		Papaléo Paes
PMDB	José Maranhão	PMDB	RONDÔNIA
	ESPÍRITO SANTO	PT	Mário Calixto
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Fátima Cleide
PMDB	Gerson Camata		Valdir Raupp
PL	Francisco Pereira	PTB	RORAIMA
	PIAUÍ	PDT	Mozarildo Cavalcanti
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Augusto Botelho
			Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Dulcídia Ramos Calháo Irani Ribeiro dos Santos Janice de Carvalho Lima José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 3508) (Ramal: 3514) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Hermes Pinto Gomes Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3502) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CFC CI CRE CLP	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Celso Antony Parente Maria Lúcia Ferreira de Mello Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 4354) (Ramal: 4777) (Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretaria: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS

CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995
2^a Eleição Geral: 30.06.1999

3^a Eleição Geral: 27.06.2001
4^a Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares (Vago) ¹⁰	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
João Alberto Souza	MA	1411	1. Ney Suassuna	PB	4345
Ramez Tebet	MS	2222	2. Pedro Simon	RS	3232
Luiz Otávio	PA	3050	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9^a Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Réginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1^a Designação: 16.11.1995

2^a Designação: 30.06.1999

3^a Designação: 27.06.2001

4^a Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PB)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB -TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Professor Luizinho (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT – DF)

Atualizado em 03.03.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- • 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- • 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPILY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÉ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELEI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL/BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> SÉRGIO GUERRA PSDB-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 15.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

**Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

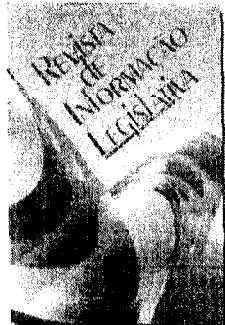
SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141^a edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição comprehende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência 3602-1, do Banco do Brasil, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 154 PÁGINAS